

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LAÍS CASTRO

A Redução de Danos à luz do materialismo histórico

Maringá
2018

LAÍS CASTRO

A Redução de Danos à luz do materialismo histórico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia
Área de concentração: Processos educativos e práticas sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski

Maringá
2018

LAÍS CASTRO

A Redução de Danos à luz do materialismo histórico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Álvaro Palomo Alves
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Marcelo Dalla Vecchia
DPSIC/Universidade Federal de São João Del Rei

Agradecimentos

Aos meus pais. Difícil fazer com que as palavras consigam dar conta de agradecer tudo o que vocês fizeram por mim. Obrigada por todo o afeto e pelo apoio material. Vocês foram e são meu porto seguro. As escolhas que eu fiz para percorrer esta jornada me ausentaram, mas vocês sempre estiveram comigo mesmo com a distância. Obrigada pela doçura, amor e paciência com que você, mãe, acolheu meus desesperos. E, você, pai, por todo discernimento e por me trazer para a realidade quando o desespero e o nervosismo tomavam conta.

À Susinha, ajuda indispensável para concluir este trabalho. Ajuda com as tecnologias, com o português, com as revisões. E, principalmente, pelo afeto. Esteve sempre de prontidão para me ouvir, me apoiar e comemorar comigo a cada etapa vencida.

À minha querida e estimada vovó Lourdinha, que, com toda sua sabedoria e paz, esteve ao meu lado me tranquilizando e torcendo por mim todo este tempo.

À madrinha e ao padrinho, pelas palavras doces e acolhedoras, pelo incentivo e orgulho que sentem de mim. Obrigada a vocês, a Rê e a Fernanda, por vibrarem comigo a cada conquista.

Ao tio Luiz e à tia Iara, minha família mais próxima. Os momentos juntos foram poucos, porque a correria era grande, mas vocês me receberam com tanto carinho que só de saber que estavam perto já era um aconchego.

À Amanda, à Ana Paula e à Pamela, que me incentivaram a mudar para Maringá e a tentar o mestrado, e me acolheram de braços abertos. Tantas conversas e desabafos, tantas inseguranças e superações. Vocês foram meu alicerce nesta vida nova.

À Amanda, pelas contribuições e reflexões sobre o tema de pesquisa. E pelo otimismo contagiante, lendo poemas no sofá e me mostrando, mesmo nos dias mais difíceis, que a revolução é possível. Obrigada por acreditar em mim e me convencer disso.

Ao Thomas, pelos carinhos, beijinhos e afagos. Por suportar meus desesperos, com amor e uma tranquilidade contagiante. Aprendi muito com a sua calma diante das situações.

À Vanessa, minha irmã de orientação, companheira de mestrado e especialização. Compartilhamos juntas as alegrias e angústias de pesquisar. Sua companhia nas madrugadas de estudo e sua amizade foram essenciais para que eu pudesse escrever esta dissertação.

À Silvana Tuleski, pela orientação e parceria. Por topar encarar este desafio e estudar um tema novo para a Psicologia Histórico-Cultural. Por investir esforços nesta empreitada.

Aos professores Álvaro e Marcelo, pelas contribuições cruciais para a finalização desta pesquisa e por me incentivarem a continuar pesquisando.

Às grandes amigas Ana Júlia, Ericka, Isa, Renatinha e Raquel, que me apoiaram nesta nova jornada da vida e, mesmo de longe, estavam sempre por perto para o que eu precisasse. Obrigada por todo o carinho de vocês.

Aos estudos junto com a Cindy, por todo apoio mesmo nas horas de maior sofrimento.

À Talita por sua disponibilidade, atenção e carinho. Por todas as conversas e mesmo pelas discordâncias, que me fizeram crescer muito. Por todo seu esforço em me “colocar pra cima” sempre. E pela ajuda na construção deste trabalho.

Aos camaradas do movimento estudantil da UFU, em especial os companheiros do Dialogação/Rompendo Amarras/PSOL, que desde a minha entrada para a universidade desconstruíram minha visão de mundo e me ajudaram a erguer outra no lugar, muito mais sólida. Obrigada pela dedicação nos estudos em conjunto, Ricardo.

Ao Marcílio, a banca antes da banca. Obrigada pelo carinho e dedicação com a pesquisa e comigo.

Aos estudos na filosofia, em especial, à professora Ana Said, a qual me proporcionou o início do estudo sistematizado das obras de Marx e Gramsci.

Aos amigos Bruno e Netto, que contribuíram imensamente com o delineamento deste tema de pesquisa. Obrigada ao Netto, que me acolheu nas suas disciplinas de Psicologia Histórico-Cultural e disponibilizou tardes inteiras para investir no meu conhecimento.

Aos professores do mestrado e da Especialização em Teoria Histórico-Cultural, que me propiciaram um salto qualitativo de desenvolvimento. E aos colegas, em especial a Cris, sua alegria fez muita falta no segundo ano de pesquisa.

Às amigas que fiz em Maringá, Gi e Carol, que acompanharam esta caminhada, sempre me apoiando.

À amiga Rô, que me acolheu em Maringá com um belo sorriso no rosto, com um carinho e cuidado que fizeram com que minha chegada fosse mais aconchegante.

À Wal, obrigada por ter estado a disposição e ajudado com todas as papeladas e tramites burocráticos. E, obrigada pelas dicas de corrida.

Aos camaradas do Espaço Marx, especialmente, Pedro Jorge, Ademir, Saulo, Fer e Tiago, que sempre estiveram dispostos a dialogar comigo sobre esta pesquisa e me deram todo suporte, desde a chegada a Maringá, para avançar na compreensão da economia política e sua importância para analisar os fenômenos sociais.

O capital não tem (...) a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)?

K. Marx

Castro, L. (2018). A Redução de Danos à luz do materialismo histórico. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

RESUMO

A presente dissertação é de cunho **teórico-conceitual** e surge da necessidade de compreender a complexidade do fenômeno do uso/abuso de substâncias psicoativas na atualidade, mais especificamente analisar avanços e limites da política de Redução de danos (RD), segundo as elaborações do campo marxiano e marxista. Os dados apontam a seriedade do problema envolvendo o abuso de drogas, bem como a falta de acesso a tratamento de saúde. Nesse aspecto, as contribuições do materialismo histórico-dialético se apresentam enquanto potentes para ampliar a compreensão deste fenômeno social, de modo a abarca-lo em sua processualidade e totalidade. Os **objetivos** específicos foram: 1- analisar historicamente a questão do consumo de drogas no capitalismo, as respostas sociais a este fenômeno, com ênfase na construção da estratégia de RD, em contraposição a guerra às drogas; 2- apresentar um panorama geral das abordagens teóricas (ou a falta delas) que vem norteando as produções científicas acerca da RD, almejando apontar avanços e limites. Demonstra-se a relação intrínseca entre precarização dos trabalhadores e o crescimento do pauperismo e as consequências negativas relacionadas ao consumo de drogas e ao tráfico de drogas. E como a guerra às drogas prioriza os interesses do Capital em detrimento dos interesses humanos, representando a luta de classes operacionalizada pelo Estado burguês. Neste aspecto, busca-se evidenciar os limites e avanços da RD, enquanto movimento social e enquanto política social. **Metodologicamente**, foi realizado um levantamento bibliográfico no Scielo – Scientific Electronic Library Online, em novembro de 2016, com o termo “redução de danos”, delimitando-se os filtros: idioma português e publicações entre 2007 e 2016. O **resultado** da análise aponta que as teorias e conceitos oriundos do campo pós-moderno tem predominância nestas publicações científicas, seguido da categoria estabelecida nesta dissertação ‘omissão e não identificação do referencial teórico adotado’. Na análise, buscou-se demarcar as críticas marxistas a estas elaborações, apontando a necessidade de compreensão da RD e do abuso de drogas em sua essência e totalidade. Ao final, aponta-se para os limites das teorias que veem subsidiando a compreensão do fenômeno das drogas, mais especificamente no que se refere a RD. Propõe-se que, para subsidiar teoricamente esta estratégia de tratamento em saúde é preciso partir da análise do consumo de drogas, o qual a RD lida diretamente e, dessa forma, demarcar a unidade entre produção e consumo no capitalismo, conforme as categorias marxianas e os avanços da Saúde Coletiva de orientação marxista neste campo.

Palavras-chave: Redução de danos (RD), consumo de drogas, materialismo histórico, pós-modernidade.

Castro, L. (2018). The Harm Reduction in accordance with the historical materialism. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

ABSTRACT

The present dissertation has a **theoretical and conceptual** character and emerges from the need to understand the complexity of the phenomenon of use/abuse of psychoactive substances nowadays, more specifically to analyze advances and limits of the policy of Harm Reduction (RD), according to the elaborations of the field Marxian and Marxist. The data point to the seriousness of the problem involving drug abuse, as well as the lack of access to health treatment. In this respect, the contributions of historical and dialectical materialism are powerful to broaden the understanding of this social phenomenon, in order to embrace it in its processuality and totality. The specific **objectives** were: 1- to analyze historically the issue of drug consumption in capitalism, the social responses to this phenomenon, emphasizing on the construction of a RD strategy, as opposition to drug war; 2 - to present an overview of the theoretical approaches (or the lack thereof) that have been guiding the scientific productions about RD, aiming to point out advances and limits. It shows the intrinsic relationship between workers' precariousness and the growth of pauperism and the negative consequences related to drug use and drug trafficking. And as the drug war prioritizes the interests of Capital to the detriment of human interests, representing the class struggle operationalized by the bourgeois state. In this aspect, it seeks to highlight the limits and advances of the RD, as a social movement and as a social policy. **Methodologically**, a bibliographic survey was conducted in the SciELO - Scientific Electronic Library Online, in November 2016, with the term "harm reduction", delimiting the filters: Portuguese language and publications between 2007 and 2016. The **result** of the analysis points out that the theories and concepts coming from the postmodern field are predominant in these scientific publications, followed by the category established in this dissertation 'omission and non-identification of the adopted theoretical framework'. In the analysis, we sought to demarcate the Marxist critiques of these elaborations, pointing out the need to understand RD and drug abuse in its essence and totality. In the end, it is pointed to the limits of theories that subsidize the understanding of the phenomenon of drugs, more specifically in relation to RD. It is proposed that, in order to theoretically subsidize this health treatment strategy, it is necessary to start from the analysis of drug consumption, which the RD deals directly with, and thus demarcates the unity between production and consumption in capitalism, according to the Marxian and the advances of Collective Health of Marxist orientation in this field.

Keywords: Harm reduction (RD), drug consumption, historical materialism, postmodernity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA DAS DROGAS	22
1.1 Condicionantes históricos que antecedem 1970	23
1.2 Cenário Pós-1970 e as políticas de Redução de Danos	43
1.3 Breve histórico da luta e consolidação das estratégias de Redução de Danos.....	62
1.4 Considerações sobre a emergência da Redução de Danos a partir de seus condicionantes históricos.....	75
CAPÍTULO II - TENDÊNCIAS DOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE REDUÇÃO DE DANOS NO BRASIL	78
2.1 Mapeamento dos artigos que discutem a Redução de Danos	79
2.1.1 Sobre as categorizações estabelecidas e a problemática dos referenciais que se localizam no campo pós-moderno	95
2.1.2 Ecletismo teórico: característica de alguns dos artigos classificados como pertencentes ao campo pós-moderno	124
2.1.3 Sobre as categorizações estabelecidas e a problemática dos artigos que não anunciam e não foi possível identificar o referencial teórico de análise	129
2.2 Considerações acerca da <i>Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas</i>	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158

INTRODUÇÃO

A escolha da temática a ser investigada no meu mestrado parte dos questionamentos e angústias que vivenciei durante minha experiência profissional, na qual atuei como Agente Redutora de Danos, membro da Escola de Redutores de Danos. As atividades consistiam em atuações práticas, espaços formativos e supervisões com a coordenadora e psicóloga da referida escola. Nós, agentes redutores de danos, realizávamos intervenções na rua, em bairros da cidade em que o uso de drogas, a precariedade de acesso à saúde por parte dos usuários e a pobreza apresentavam níveis mais altos. A abordagem junto a estes sujeitos consistia em, num primeiro contato, abordá-los para oferecer insumos a fim de reduzir os danos decorrentes do uso de drogas, como camisinha, protetor labial, copos de água e piteiras. Visávamos estabelecer um vínculo com os mesmos e, a partir disso, possibilitar um cuidado em saúde, que ora se manifestava com conversas e esclarecimentos de dúvidas, ora com a facilitação do acesso destes usuários aos aparatos de saúde da cidade.

Na ocasião, a atuação prática, os espaços formativos e as supervisões eram norteados pela Política de Redução de Danos (PRD) e por um cuidado em saúde que Lancetti (2006) denominou Clínica Peripatética, esse tem como intercessores principais os filósofos Gilles Deleuze e Felix Guattari. Lancetti (2006) afirma que se trata das potências da clínica praticada em movimento, que se dá por meio da aproximação dos sujeitos nos lugares que habitam na sociedade, buscando romper com o modo e o *setting* tradicionais de se fazer terapia. Nesse sentido, o referido autor aponta como esta nova clínica contribui com estratégias na construção dos modos de atuação da RD. Vale ressaltar que, durante as supervisões, nós não líamos os autores Deleuze e Guattari na fonte, logo, há que se atentar para a possibilidade de utilizações e interpretações errôneas acerca das elaborações dos mesmos.

Tal atuação me trouxe questionamentos e angústias, visto que o cuidado dos usuários se amparava numa prática que dava ênfase ao aspecto subjetivo, valorizando as perspectivas e desejos dos usuários de drogas em detrimento de traçar objetivos e planos para o tratamento dos mesmos. Enfatizava-se como pontos positivos da atuação o fato de aqueles sujeitos estarem em movimento, ainda que isso significasse uma piora de determinados pacientes, pois o parâmetro era a forma que os usuários enxergavam a própria realidade. Ou, era supervalorizado o fato de estes usuários apenas terem contato com outras formas de saúde, como acesso a insumos e conversas que eram guiadas

primordialmente por conhecimentos cotidianos acerca do tema drogas, sem se valer de conhecimentos e concepções científicas.

O que oferecíamos aos usuários, considerando a condição de extrema miserabilidade as quais eles estavam submetidos, era considerado como o máximo possível a ser ofertado. Constituíam-se, então, atuações que se eximiam de estabelecer algum objetivo para o tratamento já que isto poderia significar, inclusive, uma imposição do cuidador ao que o paciente desejava e acreditava. Eu estava em contato com pessoas cujas possibilidades de acesso a bens materiais e culturais necessários para um mínimo desenvolvimento subjetivo e objetivo eram extremamente restritas. E me deparei com a falta de respostas frente a estes gravíssimos problemas, primordialmente sociais, aos quais estas pessoas estavam submetidas.

Por outro lado, reconheço os avanços que esta atuação alcança especialmente no que se refere a uma oposição ao modelo tradicional de atendimento aos usuários de drogas. É preciso negar aquelas concepções que atuam na esfera da saúde e que consideram apenas os aspectos biológicos dos sujeitos e, por consequência, acabam por culpabilizá-los individualmente. É necessário também questionar a estigmatização e visões preconceituosas acerca desta população, o que interfere diretamente na forma com a qual o tratamento será conduzido. Evidencio ainda a importância de uma construção de vínculo e do conhecimento tanto da história de vida dos sujeitos, quanto da sua condição social.

Entretanto, a partir do estudo do método materialista histórico e das elaborações marxianas, me deparei com uma teoria que me fornece elementos para compreender as angústias originadas nesta atuação profissional: explicar a desigualdade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pelo gênero humano e, a partir disso, buscar formas de relacionar os conceitos de ser humano e de sociedade postulados pelo marxismo com a prática realizada pela RD.

Considerando que não é possível generalizar o que foi vivenciado especificamente em minha experiência profissional, vale recorrer a alguns dados estatísticos e análises de alguns pesquisadores do campo. Objetiva-se demonstrar a existência de uma relação intrínseca entre o agravamento dos problemas oriundos do uso de drogas quando marcados pela precariedade nas condições de vida impostas pela sociabilidade capitalista. Ou, ainda que o uso de drogas atinja as diferentes classes sociais, destaca-se que as consequências para as camadas mais pobres são mais agravantes. Além disso, há também dados que demonstram que os problemas oriundos do abuso de substâncias psicoativas

são, atualmente, a principal causa de afastamento do trabalho, o que pode denotar ainda uma relação entre a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores (consequências da reestruturação produtiva do capital) e a vulnerabilidade ao uso e abuso de substâncias psicoativas. Esta concepção é defendida por autores tanto do campo da Saúde Coletiva (Santos, 2008; Soares 2007; Santos & Soares, 2013) quanto por aqueles que analisam o fenômeno das drogas segundo o materialismo histórico-dialético e a Psicologia Histórico-Cultural (Moraes, 2011).

Segundo o *World Drug Report* de 2015, estima-se que quase um quarto de um bilhão de pessoas, entre 15 e 64 anos de idade, usou alguma droga ilícita em 2013. No que se refere ao uso problemático de drogas, incluindo distúrbios relacionados ao uso e à dependência, tem-se uma estabilidade nos últimos três anos. Entretanto, nota-se que apenas um a cada seis destes usuários tem acesso a tratamento. Além disso, milhões de pessoas usam drogas injetáveis em todo o mundo e compõem grupos vulneráveis e marginalizados. A falta de acesso a tratamento de saúde impõe analisar a questão do uso de drogas no âmbito da saúde pública bem como consolidar estratégias de busca destes usuários nos ambientes em que se encontram, visando construir um cuidado e uma garantia de atendimento à saúde, independente de preconceitos e estigmatização desta população. Facetas que a RD avança consideravelmente em detrimento de abordagens que tratam o problema das drogas no âmbito da segurança pública.

Ainda em análise dos dados deste relatório, Paiva e Costa (2017) apontam que os indicadores de concentração de renda, a desigualdade social, os escassos investimentos em políticas públicas e os recentes cortes nas áreas da saúde, educação e assistência social estabelecem uma relação direta com as formas de violência urbana e de gênero, com o extermínio de jovens e negros. E com o “[...] **aumento de sujeitos que apresentam problemas em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas, além do tráfico existente, especialmente, em territórios pobres** e inviabilizados em matéria de direitos humanos, porém visíveis no aspecto da coerção e opressão estatal” (Paiva e Costa, 2017, p. 59).

Coggiola (1996), em consonância, aponta que os setores da sociedade que mais são afetados pela autodestruição e a desmoralização, decorrentes do consumo de drogas são, de um lado, a juventude condenada a condições precárias de desemprego crônico e falta de esperanças e, de outro lado, os filhos das classes abastadas que sentem a decomposição moral e social. Diante disso, o autor afirma que o consumo de drogas, universalizado e massificado pelo capitalismo em cada época e em grupos sociais, esteve,

durante os anos 1980, estreitamente ligado à extensão da pobreza, da marginalidade e da desocupação. “O capitalismo só pode oferecer drogas como o crack, a cocaína e a heroína aos jovens que não emprega, aos emigrantes por ele expulsos, às minorias que o próprio discrimina ou aos trabalhadores destruídos por este sistema” (Coggiola, 1996, p. 47). Ora, conforme apontam os dados do World Drug Report (2015), da década de 1980 até os dias atuais este cenário não se alterou substancialmente.

Em relação ao Brasil, a *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack* feita pela FIOCRUZ abrangeu 27 capitais, 9 regiões metropolitanas e um conjunto de municípios selecionados. A pesquisa foi realizada nas cenas abertas no consumo de crack, ou seja, os lugares públicos em que se dá o uso. Os dados apontam que o uso de crack é expressivo na população negra e parda (oito a cada dez usuários regulares de crack são negros); o índice de conclusão do ensino médio é muito baixo e do ensino superior é praticamente zero; 40% dos usuários encontram-se em situação de rua; a forma de obtenção de dinheiro mais comum relatada pelos usuários é o trabalho esporádico, sem carteira assinada (65%), seguido pela mendicância (Bastos & Bertoni, 2014). Se a cada dez usuários oito são negros e se, conforme aponta o IBGE (2016), os negros compõem 75% da população mais pobre do país, pode-se inferir que o pauperismo estabelece uma intrínseca relação com os problemas ocasionados pelo uso de crack. Evidencia-se, assim, a condição de falta de acesso a bens materiais e culturais, que são expressos pela falta de moradia, pelas condições precárias de trabalho, pelo desemprego, pelas questões de etnia. Estes dados, em última instância, revelam as condições de miséria e pobreza desta população usuária.

Posteriormente a esta pesquisa, é lançado, em 2016, o livro *Crack e exclusão social*, que realizou um estudo qualitativo por meio de 200 entrevistas em profundidade com usuários de crack e com agentes do sistema de prevenção e tratamento destes indivíduos. A pesquisa demarca a relação entre exclusão social e uso de crack, além de estabelecer análises que dialogam com a pesquisa relatada no parágrafo anterior (dados epidemiológicos):

Dentre os marcadores de exclusão social, aferidos por investigações epidemiológicas, destaca-se [sobre os usuários de crack] a baixa escolaridade e a cor da pele parda ou negra autorreferida, sugerindo uma trajetória de marginalização social que precede o uso de drogas. Somam-se à escolaridade e cor da pele outros marcadores de exclusão social presentes, esses já passíveis de

influência pelo uso problemático de droga, como a falta de moradia e o desemprego ou trabalho precário (Souza, 2016, p. 163).

Diante disso, pontuar-se-á análises consideradas pertinentes para a compreensão do uso de crack: são as classes pobres que vivenciam com mais intensidade a violência ligada tanto ao consumo quanto ao tráfico de drogas no Brasil; quando os entrevistados foram questionados a respeito do que se esperava de um tratamento direcionado a usuários de drogas, as respostas envolveram reivindicações que, além dos serviços de saúde, incluíram: moradia, emprego, alimentação, banho, entre outras, ou seja, “A resposta poderia ser a mesma vinda de qualquer jovem das periferias brasileiras” (Souza, 2016, p. 14).

Além disso, demarca-se que o consumo de drogas – legais ou não – afeta todas as classes sociais, contudo, o condicionante de classe é crucial na compreensão deste fenômeno. Mesmo se tratando da mesma droga e de doses iguais, as consequências serão completamente diferentes visto que a história de vida e de consumo também se diversifica conforme aspectos econômicos, sociais e culturais (Souza, 2016). A classe social a qual pertence o usuário de drogas tem, portanto, influências decisivas na relação que este sujeito estabelece com a droga e nas implicações disso, especialmente quando se trata do uso abusivo de crack. Em contrapartida, é evidente que a classe média, mesmo quando este uso se torna problemático, “dispõe de recursos institucionais mais eficazes do que aqueles que dispõem a maioria dos subcidadãos brasileiros” (Souza, 2016, p. 105).

Hart (2014), pesquisador do campo da neurociência¹, ressalta que, a explicação acerca da adicção apenas pelas hipóteses de dopamina, ou qualquer outro fator puramente biológico, se distancia muito de oferecer um entendimento significativo para esse tipo de problema, especialmente porque prescinde dos fatores sociais. Revela que o fato de os usuários de drogas viverem em um círculo social que gira em torno das drogas pode contribuir para o uso contínuo. E aponta que a grande maioria dos usuários não são adictos, tendo em vista que o próprio apoio social funciona como fator de proteção contra muitos problemas de saúde e diferentes comportamentos de risco. Assim, grande parte da utilização patológica das drogas é motivada por necessidades sociais não atendidas, pelo sentimento de alienação e de dificuldade em se ligar aos outros.

¹A abordagem teórica deste pesquisador é a cognitivo-comportamental, contudo, entende-se que as pesquisas realizadas demonstram questões importantes para a compreensão do uso de drogas. Estes resultados e apontamentos serão tratados, porém, com base na compreensão de mundo postulada pelas elaborações e categorias marxianas e marxistas.

O autor supracitado sintetiza a respeito das pesquisas que realizou que, na ausência de apoio social ou de outras formas significativas de recompensas, a cocaína pode ser muito atraente e que, embora os usuários discutissem questões relacionadas às drogas, a adicção não era sua principal preocupação. De fato, os problemas dos pacientes estavam relacionados a questões práticas da vida, como o alto custo de moradia e outras necessidades essenciais. Diante disso, aponta que as diferenças na prevalência de problemas relacionados ao crack decorrem, sobretudo, das oportunidades econômicas e não de propriedades particulares da droga. Ressalta ainda que, apesar de os índices de utilização das drogas serem semelhantes em todas as classes sociais, a adicção e suas consequências são em grande parte decorrentes da falta de oportunidades. Isso porque melhores condições financeiras proporcionam maior acesso a empregos e fontes alternativas de prazer, além de melhor acesso aos cuidados de saúde mental.

Destaca-se, portanto, que os fatores sociais denominados por Hart (2014) são analisados por meio de uma compreensão dos determinantes sociais do processo de saúde-doença ou a unidade entre biológico e social. Isso quer dizer que é preciso reconhecer a especificidade destes fatores e a relação que estabelecem entre si, tendo em vista que o processo biológico do ser humano é também determinado socialmente. As categorias marxianas de análise, dentre elas, relações sociais de produção, estrutura e superestrutura e classes sociais são cruciais.

Sobre a questão do consumo de álcool, Moraes (2011, p. 102), em estudo sobre o alcoolismo e o sujeito alcoolista no capitalismo, afirma a necessidade de entender o uso de drogas enquanto produto das relações sociais historicamente estabelecidas entre os homens e mulheres. Isso implica compreender o momento histórico atual e a forma de organização da vida social, além dos aspectos que se referem ao indivíduo singular, este também marcado pelo condicionante de classe. Significa que é na forma de produzir a vida material, ou melhor, no modo de produção capitalista, que se encontra a raiz do problema do alcoolismo, ou “é nela que o alcoolismo se apresenta como patologia a ser enfrentada”.

Aponta-se, com isso, para a necessidade de discutir os impactos da crise estrutural e da reestruturação produtiva do capital e, com elas, as condições precárias de moradia, alimentação, transporte que afetam a vida social e subjetiva, bem como a saúde dos usuários de álcool e outras drogas. Laurell (1982), em crítica aos modelos multicausais de saúde, afirma que é preciso explicar os aspectos culturais e hábitos, mas apreendendo

a natureza coletiva destes fatores e demarcando a oposição em relação a concepções que se embasam na liberdade de escolha, como se esta fosse apartada da sociedade de classes.

Somam-se a isso os dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que demonstram que, em 2013, as principais causas de afastamento do trabalho são devido ao abuso de substâncias psicoativas, sendo o alcoolismo a principal causa, seguido do uso de cocaína (Agência Brasil, 2014). Além disso, neste mesmo ano, o INSS disponibilizou mais de 134,6 mil auxílios-doença referentes a casos de dependência de substâncias químicas em todo o país, com um gasto que girou em torno de 27 milhões de reais (Previdência Social, 2014).

Dessa forma, conforme explica Baratta (1994), os efeitos mais graves à saúde oriundos do consumo de drogas estabelecem íntima relação com as condições sob as quais tal consumo se estabelece. São eles: as substâncias, por serem ilícitas, não possuem controle de qualidade; o consumo que se dá em cenários de péssimas condições de vida e higiene produzem riscos adicionais aos denominados efeitos primários da droga (aqueles produzidos pela natureza da substância psicoativa); o encarecimento do produto que favorece a entrada dos drogaditos, seja no âmbito do comércio ilegal das drogas, seja por meio de comportamentos criminais, a fim de obtê-las.

Vale destacar que, segundo o autor supracitado, são mais numerosos os usuários de drogas (lícitas ou ilícitas) que consomem tais substâncias sem apresentar prejuízos no desempenho de suas atividades diárias, por exemplo, no âmbito profissional. Dessa forma, tem-se uma configuração de um mundo discreto das drogas, em que custos sociais da criminalização não os atingem diretamente e isso é dado primordialmente pela desigualdade social. Isso significa que, quando o sujeito pertence a uma classe social menos favorecida, ele está submetido a um maior risco de inserção na marginalização e violência, que caracterizam o dito “mundo da droga”, bem como as consequências da criminalização envolvendo determinadas drogas – as ilícitas, ainda que o consumo de substâncias psicoativas esteja presente em todas as camadas sociais (Baratta, 1994). A RD, que visa olhar para o consumo de drogas sob a ótica da saúde, almeja superar este cenário de criminalização dos usuários de drogas, de modo a lutar pela garantia dos direitos humanos e dos direitos sociais de saúde destes sujeitos.

Dois casos atuais e suas contradições elucidam a colocação de Baratta (1994) acerca de como a criminalização da droga incide de forma diversa nos sujeitos de diferentes classes sociais. Rafael Braga, ex-catador de latas e negro, foi preso durante as manifestações de junho de 2013 e, recentemente, condenado por tráfico de drogas e

associação para o tráfico – pena de 11 anos e três meses, por portar **0,6 gramas de maconha, 9,3 gramas de cocaína e um rojão**. Conforme denuncia a reportagem da Carta Capital, a Lei das Drogas no país condena de acordo com a classe social e a cor da pele (Carta Capital, 2017). Em oposição, tem-se o caso de Breno Fernando Solo Borges, filho da desembargadora Tânia Garcia, a qual preside o Tribunal Regional Eleitoral e integra o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Breno foi detido por portar **130 quilos de maconha, centenas de munições de fuzil e uma pistola de nove milímetros** conseguindo *habeas corpus* quase que imediatamente. Posteriormente, por pressões midiáticas foi acusado de tráfico de drogas. Contudo, em recente interpretação do tribunal de justiça, ele encontra-se em uma clínica psiquiátrica, diagnosticado com Síndrome de Borderline (Jornal Nacional, 2017).

A esta forma de abordagem a RD, enquanto movimento social e luta antiproibicionista, se contrapõe. É justamente a existência de práticas sociais, também corroboradas pelo Estado, que visam criminalizar o/a usuário/a de drogas de acordo com a classe social e a etnia legitima a importância da luta pela defesa de um cuidado mais humanizado voltado aos usuários de drogas. Isso impõe dotar-se de um referencial teórico-metodológico que forneça suporte para compreender, em sua essência, o intrincado sistema de produção, distribuição e consumo de substâncias, bem como a relação que os sujeitos estabelecem com a droga nesta forma de sociabilidade. E, a partir disso, contribuir para a consolidação de respostas sociais a este fenômeno, dentre elas a RD, que visem não só atender as reais necessidades de saúde dos usuários, como também problematizar o consumo de drogas e sua relação tanto com a miséria e pobreza quanto com as condições precárias e de exploração do trabalho.

Ante o exposto, a análise realizada nesta dissertação parte, portanto, do método materialista histórico-dialético. A discussão acerca da produção do conhecimento que, por sua vez, envolve o debate do método impõe analisar a relação entre a subjetividade e a objetividade. Nesse sentido, considera-se que Karl Marx operou a instauração de um padrão radicalmente novo de conhecimento: o padrão marxiano². As relações sujeito e objeto, subjetividade e objetividade são compreendidas como uma unidade indissolúvel e operam determinações um sobre o outro, dialeticamente, tendo, porém, como categoria

² Em Tonet (2013) pode ser encontrada uma explicação a respeito das condições sociais e históricas que possibilitaram a emergência do padrão marxiano, considerando que as ideias não surgem “da cabeça do ser humano”, mas, em última instância, são expressões das relações sociais de produção de determinado período histórico. A teoria marxiana deve ser analisada, portanto, no interior do processo histórico, a fim de compreender sua origem, natureza e função social. A título dos limites propostos nesta dissertação não será possível realizar esta discussão de maneira detalhada.

fundante a atividade humana sensível. Tal relação é compreendida por meio **das categorias de totalidade e essência**, à luz da materialidade e historicidade, trata-se, portanto, de uma ontologia histórica e social³. Dessa forma, não existe uma essência humana dada *a priori* e que seja universal e imutável, mas trata-se de apreender a essência dos fenômenos sociais tendo como categoria fundante o modo sob o qual o ser social se organiza, historicamente, para produzir os bens materiais e culturais necessários à sua subsistência (Tonet, 2013).

Segundo Kosik (2002, p. 15), a atividade humana que se dá no âmbito da intuição prática do real ou da ação espontânea, permite que os indivíduos tenham acesso a uma realidade fragmentária em que os fenômenos se mostram de maneira isolada e imediata. Esta cotidianidade que se dá na vida social, a qual é caracterizada pelos fenômenos externos, pela “práxis fetichizada” dos homens e mulheres, pelas representações sociais comuns, pelos objetos fixados, constitui o “mundo da *pseudoconcreticidade*”. Neste, os fenômenos aparecem como naturais e não se mostram, portanto, como resultantes da atividade social do ser humano, visto que a forma fenomênica das coisas se expressa de maneira espontânea, no pensamento e na consciência dos sujeitos, como realidade. Tonet (2013) acrescenta que a alienação e a reificação são mecanismos que encobrem a realidade social, de forma que esta e a sociedade deixam de ser vistas como processos e se tornam fragmentadas e coisificadas. O pensamento comum se configura, portanto, na forma ideológica sob a qual se dá o cotidiano agir humano, “Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na práxis fetichizada [...] não é o mundo real, embora tenha a “consistência” e a “validez” do mundo real: é o mundo da aparência” (Kosik, 2002, p. 19).

No processo de apreensão dos fenômenos sociais, contudo, parte-se da realidade tal como se apresenta aparentemente, visto que ao mesmo tempo em que tais fenômenos guardam em si sua essência eles também a escondem. A essência se apresenta no âmbito fenomênico, porém, apenas de maneira superficial e parcial, ou mesmo somente por meio de determinados aspectos. Essência e aparência configuram uma unidade que propicia apreender como a coisa em si se manifesta e se esconde em determinado fenômeno. Diante disso, a função da ciência e da filosofia é desvendar por meio de uma atividade peculiar como se dão os processos sociais, de modo a abarcar suas leis gerais de funcionamento e suas estruturas, dialeticamente. Em outras palavras, “O “conceito” e a

“abstração”, em uma concepção dialética, tem o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa e, portanto, compreender a coisa.” (Kosik, 2002, p. 18).

Dá-se, portanto, um movimento em que se transcende a pseudoconcreticidade e busca-se a concreticidade dos fatos sociais, de modo a desvendar o “movimento real interno” da realidade, que se esconde por detrás do “movimento visível” (Kosik, 2002, p. 21). Busca-se, portanto, compreender os fenômenos sociais dentro da realidade, que é uma totalidade estruturada. O resgate da totalidade, proposto pelo padrão marxiano, aponta que os fenômenos sociais não podem ser compreendidos isoladamente, logo é necessário apreender o processo de constituição de determinado objeto abarcando sua totalidade e as partes que o constituem. Ademais, uma ação que se pretenda transformadora da realidade social pressupõe que o mundo seja uma totalidade articulada e coesa, dotada de uma ordem em que é possível captar suas leis gerais de funcionamento (Tonet, 2013).

Na mesma direção, Kosik (2002, p. 59) afirma que a realidade social é passível de ser conhecida em sua totalidade concreta e o conhecimento da gênese e das contradições do real permite ir, portanto, para além da pseudoconcreticidade. A realidade é uma totalidade dialética e estruturada, desse modo, pontua-se a necessidade de investigar como surge a totalidade e “[...] quais são as partes internas do seu desenvolvimento e movimento – quais os fenômenos que a compõe”. Demarca-se ainda que se trata de uma “[...] totalidade de base e superestrutura, bem como de seu movimento, desenvolvimento e relações recíprocas, embora cabendo a base um papel determinante”. Esta se caracteriza ainda pelo ser humano enquanto sujeito histórico e social, que no processo de produção e reprodução da vida material constrói a realidade social enquanto “totalidade de relações sociais, instituições e ideias” e, neste processo, constrói-se a si mesmo – “[...] infinito processo da “humanização do homem”” (Kosik, 2002, pp. 60-61). Isso significa que, ao analisar os problemas oriundos do consumo de drogas e a RD, buscar-se-á evidenciar como estes fenômenos sociais compõem a totalidade, visando não os apreender isoladamente, ainda para fins da investigação e sua temporalidade, haja a necessidade de se estabelecer recortes.

Reafirma-se, assim, a necessidade da categoria da historicidade como crucial no alcance da essência dos fenômenos. A não consideração da historicidade/totalidade como categoria fundamental contraria o que é a realidade social, de maneira a deformar o conhecimento, o que culmina numa função ideológica que sustenta a manutenção da

ordem social. Ao contrário, é necessário adotar um posicionamento que possibilite a transformação radical da sociedade, que supere o conhecimento na sua função ideológica e que alcance um entendimento o mais verdadeiro possível do que é a realidade social, numa ciência em unidade com a filosofia e que se coloca a serviço da superação desta condição de desumanidade que submete a todos e todas à lógica do capital (Tonet, 2013).

Vale evidenciar, portanto, que o processo de apreensão da realidade em nível ideal só é possível mediante a atividade humana, ou seja, não se trata de um processo meramente reflexivo ou compreensivo, mas que é dado em determinadas circunstâncias sociais e históricas. “O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (Kosik, 2002, p. 28). É, nesse sentido, que Marx (1987, p. 12) postula que as explicações acerca do ser social não transcendem a sociabilidade e, dessa forma, defende que “[...] a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária”, enquanto atividade prático-crítica. Quer dizer, o ser humano está cotidianamente transformando mundo, sendo que sua atividade é ao mesmo tempo prática e teórica, de modo a apreender a realidade e projetar as possibilidades de transformação. Trata-se da realização da práxis revolucionária, entendida como unidade teórico-prática que defende o conhecimento da realidade social para transformá-la e colocá-la a serviço da constituição da humanidade de fato.

Considerando o exposto até aqui, Vigotski (1996) sintetiza que as elaborações científicas, por mais abstratas que sejam, partem da realidade concreta, de uma necessidade dada no plano material, aem que o conhecimento científico se volta a compreender e explicar. Dialeticamente, ao se tratar apenas do fato empírico ou da realidade concreta, tem-se que eles guardam em seu cerne uma abstração primária. A função da ciência é construída, portanto, por meio de um movimento dialético, que parte de uma necessidade real, de um fato concreto, busca-se então abstrair suas leis gerais de funcionamento, e retorna-se ao real/ao fato para explicá-lo. Por isso, buscou-se trazer alguns dados acerca do uso de drogas, que fornecem a aparência do fenômeno e, para além, apoiou-se em análises de estudiosos do campo acerca destes dados empíricos.

Nesta dissertação as análises terão como ponto de partida toda a compreensão tecida nesta introdução, de modo a defender que o consumo de drogas e a RD devem ser compreendidos como fruto de determinada práxis social. Sendo que a tarefa do momento histórico atual, no que se refere ao fenômeno das drogas, é analisar qual a relação entre ele e a totalidade social, permeado pela noção da unidade entre sujeito e objeto, tendo

este último como polo fundante. Vale evidenciar que tais fundamentos e categorias metodológicas se colocam como cruciais na compreensão da complexidade que envolve a problemática do uso de drogas na atualidade, bem como a elaboração de estratégias de cuidado, mais especificamente no que se refere à RD. Quais seriam os determinantes históricos e sociais que caracterizam o consumo de drogas e as intervenções sociais para lidar com este problema na sociedade capitalista? Quais seriam as abordagens teóricas utilizadas para compreender este fenômeno e que embasam a estratégia de saúde mais avançada atualmente – a Redução de Danos?

Procurando responder às indagações acima, foram organizados os capítulos desta dissertação que se seguem. A discussão do **primeiro capítulo** será operacionalizada em três tópicos: 1) serão apresentados os condicionantes históricos, econômicos, políticos e ideológicos que antecederam a década de 1970, de modo a compreender a emergência do “problema das drogas” e as consequentes respostas sociais dadas via Estado, abarcando, de forma genérica, os cenários internacional e nacional; 2) serão expostos e analisados o cenário do capitalismo pós-1970, de modo a considerar as modificações impostas pela reestruturação produtiva do capital e suas implicações: nas elaborações teóricas denominadas pós-modernas, na forma sob a qual se dá o crescimento do narcotráfico e na nova configuração que adquire o consumo de drogas; 3) far-se-á um breve histórico da luta e consolidação das estratégias de redução de danos no cenário internacional e suas repercussões em âmbito nacional. Visa-se problematizar acerca do pragmatismo das ações e da heterogeneidade de perspectivas teóricas, ou mesmo a falta delas, que vem embasando esta resposta social ao fenômeno das drogas no âmbito da saúde; 4) finalmente, apresentar-se-á uma síntese geral, para que esta norteie a compreensão das análises apresentadas no segundo capítulo.

Já em relação à discussão do **segundo capítulo**, com base no método materialista histórico-dialético, busca-se compreender as fundamentações teóricas utilizadas e os conceitos trazidos para analisar a RD e o uso de drogas e, a partir disso, apontar avanços e limitações. Dessa forma, parte-se do entendimento de que analisar as publicações atuais sobre redução de danos torna-se um instrumento importante para ampliar o alcance tanto da compreensão do fenômeno das drogas quanto das proposições, dentre elas a RD, para lidar com essa questão na sociabilidade capitalista atual. Além disso, possibilita somar esforços à argumentação em favor de práticas de saúde - ainda que se evidenciem os limites impostos pelo capitalismo - que compreendam a problemática do uso de drogas dentro da totalidade, buscando denunciar os interesses do capital por detrás da produção,

distribuição e consumo de drogas. Por fim, corroborar com uma visão científica que favoreça o máximo possível as reais necessidades de saúde da classe trabalhadora, em detrimento de práticas moralistas, religiosas e que pautam suas análises tendo em vista as necessidades do capital.

A discussão do segundo capítulo será, portanto, apresentada em três tópicos: 1) mapeamento dos artigos da biblioteca virtual do *Scielo* que discutem a Redução de Danos nos últimos dez anos bem como a classificação de acordo com a abordagem teórica; 2) no subtópico deste item, apresentar-se-á uma discussão acerca da categorização estabelecida, acompanhada de análises das problemáticas identificadas e que vem predominando nas produções acerca da RD; 3) por último, serão feitas considerações acerca da *Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas*.

A título de finalização, nas considerações finais, buscar-se-á enfatizar os avanços da Saúde Coletiva de base marxista para a superação dos limites das teorias que vêm subsidiando a compreensão do fenômeno das drogas, mais especificamente no que se refere à RD. Considera-se que uma análise que visa alcançar a totalidade do denominado problema das drogas se faz primordial na configuração de uma prática de saúde, neste caso a RD, que lida diretamente com o uso/abuso de substâncias psicoativas.

CAPÍTULO I – CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA DAS DROGAS

Partindo do método marxiano de análise, que tem como um de seus fundamentos a historicidade como crucial no entendimento dos fenômenos sociais, se pretende desenvolver e discutir neste capítulo como foram se constituindo ao longo do século XX as respostas sociais ao fenômeno das drogas. Estas, de um modo geral, são representadas pelo modelo proibicionista e pela redução de danos. Considera-se ainda que a forma como os seres humanos se relacionam na contemporaneidade, inclusive no que se refere ao uso de substâncias psicoativas e as formas de regulação deste uso, devem ser compreendidas dentro da sociabilidade capitalista, tendo como base a materialidade da vida social.

O movimento social se caracteriza tanto pela realidade social quanto pelas elaborações teóricas que os indivíduos sociais vão construindo a fim de compreender, explicar e justificar as necessidades de cada momento histórico, configurando um movimento dialético entre infra e superestrutura, sob a regência do primeiro, conforme demonstrado por Marx (2008). Diante disso, este primeiro capítulo objetiva também

expressar este movimento a fim de demonstrar como o tratamento que se dá à questão do consumo de drogas visa favorecer, majoritariamente, as necessidades do capital em detrimento das verdadeiras necessidades humanas.

1.1 Condicionantes históricos que antecedem 1970

Tendo em vista a discussão que será realizada neste capítulo, faz-se necessário realizar um breve resgate histórico objetivando demonstrar o movimento do capital e a construção econômica, política e ideológica que antecedeu a década de 1970. Desse modo, se busca angariar esforços para uma compreensão materialista histórica: da emergência do denominado “problema das drogas” e como se sucedeu o tratamento dado pelo Estado a este fenômeno; das origens da decadência ideológica da burguesia, que fornecem a base para o desenvolvimento das ideias oriundas do campo pós-moderno. Considera-se, portanto, que o fenômeno das drogas bem como as formulações ideais produzidas pelos sujeitos históricos estão intimamente relacionadas às mudanças históricas e sociais.

Nas últimas décadas do século XIX até 1920, o capitalismo presenciou consideráveis transformações que, apesar de não alterarem a essência deste modo de produção, resultaram na entrada em um novo estágio: o imperialismo. Anteriormente, se têm, na segunda metade do século XVIII, as modificações políticas que se completaram com a Revolução Burguesa, que culminou na efetivação do Estado burguês e na Primeira Revolução Industrial (mudanças técnicas na produção) (Marx, 2013). Tais modificações tinham relação direta com a concretização do denominado capitalismo concorrencial, liberal ou clássico, o qual duraria até meados da década dos anos 1860 do século XIX. Aqui já se delineava a forma que seria assumida pelo capitalismo no estágio subsequente a este: a economia mundial (Netto & Braz, 2006).

O mundo ocidental presenciou, então, a consolidação do modo de produção capitalista e “[...] se defrontou em cheio com o paradoxo da pobreza em meio à abundância” (Huberman, 1985, p. 306). Tratava-se das crises de superprodução do sistema capitalista. A crise da década de 1840 teve como saldo milhões de desempregados e deixou a classe trabalhadora em condições de vida extremamente precarizadas (pobreza e miséria). Engels (1986) analisou a situação da classe trabalhadora na Inglaterra,

principalmente no período entre 1840-1850⁴, e trouxe à tona as mazelas sociais e de saúde do proletariado inglês. Este se encontrava amontoado em casas minúsculas e sem ventilação, sem esgoto, banheiros públicos ou sanitários nas casas (também fruto da rápida e intensa urbanização sem planejamento), em péssimas condições de higiene, com alimentação precária, submetido a exaustivas horas de trabalho. Boarini (2003, p. 33) afirma que, com as “precárias e desumanas condições de saúde, de alimentação, de habitação e de tantas outras carências vividas pela classe trabalhadora, potencializava-se a incidência de mortes por uma ampla variedade de doenças”.

Face a esta situação os trabalhadores reagem de diferentes maneiras. Alguns sucumbem e deixam-se desmoralizar: mas **o alcoolismo, o vício, a criminalidade que daí decorrem e se expandem cada vez mais são fenômenos sociais nascidos do capitalismo**, e que não poderiam ser explicados pela simples fraqueza ou falta de energia dos indivíduos (Engels, 1986, p. 13).

O autor relata ainda o quanto a bebida enfraquece o trabalhador em termos de saúde, analisando-a como um dos possíveis desdobramentos das condições de trabalho da época, levando os trabalhadores ao alcoolismo. Dessa maneira, o álcool é “uma consequência necessária e inevitável de condições dadas” (Engels, 1986, p. 123).

Carneiro (2002a) aponta que anteriormente ao século XIX os seres humanos se relacionavam com as drogas, dentre elas o álcool, mas não de maneira compulsiva. Segundo o autor, não havia vocabulário que expressasse a existência do denominado ‘vício’ ou de uma doença decorrente desta relação. O consumo de álcool e outras drogas já fora marcado, na história da humanidade, por distintas compreensões que ora condenavam este hábito, ora o consideravam como uma prática virtuosa, contudo, até este período, jamais recebera a classificação de doença. Isso significa que, na medida em que se efetiva o modo de produção capitalista, se consolida, por sua vez, uma relação do ser humano com as drogas radicalmente nova. Tal relação precisa ser compreendida tendo em vista as determinações e consequências desta forma de organização social na vida dos sujeitos singulares, no seu psiquismo, na sua personalidade, bem como na forma com que estes sujeitos passam a se relacionar com as drogas.

⁴Estes foram anos decisivos na evolução do capitalismo e do movimento operário, em que o problema da situação precária e de exploração que se encontrava a classe operária não era local ou nacional, era, sobretudo, internacional.

O problema das drogas se origina e se acentua, portanto, quando a produção e o consumo de drogas deixam de ser parte da história de uma cultura local e passam a se configurar pela história da economia capitalista. Diante disso, Baratta (1994, p. 41) explica que,

A história das drogas anterior à economia capitalista é, com raras exceções, um aspecto normal da cultura, da religião e da vida cotidiana em toda a sociedade: não é a história de um problema. Torna-se um problema com o advento do mercantilismo e com a consolidação em nível mundial do modo de produção capitalista. [...] As novas drogas [...] tornaram-se [...] a partir de interesses políticos e econômicos dominantes, um grande problema moral ou religioso ou um grande negócio para comerciantes e monarcas; um objeto de proibição ou, ao contrário, de promoção ou imposição.

Neste período, que se inicia no século XIX, o interesse nas drogas psicoativas passa a marcar a química, a farmácia, a medicina e também a filosofia, a literatura e o mundo artístico. As explicações místicas e ritualísticas acerca das drogas já não correspondiam mais ao momento de desenvolvimento histórico em que a sociedade se encontrava. A química, nesse sentido, realiza expressivos avanços, combinados com os interesses comerciais e, em meados do século XIX, tanto na Europa quanto na América, eram comercializados remédios que, em sua maioria, continham drogas psicoativas (Escohotado, 1994). Foram descobertos diferentes princípios ativos de plantas, os fármacos puros:

[...] em uma sucessão que começa com a morfina (1806) para seguir com codeína (1832), atropina (1833), cafeína (1841), cocaína (1860), heroína (1883), mescalina (1896), barbitúricos (1903) e o uso como anestésicos de éter, clorofórmio e óxido nitroso [...] entre outras substâncias psicoativas (Escohotado, 1994, p. 76).

Isto se passa em um momento marcado pela consolidação da indústria e pelo processo de proletarização dos camponeses, bem como por um crescimento urbano exorbitante, em que as massas foram submetidas a condições miseráveis de vida. A transformação e a evolução tecnológica do mundo eram incontestáveis, bem como o

interesse pelas drogas, especificamente no que se refere ao ânimo/humor (Escohotado, 1994).

Em relação ao âmbito econômico, se destaca que a proibição do uso de ópio na China desencadeou as guerras do ópio (1839 -1842 e 1856-1860), que ocorreram devido aos interesses das potências ocidentais que forneciam esta droga ao mercado chinês. A China foi derrotada e, com isso, a Inglaterra e a França impuseram a liberdade de uso e venda de ópio (Rodrigues, 2012, p. 23). Acresce-se a isso o fato de que esta guerra foi financiada por empresas inglesas que detinham o monopólio de produção do ópio na Índia (colônia inglesa neste período). Três décadas após a conversão do ópio em mercadoria de livre comércio, em 1906, havia mais de dois milhões de usuários regulares na China, conforme indicam historiadores chineses e a declaração oficial do governo deste país (Escohotado, 1994).

Em análise destes dados se tem que “O uso, como parte de um sistema comercial de distribuição, venda e propaganda, ocasionou um problema social muito grande, que em milhares de anos não havia ocorrido com o uso doméstico liberado da mesma droga, na mesma região” (Paes, 2006, p. 108). Com isso, se delineava um novo cenário em relação às drogas no século XIX, em que “A difusão massiva de produtos que antes eram de luxo e de circulação restrita, como o açúcar, o ópio, o tabaco, o café ou o chá, tornaram-nos, principalmente a partir do século XIX, cada vez mais abundantes e disponíveis” (Carneiro, 2002b, p. 116).

Ainda no século XIX, as lutas de classes já expressavam seu fundamento na contradição capital x trabalho. Esta é caracterizada pela desigualdade social engendrada e inerente ao modo de produção capitalista. Expressa, portanto, a pauperização do trabalhador, acrescida daqueles que se encontram em condição de indigência. Dessa forma, o fenômeno do pauperismo no capitalismo não pode ser explicado por meio de características intrinsecamente humanas, mas se refere ao modo de produção capitalista que, conforme explica Marx (2013), por meio da lei geral da acumulação capitalista, produz, necessariamente, o fenômeno do pauperismo. Ainda que este possua variantes sociais, políticas e culturais, sua essência está na contradição entre capital e trabalho. Isso significa que “[...] de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação)” (Netto, 2011a, p. 158).

Soma-se a isso que se trata de um sistema em que a riqueza socialmente produzida é suficiente para eliminar por completo a contradição capital versus trabalho, o pauperismo e suas diversas consequências (Marx & Engels, 2008; Marx, 2013). Vale destacar ainda que, por meio da compreensão da relação intrínseca entre desigualdade social, bem como a falta de acesso a bens materiais/culturais socialmente produzidos e o consumo de drogas, violência e tráfico, pode se considerar que, em sua maioria, os problemas sociais advindos do uso exacerbado de drogas podem ser analisados como uma expressão das condições de vida no capitalismo, no que se refere tanto à contradição capital *versus* trabalho quanto ao fenômeno do pauperismo.

Ao longo do século XIX, portanto, a luta de classes vai avançando em termos de politização. Mas “[...] as lutas de classes se elevam a um novo patamar”, por meio dos eventos revolucionários de 1848, em que “[...] as vanguardas revolucionárias ganham consciência do antagonismo entre proletariado e burguesia” (Netto e Braz, 2006, p. 174). Passa-se a defender os interesses da classe trabalhadora, configurando-a, dessa forma, enquanto o novo sujeito revolucionário e convertendo a burguesia em classe conservadora. Hobsbawm (1988) afirma que a revolta da classe trabalhadora diante das condições às quais estava submetida vai tomando forma e culmina nas revoluções de 1848 (com repercussão mundial). Foi a primeira da história realizada por trabalhadores pobres e famintos, objetivando uma república democrática social, tendo ocorrido em curto espaço de tempo, visto que não havia condições históricas para que ela avançasse para além da falta de organização e liderança. Em 1871, destaca-se também a Comuna de Paris. As reivindicações deste período eram caracterizadas por lutas pela diminuição da jornada de trabalho e daí se iniciam as formas de intervenção estatal como respostas para manejar e conciliar a contradição capital x trabalho. Diante disso, Behring e Boschetti (2009) argumentam que a legislação fabril é antecessora fundamental no que se refere à função assumida pela relação entre o Estado e a luta de classes que reivindica por direitos sociais no século XX.

É justamente neste momento histórico que foi iniciado o ciclo da decadência ideológica da burguesia, que abandona os ideais de transformação que estiveram presentes na luta contra o regime anterior (Lukács, 2015). Sobre a concepção de mundo elaborada pela filosofia burguesa, Coutinho (2010, p. 7) ressalta que ela se divide em duas principais etapas, sendo a primeira:

[...] dos pensadores renascentistas até Hegel, caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. A segunda – que se segue a uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848 – é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade: as categorias do humanismo, do historicismo e da Razão Dialética. Essa descontinuidade da evolução filosófica corresponde naturalmente a própria descontinuidade objetiva do desenvolvimento capitalista. O antagonismo entre progresso e reação, que marca desde as origens a evolução da sociedade burguesa, apresenta a partir de 1848 um novo aspecto: as tendências progressivas, antes decisivas, passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores de progresso (que certamente continuam a existir) ao transformá-los em fonte do aumento cada vez maior da alienação humana.

A respeito da segunda etapa, Netto (1978) aponta que, de acordo a perspectiva lukacsiana, tal período foi caracterizado pela decadência ideológica da burguesia. A expressão do irracionalismo foi decisiva e essencial na produção filosófica reacionária que perpetuou nos séculos XIX e XX. Nota-se que a burguesia já não era mais a classe revolucionária que visava romper com o antigo sistema feudal, mas já adquirira o status de classe dominante e seus interesses não se referiam mais à modificação da sociabilidade agora burguesa, mas à sua manutenção. A sociedade enfrentava ainda um período de intensa expressão da luta de classes e a manifestação disso no campo das ideias denotava uma reação defensiva ao proletariado, que, por sua vez, emergia enquanto classe revolucionária. Em síntese, é sob a base da grande crise econômica, social, política e ideológica entre os séculos XVIII e XIX que se configura o nascimento do irracionalismo moderno.

No que se refere à decadência ideológica da burguesia, evidenciam-se duas fases: a primeira tendo como expoentes de Schelling a Kierkegaard, em que o ataque se direcionou à ideologia do proletariado, mais precisamente no combate às ideias do materialismo histórico (período da eclosão da Comuna de Paris e a emergência do Imperialismo). A segunda, na esteira da primeira, encontra em Nietzsche seu principal expoente. Dessa forma, a perspectiva lukacsiana localiza a evolução do irracionalismo como um todo e as transições que operaram no seu interior, pautando-se pelo desenvolvimento social e econômico que as propiciou e, por sua vez, forneceram a base

para a compreensão de suas modificações (Netto, 1978). Vale ressaltar que aqui se origina o irracionalismo que será retomado posteriormente à década de 1970 pelas teorias do campo pós-moderno. Tal campo se configura enquanto predominante, atualmente, no que se refere à fundamentação teórica da estratégia de redução de danos, conforme será analisado no segundo capítulo desta dissertação.

Coutinho (2010, p. 10) também observa que a ideologia que corresponde ao período revolucionário da burguesia foi “[...] a conquista da realidade por uma Razão explicitada em todas as suas determinações, essa tarefa – na época da decadência – consiste precisamente em negar ou em limitar o papel da Razão no conhecimento e na práxis dos homens”. E alerta que esta ruptura não se dá de modo totalizante em relação ao pensamento burguês progressista, mas se trata especificamente de um rompimento com a faceta progressista que constituiu o fundamental deste pensamento, já que em variados aspectos é possível verificar certa continuidade entre a filosofia burguesa progressista e aquela da decadência.

Conforme explica Lukács (2015, pp. 100, 108), com a decadência ideológica da burguesia expressa pelo irracionalismo vão se configurando explicações que se distanciam cada vez mais da compreensão da realidade social. Portanto se desconsideram as “verdadeiras forças motrizes da sociedade” por meio de uma explicação que não alcança a essência das contradições instauradas pela consolidação da ordem capitalista. Estas explicações, ditas “científicas”, são, então, dotadas de um ecletismo que propicia uma explicação superficial, carente de mediações e determinações acerca dos fenômenos sociais. Configura-se um pensamento que, em última instância, “[...] é essencialmente acrítico, não vai além da superfície dos fenômenos, permanece no imediatismo e cata ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo.” Lukács (2015) complementa ainda que é próprio da decadência ideológica a retórica, que prevalece em detrimento do confronto das convicções subjetivas com a realidade objetiva. Desse modo, afirma que:

É retórica toda expressão política, científica ou literária que não reflita o movimento real nem se dê ao trabalho de estudá-lo ou expressá-lo, e que, por isso, ainda que ocasionalmente toque de leve na verdade, afasta-se cada vez mais da trajetória da curva em direção a tangente (Lukács, 2015, p. 39).

Diante disso, tal conhecimento considera a dinâmica do real tão complexa e contraditória que estabelecer critérios para sua compreensão seria desconsiderar e,

mesmo violentar, as individualidades que compõem a realidade objetiva. Dá-se, então, a configuração de um pensamento orientado por aspectos subjetivos em que as teorias que visam compreender a dinâmica da vida social dão lugar aos desejos mais individuais. A realidade social é, portanto, reduzida à retórica e à compreensão subjetiva.

Juntamente às mudanças operadas no cenário sociopolítico do final do século XIX, segundo Netto e Braz (2006, p. 177), se têm transformações ocorridas: no domínio das ciências naturais, que visavam atender necessidades postas pelo desenvolvimento das indústrias e que foram marcadas pelo positivismo⁵ e; no domínio econômico, foi notável o “surgimento dos monopólios” bem como a “modificação do papel dos bancos”⁶. Com o crescimento e a consumação dos monopólios, já no final deste século e início do seguinte, o grande capital passa a ser conhecido por sua fase monopolista (os monopólios são um recurso do capital que objetiva aumentar a valorização do valor). Mas é quando se estabelece a fusão entre capital industrial e bancário e a dominação dos monopólios que se constitui o capital financeiro (e a oligarquia financeira), o qual, por sua vez, concretizará o terceiro estágio do capitalismo: o imperialismo, que se prolonga até na entrada do século XXI⁷. Desde a sua concretização até o período atual, o imperialismo sofreu inúmeras modificações, entretanto, manteve-se sob a égide dos monopólios.

A constituição do imperialismo tem como característica, além do capital financeiro e da monopolização, a partilha econômica e territorial do mundo, que toma a forma de uma recolonização entre os Estados imperialistas, nos quais o capitalismo monopolista se desenvolveu. Tal partilha é alvo de disputa no início do século XX, culminando na Primeira Guerra Mundial, sendo que tais conflitos também dizem respeito à Segunda Guerra Mundial. “De fato, a guerra, no estágio do capitalismo dos monopólios,

⁵Netto & Braz (2006, p. 176) afirmam a esse respeito: “Os impactos desses desenvolvimentos na produção (afetando insumos, meios de produção e mercadorias) foram de tal ordem que alguns historiadores caracterizam o último terço do século XIX como o de uma “segunda revolução industrial” (ou o de uma “segunda fase” da Revolução Industrial)”.

⁶O impacto do monopólio foi enorme e alterou profundamente a dinâmica econômica, concomitantemente, os bancos que tinham como função intermediar pagamentos se tornaram elemento central no sistema de créditos. Note-se ainda que a monopolização deu-se inclusive no capital bancário. Com isso, deu-se o surgimento dos capitais comercial, industrial e bancário.

⁷Os estágios do capitalismo, portanto, são: capitalismo mercantil (acumulação primitiva do capital); capitalismo clássico ou liberal ou concorrencial (criação do mercado mundial) e imperialismo (efetiva consolidação do mercado mundial). Nota-se que o capital, desde os seus primórdios, assume um movimento de mundialização, visto que sua lógica constitutiva é a valorização do valor que avança qualquer fronteira. Além disso, tem-se que na monopolização é o preço da mercadoria é fixado pelos setores monopolistas de modo a submeter os ramos empresariais menores, já o capitalismo concorrencial tem como característica a livre concorrência entre as diversas empresas do mesmo setor.

constitui a forma extrema de partilhas do mundo pelas potências imperialistas.” (Netto & Braz, 2006, p. 183)⁸.

Vale destacar ainda a indústria bélica, bem como as atividades conectadas a ela que assumiram um caráter fundamental na economia. Isso significa que neste momento do capitalismo vão se entrelaçar a indústria armamentista e a guerra enquanto excelentes para a economia monopolista. A destruição das forças produtivas provocadas por elas e a conseqüente necessidade de sua reconstrução se tornam “um imenso campo para a retomada de ciclos ameaçados [constantemente] pela crise [neste período]” (Netto & Braz, 2006, p. 185), apesar de não eliminá-la como a história demonstra. Além disso, tem-se que as inúmeras crises vivenciadas pelo sistema capitalista desde a consolidação da fase imperialista até a Segunda Guerra Mundial encontram seu ápice na grande depressão de 1929.

Não somente a indústria armamentista se desenvolve neste período de início do século XX – e aqui estabelece relação direta com as guerras e com as crises econômicas – como também outros ramos industriais vão se desenvolvendo e se expandindo mundialmente, dentre eles destaca-se a indústria farmacêutica. A esse respeito se tem que, em 1900, as drogas conhecidas se encontravam disponíveis em farmácias e drogarias e a propaganda que as acompanhou foi também intensa e livre – e isso sucedeu em nível planetário, abarcando América, Ásia e Europa (Escohotado, 1994).

Há adictos em ópio, morfina e heroína, contudo tal fenômeno não é tratado ainda em nível jurídico, político ou de ética social. Há também vozes de protesto, que criticam a liberdade no campo das drogas, considerando-a um problema, sendo atribuído aos usuários a condição de ‘viciados’⁹ mesmo quando o uso se dava de forma ocasional e prudente. Isso se deve, dentre outros fatores: 1) à reação puritana dos EUA, visto que as distintas drogas passam a se conectar a determinados grupos de acordo com a classe social, opção religiosa ou raça, ou seja, a crítica se volta àquelas drogas que se vinculam aos grupos marginais e imigrantes; 2) à progressiva eliminação do estado mínimo, somado às crescentes burocracias, em resposta ao conflito capital x trabalho, que expressa as possibilidades de um maior controle estatal voltado ao problema das drogas; 3) à

⁸ Ressaltam-se aqui as guerras do ópio mencionadas acima, que se constituíram enquanto a luta pela consolidação do livre mercado de ópio na China, substância fornecida pelas potências europeias, dentre elas a inglesa.

⁹ Ao longo deste subitem foi empregado o uso do termo vício ou viciado, visto que os autores consultados utilizam assim. No entanto, ressalta-se que isso se refere ao termo utilizado na época, especialmente pelas classes abastadas e pelo Estado ao tratar deste fenômeno.

consolidação do processo terapêutico, que já no fim do século XIX se presenciou um conflito entre médicos/farmacêuticos e curandeiros/herboristas, em que se objetiva concretizar um monopólio daqueles em relação a estes no que se refere ao campo das drogas (Escohotado, 1994).

Rodrigues (2012) assinala que, já em finais do século XIX, as igrejas e associações do protestantismo, que se ligavam à ala mais conservadora e, portanto, eram radicalmente contra a busca pelos prazeres mundanos, reivindicavam medidas governamentais que proibissem a produção, comércio e consumo de drogas psicoativas. Em 1895, é fundada a “Anti-Saloon League, uma ativa organização que reúne e alcança milhões de membros, seu expresso objetivo é uma América “limpa da embriaguez, dos jogos de azar e da prostituição””, que se direcionava, em princípio, às bebidas alcoólicas (Escohotado, 1994, p. 87). Em 1903, consolidou-se uma aliança entre a Associação Médica Americana juntamente a Associação Farmacêutica e a onda do puritanismo. Ambas as associações almejavam obter o controle das demais drogas, de modo que fossem vendidas sob receita e em locais apropriados. Já se declarava também uma relação entre drogas, crime e prostituição, sendo as primeiras responsáveis por levar a juventude às duas últimas. Em 1913, o congresso norte americano já debatia acerca do controle de ópio, morfina e cocaína. A aliança entre o puritanismo e o terapeutismo se consolida por meio de leis que vão ganhando repercussão internacional, visto que “[...] se coordena com a expansão americana sobre o planeta [...]” (Escohotado, 1994, p. 88).

Nesse cenário do início do século XX evidencia-se também uma fase difícil das relações econômicas e políticas entre EUA e China. A política norte-americana adotou, estrategicamente, uma solução que consistiu em auxiliar a China em sua “batalha contra o ópio” e usou desta justificativa para amenizar a política comercial agressiva entre estes países. Priorizava-se uma solução pacífica em detrimento da invasão, foi então que o governo dos EUA optou por “convocar uma conferência internacional sobre o ópio e aproveitar para negociar os interesses econômicos” (Escohotado, 1994, pp. 89-90).

Oriundo desta conferência, em 1906, instalou-se uma comissão, à qual aderiram 12 países e que previu poucas recomendações, dentre elas a gradual redução do ópio fumado, contudo, a partir desta comissão originaram-se outras reuniões. Em 1914, a Convenção de La Haya “propôs que as nações “controlassem a preparação e distribuição de ópio, morfina e cocaína”” e foi anexada ao Tratado de Versalhes. A convenção se ancorava no princípio de que é um dever e um direito de todos que o Estado garanta o controle e a legitimação do uso de determinadas drogas (Escohotado, 1994, p. 90).

Rodrigues (2012, p. 24) explica que tal convenção, incentivada pelos EUA, produziu um documento com amplo impacto e que tornava explícita a exigência de limitação da produção e venda de ópio, opiáceos e cocaína.

Isso se refletiu na situação norte-americana, em que o uso do tabaco fora proibido na maioria dos estados e intensificaram-se as restrições para consumo de álcool. Promulgou-se ainda uma lei que controla a fabricação, a distribuição e a posse de ópio, morfina e cocaína e que elimina qualquer uso que esteja fora do âmbito médico – Harrison Narcot Act. Após esta lei, o Estado recebe solicitações de 6 milhões de empresas pedindo a Lei Seca (Escohotado, 1994). Rodrigues (2012, p. 25) acrescenta que esta lei foi “[...] mais completa e severa que os acordos internacionais já assinados e que investia na proibição explícita de qualquer uso de psicoativos considerado sem finalidades médicas”.

Escohotado (1998) discute ainda acerca da disparidade entre os dados de uso de ópio e morfina – ínfimos no que se refere a casos de super dosagem e delitos cometidos pelos adictos - e as proporções que o proibicionismo alcançou. Nota-se, neste período, perseguições a médicos e farmacêuticos que receitavam intensamente ópio, morfina ou cocaína aos usuários que faziam o uso sem a devida prescrição. Com isso, vai se consolidando um novo cenário, em que o contrabando aumenta e o acesso e o consumo de drogas também, atingindo primordialmente as classes jovens e pobres. Apesar deste controle, o consumo continuou a existir e não se restringiu a tratamentos médicos, estava, portanto, “[...] legalmente inaugurado o mercado ilícito de drogas; desenhavam-se os primeiros passos da economia do narcotráfico” (Rodrigues, 2012, p. 25).

Soma-se a isso o fato de que o consumo de tais substâncias era considerado um hábito perigoso pelos cidadãos estadunidenses brancos, protestantes e de origens anglo-saxônica (Escohotado, 1994). Ou seja, o consumo de determinadas drogas era associado a grupos específicos: o costume de fumar ópio fora trazido pelos chineses – que vieram aos estados norte-americanos para construir estradas de ferro, a maconha era conhecida como a “droga dos mexicanos”, o uso de cocaína era atribuído aos negros – população que vivia em condições de vida miseráveis e o álcool aos imigrantes irlandeses (Rodrigues, 2012, p. 26).

Diante disso, Rodrigues (2012, p. 27) afirma que “A proibição das drogas psicoativas, aliada aos estereótipos que as vinculavam às classes consideradas perigosas por seus hábitos e sua pobreza, colocava sob suspeita toda essa faixa da população [...]”, em que a perseguição a estes grupos sociais passa a ser justificada pelo combate ao tráfico e consumo de drogas. Pode-se acrescentar a esta análise a relação entre o uso de drogas e

as condições precárias de vida desses trabalhadores. Desse modo, propõe-se um paralelo com a discussão já mencionada de Engels (1986): as péssimas condições as quais a classe trabalhadora é submetida e as formas que esta encontra para lidar com a situação de exploração e miserabilidade, dentre elas, o uso/abuso de álcool e outras drogas.

A partir do exposto, com a expressa finalidade de consolidar uma nova nação, entra em vigor a conhecida Lei Seca – *El Volstead Act*¹⁰ -, no começo dos anos 1920, que previa multa e prisão tanto para a venda quanto para a fabricação de bebidas alcoólicas. A lei tem seu período vigente até 1933 e teve como saldo: a criminalização de vários setores sociais – por meio de perseguição intensa, lesões e mortes causadas pelo uso de álcool juntamente a outras destilações venosas, corrupção e crime organizado (Escotado, 1994, p. 94). Nota-se que a perseguição à classe trabalhadora e à pobreza, amparada pela justificativa das drogas, se dá justamente num período de acirramento das contradições e crises da sociedade capitalista e a constante ameaça - com proporções mundiais - à ordem social, tema que será abordado mais adiante. Nesse sentido, pode-se afirmar que a questão das drogas bem como o início do proibicionismo, neste período, configurou-se como expressão em âmbito econômico e político da luta de classes.

Outras consequências advindas da Lei Seca, conforme pontua Rodrigues (2012), foram que os consumidores norte-americanos ficaram expostos a substâncias alcoólicas nocivas à saúde, visto que a fabricação se dava de maneira precária e sem higiene ou critérios na utilização de matérias-primas. Carneiro (2002b, p. 117) acrescenta que a Lei Seca “[...] fez surgir as poderosas máfias e o imenso aparelho policial unidos na mesma exploração comum dos lucros aumentados de um comércio proibido”¹¹.

Aqui se evidencia que as formas sob as quais historicamente o ser humano lida com as necessidades oriundas de cada período, mais especificamente no que se refere à questão das drogas, também refletem e reproduzem formas sob as quais o fenômeno se apresenta. Isso significa que na medida em que a Lei Seca produz um mercado negro para

¹⁰O proibicionismo já se apresentava no cenário norte-americano anteriormente ao século XX, sobre isso Escotado (1994) traz que o primeiro chamamento à Lei Seca foi publicado em 1785 por Benjamin Rush (um dos padres fundadores da nação americana); em 1869 se constitui “Prohibition Party de Estados Unidos, que sempre foi minoritário, mas tinha apoio dos proprietários de terra e controlava vários Senados estaduais.” (Escotado, 1994, p. 87), além disso, possuía aliados de distintas associações, em que se priorizava os objetivos proibicionistas nas alianças eleitoreiras. Tal movimento foi ganhando força e aliados na medida em que se relacionava com os interesses diretamente econômicos, diante disso, suas pautas se concretizaram no início do século XX.

¹¹Há publicações que discutem extensivamente a Lei Seca e o desenvolvimento das máfias norte-americanas, num período que configurou como extremante relevante na constituição da guerra às drogas conduzida pelos EUA (Escotado, 1994; Rodrigues, 2012).

comercialização do álcool, por exemplo, têm-se implicações na forma de uso, seja sob a forma de um uso mais perigoso devido à falta de controle na produção da substância, seja no aumento do uso e danos físicos causados.

A Lei Seca foi analisada por Gramsci (1988) a partir da racionalização da produção e do trabalho, ou seja, a instauração do americanismo e do tipo de indústria adotado por Henry Ford, conhecido como modelo fordista de produção. O autor constatou que a luta contra o álcool e, conseqüentemente, a Lei Seca, foi uma das iniciativas dos industriais americanos para tentar estabelecer uma conservação do trabalhador fora da fábrica, para que ele conseguisse manter o tipo psicofísico necessário de operário para a nova maneira de produzir. Isso garantiria o controle dos capitalistas em relação à vida privada da classe proletária, para que seus comportamentos não afetassem a produção, inaugurando uma nova ética alinhada com os novos métodos de produção e de trabalho, o que fornece mais uma evidência de que o controle dessa mercadoria é pautado pelos interesses do Capital.

As políticas proibicionistas se refletiram no Brasil, as drogas advindas das grandes indústrias farmacêuticas da Europa – morfina e cocaína – até meados de 1910 não eram regulamentadas pelo estado brasileiro. Contudo, em 1921 foi editada a primeira lei que controlava drogas psicoativas, em que se condenava “[...] qualquer utilização para fins não médicos” (Rodrigues, 2012, p. 67). Posteriormente, houve pequenas reformulações nesta lei (1922, 1932, 1936, 1938) que atualizavam a proibição estatal no cenário brasileiro, de acordo com o que era decidido nas conferências internacionais¹².

Dentre as mencionadas conferências internacionais a respeito do controle das substâncias psicoativas, destaca-se ainda o Tratado de 1931, no qual a pressão por parte dos EUA culminou na “[...] aceitação internacional do modelo de repressão estadunidense como o mais adequado para enfrentar a produção e o comércio ilícito de drogas psicoativas” (Rodrigues, 2012, p. 29). Soma-se a isso o fato de que, mesmo posteriormente à revogação da Lei Seca – mais especificamente no que se refere ao álcool – notou-se um enrijecimento legal sobre os outros psicoativos já proibidos e aumentou-se a restrição à maconha. Em 1937, o Marijuana Tax Act – Lei Tributária sobre a Maconha – também foi proibida, tanto em nível comercial quanto em termos de cultivo, nos estados

¹²Uma discussão mais detalhada acerca destas conferências e do movimento de consolidação do proibicionismo e seu alcance mundial, bem como as repercussões no cenário brasileiro podem ser encontradas, respectivamente, em Escohotado (1998) e Rodrigues (2012).

norte-americanos. Restringiu-se o uso desta substância, inclusive, em seus aspectos medicamentosos e terapêuticos (Rodrigues, 2012).

Na Inglaterra, por sua vez, as medidas adotadas em relação aos consumidores de drogas se distanciaram, em alguns aspectos, do que estava predominando no cenário mundial – a proibição do consumo acompanhada da criminalização e marginalização de determinados grupos sociais. O'Hare (1994) ressalta que as iniciativas pautadas na ideia da redução dos danos decorrentes do uso de substâncias psicoativas se originaram com o *Relatório de Rolleston*, em 1926 neste país¹³. Segundo o autor, o referido relatório postulava como adequado para aqueles sujeitos que apresentavam dependência a opiáceos, o tratamento por meio do emprego destas drogas, prescritas sob controle médico. Desse modo, conduzia-se a um uso menos prejudicial, com acompanhamento médico e almejava-se fazer com que estes sujeitos tivessem uma vida estável e mantivessem sua utilidade social. Brites (2006) acrescenta que esta experiência inglesa ocorreu na região de Merseyside, em que o Departamento de Saúde manteve esta política ainda com a desaprovação da mesma em anos posteriores. Destaca-se ainda que é justamente nesta região que as estratégias recentes de redução de danos – década de 1980 – são retomadas, mas especificamente para lidar com a prevenção do HIV/aids.

Trata-se, portanto, de um relatório do *Comitê Departamental sobre Morfina e Abuso de Heroína*¹⁴, o qual fora constituído totalmente por médicos e presidido por Sir Humphry Rolleston, tendo sido emitido pelo então Ministério da Saúde inglês. Em linhas gerais, consta no relatório que se deve considerar e aconselhar sobre: 1) há situações em que os sujeitos apresentam “dependência química” e, do ponto de vista médico, pode ser aconselhável o fornecimento de heroína e morfina; 2) “Considerar e aconselhar sobre as precauções cabíveis as quais médicos que administram ou prescrevem morfina ou heroína devem adotar para evitar abusos”, e 3) “Sugerir quaisquer medidas administrativas que possam ser deliberadas para assegurar o cumprimento dessas precauções.”. Preconizava-se também a introdução de preparações de morfina e ou heroína (consideradas drogas perigosas) contendo níveis mais baixos destas drogas em detrimento da quantidade utilizada pelo usuário, sendo que as prescrições poderiam ser feitas apenas por pessoas licenciadas e autorizadas, mantendo-se o devido registro dos medicamentos comprados e

¹³Brites (2006) aponta também que há uma divergência quanto ao surgimento da RD - alguns autores procuram extrapolar os marcos históricos de Rolleston, situando a noção de redução de danos em práticas históricas mais longínquas, no período A.C (antes de Cristo).

¹⁴O Comitê também consultou testemunhas da Associação Médica Britânica e da Sociedade Farmacêutica da Grã-Bretanha.

receitados sob supervisão do Ministério da Saúde inglês (The British Medical Journal, 1926).

Além disso, o relatório inclui a concepção do Ministério da Saúde inglês acerca da prescrição prolongada. Esta foi direcionada aqueles sujeitos em que a droga não poderia ser retirada completamente seja por produzir severo sofrimento e mesmo risco de vida seja por reconhecer que uma dose mínima é necessária para que o indivíduo conduza sua vida de maneira normal e não se torne inapto ao trabalho. Consta no relatório:

A investigação mostrou que alguns médicos de grande experiência mantêm a opinião de que existem duas classes de pessoas de quem - em todo o caso sob as condições da prática privada ordinária - as drogas não poderiam ser totalmente retiradas. Em uma classe, a tentativa de retirada completa produz severo sofrimento e até risco de vida; na outra, a experiência mostra que **uma certa dose mínima é necessária para permitir que o paciente leve uma vida relativamente normal, e que, se privado dessa dose não progressiva, ele se torna incapaz de trabalhar** (The British Medical Journal, 1926, tradução minha¹⁵).

O referido relatório apresenta também uma compreensão dos aspectos médicos do ‘vício’ (prevalência e natureza e causa do ‘vício’) e das formas de tratamento e pós-tratamento (retirada abrupta, retirada rápida e retirada gradual), em que a pessoa adicta é compreendida como aquela que fez uso continuado da droga e adquiriu “[...] um desejo irresistível de sua continuação, e, em quem a retirada da droga leva a sintomas definitivos de sofrimento ou desordens mentais ou físicas”. Conclui, ainda, que a operação Drogas Perigosas - que define qual o percentual de morfina ou heroína é permitido nos medicamentos e restringe a aquisição destas drogas por pessoas não médicas - fez com que o vício diminuísse (The British Medical Journal, 1926, tradução minha).

A fim de tecer contribuições para a compreensão das iniciativas propostas pelo Relatório de Rolleston em 1926, que surgem em meio a uma onda proibicionista que se inicia nos EUA e, já nesta data, ganhava repercussões mundiais, recorre-se a algumas possíveis explicações. No contexto econômico e político das décadas de 1910 e 1920, segundo Hobsbawm (1995), destaca-se a Revolução Russa e seus desdobramentos, os quais impulsionaram lutas e reivindicações em todo o mundo, inclusive a adoção de uma

¹⁵Os textos em espanhol e em inglês utilizados em citações diretas constam como tradução minha.

política de social-democracia na Europa, pois tratava-se de uma reação à ameaça do bolchevismo. Conforme análise de Behring e Boschetti (2009), tais políticas sociais se caracterizaram não enquanto uma ruptura ou polarização entre Estado liberal e Estado social, mas expressam uma relação de continuidade, que foi imposta pela luta de classes e pelas questões econômicas. Evidenciam, portanto, que houve uma mudança marcada pelo enfraquecimento dos princípios liberais e o consequente investimento em políticas sociais, que conferiram avanços parciais à vida dos trabalhadores, mas não afetaram o cerne da questão social.

A Grã-Bretanha se destacava, neste contexto, tanto pelo desemprego em massa quanto por ocupar a posição do país com maior cobertura de planos de seguro-desemprego, além de conferir uma atenção estatal no que se refere as políticas sociais. “Quanto aos trabalhadores, após a guerra [1914-1918] o “pleno emprego”, ou seja, a eliminação do desemprego em massa, tornou-se a pedra fundamental da política econômica nos países de capitalismo democrático reformado” (Hobsbawm, 1995, p. 99-100). Ora, a busca do pleno emprego conduz a uma busca por um trabalhador que esteja em condições de garantir a produção e a reprodução de capital, o que direciona a uma possível relação entre este objetivo e a preconização, por parte do Estado inglês, de uma ação voltada aos usuários de drogas a fim de que estes não se tornem incapazes de trabalhar, conforme demonstrado acima por meio do Relatório de Rolleston. Ou, como afirmam Behring e Boschetti (2009, p. 43), a esfera da produção “[...] é o núcleo central da vida social e é inseparável do processo de reprodução, no qual se insere a política social – seja como estimuladora da realização da mais-valia socialmente produzida, seja como reprodução da força de trabalho (econômica e política)”.

Esta análise direciona, por conseguinte, a uma compreensão desta denominada primeira estratégia de ‘redução de danos’ (O’Hare, 1994), que visava reduzir os danos causados pelo uso não controlado de drogas (The British Medical Journal, 1926), enquanto uma política pública adotada pelo estado inglês. Behring e Boschetti (2009) postulam que, historicamente, trata-se de considerar a origem da política pública como expressão da questão social (problemas sociais oriundos, em última instância, da contradição capital *versus* trabalho). É necessário, por sua vez, compreender a relação entre as determinações econômicas e as políticas sociais, o que significa apreender suas consequências no que se refere “as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora”. Dessa forma, a contradição entre capital e trabalho, expressa por meio da luta de classes, faz com que o Estado tome medidas a fim de amenizar a desigualdade

social, por meio de estratégias que visam conciliar os interesses entre a burguesia e o proletariado, uma delas são as políticas sociais. Diante disso, as “políticas sociais não serão simples concessões do Estado burguês, mas resultarão sempre, em grau maior ou menor, da luta entre capital e trabalho” (Tonet, 2015, p. 281).

Além disso, tanto as políticas sociais quanto os padrões de proteção social “[...] são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (Behring & Boschetti, 2009, p. 27). Sendo os problemas oriundos do uso/abuso de substâncias psicoativas diretamente relacionados ou mesmo ocasionados pela questão social, tem-se que esta estratégia de saúde, desde o seu nascimento, compõe uma política social fragmentada – a da esfera da saúde voltada ao cuidado de usuários de drogas, não atingindo o cerne do problema.

Isso significa que, embora sob moldes diferentes daqueles empreendidos pelos EUA acerca do controle do consumo de substâncias psicoativas – o proibicionismo –, nota-se que tanto no cenário norteamericano quanto na Inglaterra, o objetivo das ações era fazer com que os trabalhadores continuassem aptos ao trabalho, de modo que o consumo de drogas não interferisse na acumulação de capital. Constata-se, portanto, que o controle de determinadas drogas desconsidera as condições precárias de trabalho que podem tornar a classe trabalhadora vulnerável ao uso abusivo de drogas. No entanto, não há dúvidas de que o tratamento preconizado e efetivado pelo estado inglês é mais humanizado se comparado ao proibicionismo.

Mas é com a Grande Depressão de 1929, marcada por uma desorientação política e econômica, que se consolida efetivamente a queda dos princípios liberais. As repercussões da crise: onda de desemprego em massa e colapso de preços que obrigou os países a adotarem políticas sociais em nível estatal e maior intervenção do estado na economia, visto que o liberalismo já não respondia mais as necessidades do período (Hobsbawm, 1995). A crise ratificou, portanto, a necessidade de intervenções estatais mais intensas na economia capitalista. Netto e Braz (2006, p. 193) explicam que “Essa era uma exigência estritamente econômica; mas o contexto sociopolítico em que ela se punha condicionou largamente a modalidade em que foi implementada”. Trata-se de uma conjuntura marcada tanto pela combatividade dos trabalhadores na Europa Ocidental, representados por um movimento sindical que reconhecera (com as revoluções de 1848) a contradição entre capital e trabalho e, conseqüentemente, a impossibilidade de

conciliação dos interesses entre burguesia e proletariado, quanto pela consolidação da Revolução Russa.

Huberman (1985) explica que foi diante deste cenário de crises, guerras e ameaças dos trabalhadores à sociedade burguesa, ao mundo capitalista que restou a constatação do fim do *laissez faire* (“a mão invisível do mercado”, proposta por Adam Smith) e a necessidade de estabelecer um controle rígido da produção e da política por meio do protecionismo estatal como ocorreu nos Estados fascistas e nazistas.

O colapso da vida econômica é tão amplo e o avanço da classe trabalhadora se torna tão ameaçador que os capitalistas veem a necessidade de uma autoridade coordenadora central – mas que seja deles, agindo em seu interesse. Isso só pode ser realizado pelo esmagamento das forças militantes da classe trabalhadora. É então que os capitalistas recorrem ao fascismo (Huberman, 1985, p. 314)¹⁶.

O autor traz também que, no âmbito da intervenção estatal na economia, delineou-se um plano estratégico para que fosse destruída parte do excesso de produtos gerado pelo modo de produção capitalista em todo o mundo. Por exemplo, a apreensão da produção de café pelo Estado brasileiro e o incentivo financeiro estatal dos EUA para redução da produção de algodão, trigo, milho, porcos, fumo, açúcar etc.

Este período do século XX foi, portanto, caracterizado por duas grandes guerras mundiais, a de 1914-1918 e a de 1939-1945, as quais impulsionaram o estabelecimento de novos padrões de vida humana. Por um lado, marcados pela destruição e graves problemas sociais e de saúde e, por outro, pela necessidade de reconstruir este cenário, o que fizeram alavancar novamente as economias e indústrias dos países envolvidos (Huberman, 1985).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo monopolista vivencia “anos dourados”, em que a economia apresentou taxas de crescimento significativas e registrou-se, nos países capitalistas desenvolvidos, um aumento da produção industrial. Ainda que houvesse uma continuidade das crises cíclicas, seus impactos foram diminuídos devido à regulação posta pela intervenção estatal (influenciadas majoritariamente pelas ideias

¹⁶ Netto e Braz (2006) trazem ainda que nos países em que as ideias democráticas eram mais sólidas e não houve derrotas do movimento dos trabalhadores a intervenção estatal não feriu a democracia política. Contudo, em países com menos tradição na luta dos trabalhadores, como o caso da Itália, e na Alemanha em que os golpes ao operariado se deram, a intervenção do Estado suprimiu direitos e garantias trabalhistas e instaurou “o regime político mais adequado ao livre desenvolvimento dos monopólios – o fascismo.”

keynesianas¹⁷). O paradoxo foi que, paralelamente a este desempenho, a ordem burguesa foi amplamente criticada. A União Soviética, a qual representou força decisiva na vitória contra o fascismo, “[...] passou a desfrutar de grande prestígio e poder [...] cercada por um conjunto de países que, libertados da ocupação nazista, romperam com o capitalismo e se dispunham à experiência socialista.” (Netto & Braz, 2006, p. 196). Esta guerra teve como saldo também a consolidação dos Estados Unidos como país líder do mundo capitalista que, por sua vez, foi fundamental no combate ao comunismo e na dispersão de ideias anticomunistas, por meio da Guerra Fria e da corrida armamentista (Hobsbawm, 1995).

Sobre a intervenção na economia por parte do Estado, tem-se que esta visava: garantir os superlucros do monopólio, por meio do exercício direto e indireto de funções econômicas; e oferecer soluções à ameaça do comunismo e às pressões exercidas pela classe trabalhadora. Nota-se a incorporação de expressivos direitos sociais (mesmo que abarcando somente trabalhadores de alguns países imperialistas) e a consolidação de políticas sociais. Resultando na “[...] configuração de um conjunto de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de Bem-Estar Social [...]” (Netto & Braz, 2006, p. 206).

No cenário da regulamentação do Estado em relação às drogas tem-se, na década de 1950, divergências entre países industrializados – EUA e países do ocidente europeu - e os países menos desenvolvidos. Por um lado, aqueles exigiam um maior controle das substâncias: opiáceos, maconha e cocaína, em detrimento da escassa regulação em relação a psicoativos sintéticos, sendo estes produzidos pelas indústrias farmacêuticas destes países. Por outro lado, os países menos desenvolvidos, que produziam ópio bruto e folhas de coca, exigiam, então, a proibição de todos os psicoativos, sem restrições (Rodrigues, 2012).

Contudo, a política de proibição de drogas dos EUA avançava e na passagem da década de 1940 a 1950 o país presenciou tanto o “medo da contaminação comunista” ou “perigo vermelho” bem como o tráfico de heroína. O uso desta substância aumentou entre os negros e, conseqüentemente, progrediu a visão de associação entre “vício” e determinadas camadas sociais, neste caso a população negra. Além disso, a década de 1960, por sua vez, foi marcada pelos movimentos de contracultura, que contestaram padrões morais e tiveram como uma de suas características o uso de drogas ilícitas num

anseio de subversão da ordem social. “Dentre as substâncias psicoativas mais usadas figuravam a mescalina, a maconha e a droga-símbolo do momento, o LSD” (Rodrigues, 2012, p. 35).

Em virtude deste cenário, a lei internacional unificada entre os estado-nação – Convenção Única sobre Drogas, que fora alvo de divergências, estabeleceu em 1961 “[...] determinações que obrigavam os Estados signatários a aumentar o controle sobre o comércio legal de drogas psicoativas (para uso médico) e intensificar o combate ao tráfico e cultivos ilícitos” (Rodrigues, 2012, p. 34), frustrando a expectativa estadunidense já que a lei não era tão rígida quanto fora almejado. Iniciou-se também uma perseguição e combate às drogas alucinógenas, que entraram em 1972 na lista das substâncias psicoativas que foram regulamentadas pela Convenção Única de drogas em 1961, sendo tais drogas alucinógenas totalmente proibidas, visto que foram consideradas desprovidas de propriedades medicinais. Em 1967, ocorreram mudanças significativas na legislação brasileira referente às drogas, em que são incorporadas as decisões desta Convenção Única sobre Drogas, de modo a endurecer a repressão voltada a traficantes assim como a usuários de drogas (Rodrigues, 2012).

Ressalta-se que a participação brasileira no tráfico internacional era pequena, neste período, contudo, este endurecimento na legislação do país estava em consonância com as leis repressivas operacionadas pela Ditadura Militar no país. Isso, por sua vez, contribuiu para a construção contemporânea do narcotráfico brasileiro, por exemplo, o grupo do Comando Vermelho que ganha destaque a partir dos anos 1980, conforme pretende-se demonstrar no próximo tópico (Rodrigues, 2012). Ademais, o controle social acerca do consumo das drogas ilícitas perpetuado no cenário brasileiro atrela-se intimamente a funções coercitivas e repressivas de âmbito estatal, direcionadas a determinados seguimentos sociais – aqueles que apresentam ameaça à ordem social – e mesmo com as conquistas de direitos sociais operada, posteriormente, pelos movimentos sociais na década de 1980 não conseguiram alterar este quadro (Brites, 2006).

Mesmo com esta movimentação no cenário das drogas o capitalismo ingressa na década de 1970 com um considerável crescimento econômico, boas taxas de lucro, com uma proteção social garantida pelo Estado de Bem-Estar (marcada dentre outros fatores pela possibilidade de consumo em massa, projetos de industrialização voltados aos países em subdesenvolvimento). Sendo, ainda, alvo de questionamentos e críticas, “Anunciava-se um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo – mas no quadro de conflitos que seriam resolvidos à base do consenso, capaz de ser construído mediante.” Tal idealização

se justificava, principalmente, por meio da derrota do fascismo e das medidas de proteção no campo estatal: “onda longa de expansão econômica” (Netto & Braz, 2006, p. 212-213), advinda dos 30 anos dourados. Com a consumação da mundialização do capital e a predominância do funcionamento capitalista financeirizado, tal realidade aparece como incontestável e daí advém a ideia de que é possível conciliar os interesses da classe burguesa e da classe trabalhadora.

1.2 Cenário Pós-1970 e as políticas de Redução de Danos

Durante o período anteriormente apresentado, que antecedeu a década de 1970, tem-se que a questão das drogas foi permeada, portanto, por períodos de maior ou menor tolerância no que se refere ao controle da produção, comércio e consumo destas substâncias. Contudo, prevaleceram as políticas proibicionistas voltadas a um determinado conjunto específico de drogas. Os critérios e argumentos que nortearam tais políticas foram de ordem econômica, política, religiosa, moral, científica. Ressaltam-se os interesses econômicos e políticos bem como a vinculação entre a proibição de determinadas drogas de acordo com as necessidades de produtividade do capital. Ou, conforme pontua Carneiro (2002b, **comentários nossos**): “[...] os argumentos oficiais mudam de acordo com os interesses econômicos e políticos em jogo e com a necessidade de controle do Estado [Estado burguês] sobre os indivíduos e grupos sociais que ameaçam a ordem estabelecida”.

A partir dos anos 1970, outra grande crise se faz presente na sociedade capitalista e ganha proporções mundiais sendo evidenciada pela recessão do capitalismo avançado, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. A solução encontrada foi permeada pelo retorno às ideias do estado mínimo, marcado, então, ideológica e politicamente pelo neoliberalismo, em que se propunha uma economia mais competitiva com uma mínima intervenção estatal. Segundo Hobsbawm (1995 p.402), o sistema de produção capitalista em nível econômico mundial “foi transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou ‘transnacionalizado’ em uma extensão extraordinária e com consequências impressionantes.”. Com o fim dos “anos dourados”, que perduraram até inícios da década de 1970, inicia-se a configuração contemporânea do capitalismo – terceira fase do estágio imperialista – prevalecendo ainda como elemento central os monopólios. Este cenário econômico promissor inicia seu declínio por volta de 1968 e 1973, com o “colapso do ordenamento financeiro mundial” (Netto & Braz, 2006, p. 213).

Fica evidente a incapacidade do modelo fordista-taylorista¹⁸ e do keynesianismo em conter as contradições inerentes ao capital (expressa principalmente pelas crises cíclicas). Da profunda crise de 1973 (agravada pelo choque do petróleo) adveio, em 1974-1975, uma generalizada recessão que abarca todas as potências imperialistas, colocando fim à ilusão dos “anos dourados”. “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”. Esta fase é marcada por uma onda que em o capital se encontra na defensiva e se caracteriza pelo ataque aos movimentos sindicalistas, aos direitos sociais conquistados e às garantias concedidas pelo estado intervencionista, que passam a ser acusados de responsáveis pela crise (Netto & Braz, 2006, p. 214).

Diante disso, segundo Netto e Braz (2006), a resposta capitalista, ou melhor, a ofensiva do capital sobre o trabalho, articulou uma estratégia que se pautava na reestruturação produtiva do capital, na financeirização e na ideologia neoliberal. Acerca da acumulação flexível, em que se opera a reestruturação produtiva do capital, Harvey (1992, p. 140) pontua sua marca de oposição à rigidez fordista e seu apoio em processos de trabalho mais flexíveis. De modo a abarcar “rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas”. Por conseguinte, envolvendo novos setores de produção, novos mercados e, primordialmente, uma inovação intensificada nos aspectos comerciais, tecnológicos e organizacionais. Objetivava-se reverter as condições postas pela crise e suas consequências e renovar/aumentar a exploração da força de trabalho.

O amplo desenvolvimento das forças produtivas afeta marcadamente e de modo a reduzir a demanda de trabalhadores no setor produtivo. Por um lado, exigem-se trabalhadores mais qualificados e capazes de realizar múltiplas atividades – “a força de trabalho deve ser qualificada e polivalente” (Netto & Braz, 2006, p. 217), o que confere

¹⁸Este modelo de produção foi universalizado nos anos dourados e se baseava na produção em massa, homogeneizada e verticalizada, com uma máxima racionalização das operações de trabalho de modo a diminuir o tempo do processo produtivo e aumentar o ritmo da produção, em que as atividades realizadas pelos trabalhadores foi reduzida a ações mecânicas e repetitivas. Para um aprofundamento sobre esta temática, sugere-se Antunes (1999).

uma segurança mínima no emprego. Por outro lado, a existência de atividades laborais em que não é exigida esta qualificação, colocando a classe trabalhadora à mercê da insegurança já que pode ser substituída a qualquer momento. Atraiam-se a isso as terceirizações e a concomitante precarização do trabalho, somadas a redução salarial, a diminuição ou mesmo a retirada de direitos trabalhistas e o crescimento do desemprego nos países que adotaram este modelo de acumulação flexível.

A respeito da diminuição do grupo de operários industriais, Netto e Braz (2006) pontuam que isto é o resultado do amplo e desenfreado desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Afirmam também que, mesmo com a hipertrofia do setor de serviços, os trabalhadores continuam a ser controlados pelo grande capital e a obedecer à lógica industrial. E isso se justifica por: primeiro, o crescimento do setor de serviços só se dá pelo crescimento das atividades industriais e, segundo, os aspectos (mecanização, padronização, fragmentação do trabalho, hiperespecialização, etc.) que anteriormente guiaram a produção apenas de mercadorias, atualmente perpassam todas as facetas da vida social.

Isso configura, no campo ideológico, a marca de um discurso que escamoteia as reais relações entre a classe trabalhadora e a burguesia e é perpassado pelas noções que vinculam o êxito individual ao êxito empresarial e a ideia de que o trabalhador é um associado/colaborador da empresa. Isto, somado às mudanças já sinalizadas no campo da produção, provocou imensas transformações. Dentre elas, salienta-se a crise do movimento sindical (o sindicalismo perde sua força) acompanhado de consequências diretas no que se refere à resistência da classe trabalhadora (Netto & Braz, 2006).

Vale acrescentar que estas transformações afetaram de maneira diferenciada os países do capitalismo central e periférico, aqueles foram marcados por uma diminuição das greves e da atuação do movimento sindical já nas décadas de 1970 e 1980, contudo, os países subordinados foram atingidos pelas consequências da reestruturação produtiva do capital apenas na viragem para a década de 1990. Até então, o Brasil foi marcado pelo novo sindicalismo, um grande aumento do movimento grevista que obteve um saldo positivo em termos de conquistas dos direitos sociais. Todavia, “As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização tiveram, no neoliberalismo do projeto Collor, forte impulso” (Antunes, 2011). Segundo Hobsbawm (1995), era esperado que os movimentos sindicais e a constante reivindicação por direitos sociais emergissem nos “países em recente industrialização”, que, no caso brasileiro, se soma à luta pela redemocratização do país. Isso significa que “[...] o rápido

crescimento industrial tendeu a gerar grandes e educadas classes profissionais que, embora longe de subversivas, teriam acolhido a liberalização cívica de regimes industrializantes autoritários”, em movimentos que se caracterizavam como “reminiscentes dos movimentos social democratas de massa da Europa pré-1914”, a exemplo do Partido dos Trabalhadores na década de 1980 (Hobsbawm, 1995, p. 361).

No âmbito do fenômeno envolvendo as substâncias psicoativas, pode-se afirmar que o tráfico internacional de drogas começou a se desenvolver em alta escala a partir de meados dos anos 1970, tendo seu auge na década de 1980. Além disso, o desenvolvimento deste ramo estabelece estreita relação com a crise econômica mundial deste período, visto que o narcotráfico passa a determinar a economia dos países produtores, representando grande lucro aos países consumidores e favorece, principalmente, o mercado financeiro (Coggiola, 1996).

Em 1972, o então presidente dos EUA, Richard Nixon, declara guerra às drogas, tratando-as como principal inimigo da América, sendo não só o tráfico, como também o consumo, identificados como temas vinculados à segurança nacional (Rodrigues, 2012). Baratta (1994) afirma também a relação entre os protestos que aconteceram na Europa em fins da década de 1960 e início dos anos 1970 e a repressão estatal e policial decorrentes, que alcançaram também a repressão no âmbito das drogas. Isso demonstra o atrelamento das políticas proibicionistas à repressão de quaisquer movimentos ou sujeitos que representem uma ameaça à ordem social. Diante disso, Rodrigues (2012, p. 38) pontua a configuração de um regime de proibição universal, em que:

Fortalecia-se, assim, uma nova tendência e uma nova era na história do proibicionismo estadunidense: a deflagração da guerra explícita ao tráfico de drogas, indústria que crescia mundialmente tomando o rosto do contemporâneo narcotráfico, que significava repressão interna e operações internacionais de alcance cada vez maior.

Isacson (2005, p. 29) defende que a guerra às drogas capitaneada pelos EUA foi um pretexto para utilizar o alto investimento em arsenal bélico e militar produzido pela Guerra Fria, bem como encontrar justificativas para o controle e intervenção militar na América Latina. Nas palavras do autor, “[...] a luta contra o tráfico foi uma nova justificativa das operações militares contra um “inimigo interno”, [além disso] a ajuda antidrogas contou com muito poucos incentivos para a reforma institucional”. Desse

modo, a guerra às drogas ignora o fenômeno do pauperismo e suas consequências no que se refere tanto ao tráfico, quanto ao consumo de drogas, atuando numa esfera de criminalização da pobreza e não investindo nem ao menos em políticas sociais, fazendo jus ao movimento do capital.

Segundo Hobsbawm (1995, p. 250), a Guerra Fria é resultante do confronto entre os EUA e a URSS, duas superpotências mundiais que surgiram em decorrência da Segunda Guerra Mundial, que “[...] encheu o mundo de armas num grau que desafia a crença. [...] quarenta anos de competição das superpotências para fazer amigos e influenciar pessoas distribuindo armas por todo o globo [...]”. Ao final da década de 1970, período em que se dá a chamada Segunda Guerra Fria, marcada pela relação entre o Terceiro Mundo e a revolução, alguns países da América Latina e o Caribe, áreas de inquestionável dominação dos EUA, pareceram tender à esquerda e, apesar de estarem extremamente distantes, em termos de objetivos, da Revolução de Outubro, a nação norte-americana considerou como uma ofensiva comunista.

Wacquant (2001) acrescenta que a política de tolerância zero (ou guerra às drogas) é, em última instância, uma luta contra a pobreza, com destaque a perseguição à população negra e miserável, configurando-a enquanto uma política de criminalização da miséria. Ressalta-se que quando a guerra às drogas foi reforçada pelo presidente Ronald Reagan, proliferaram os mecanismos repressivos, que se configuraram como uma das causas fundamentais da multiplicação da população carcerária. Isso atingiu, portanto, a maioria dos bairros pobres afro-americanos e, primordialmente, a população que é mais vulnerável ao acesso ao mercado de trabalho, os denominados desempregados que, segundo Marx (2013), compõem as diversas facetas do exército industrial de reserva. Pontua-se ainda que o aumento da população carcerária dos EUA, ao mesmo tempo em que é consequência da guerra às drogas, compõe uma política de expansão do setor penal: “a implementação das penitenciárias se afirmou como um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico”, configurando uma “indústria da carceragem” por meio da privatização e mercantilização carcerária. Também na Europa, a política contra as drogas se expressa enquanto uma guerra contra os desempregados e aqueles que não têm acesso a moradia (Wacquant (2001, p. 93).

Neste cenário, em âmbito nacional, o marco que consolidou a política proibicionista no Brasil, segundo Rodrigues (2012), foi a Lei nº 6.368 – a Lei dos Tóxicos - que entrou em vigência em 1976 e permaneceu até 2002 (tendo sofrido reformas, mas prevalecendo o conteúdo essencial). Com ênfase na repressão tanto no que se refere às

políticas educacionais e preventivas (usuários considerados como doentes e devem ser encaminhados a tratamentos) bem como aos traficantes. Aproximou-se, portanto, a íntima relação desta lei com a guerra contra as drogas capitaneada pelos EUA. Dessa forma,

O ciclo que começara em princípios do século XX chegava, em meados da década de 1970, a um ponto de inflexão: a proibição internacional de psicoativos não havia coibido a produção, comercialização e o uso dessas substâncias; pelo contrário, [contribuiu para] o crescimento de um gigantesco mercado ilegal que motivava, por sua vez, o fortalecimento das agências e das leis destinadas a perseguir essa economia ilícita (Rodrigues, 2012, p. 39).

O mercado ilícito alcança proporções internacionais e em âmbito continental vai ganhando importância comercial. Rodrigues (2012, pp. 42-3-4), aponta que o crescimento deste ramo econômico clandestino, o narcotráfico¹⁹, foi possibilitado, dentre outros fatores, pelo: consumo ampliado de substâncias psicoativas nas principais cidades dos EUA e latino-americanas somado, portanto, ao crescente mercado; pelo pauperismo de determinados grupos latino-americanos, para os quais o narcotráfico se mostrou um negócio rentável, atraente ou mesmo como a única opção; pela antiga cultura de práticas sociais que se utilizavam de folha de coca (nos Andes); pela presença e experiência no conhecimento acerca do contrabando de metais preciosos e condições geográficas e climáticas favoráveis ao cultivo de certas substâncias psicoativas; pelo proibicionismo que continuou a contribuir para o crescimento deste lucrativo negócio ilícito; pela relação entre as economias legal e ilegal, em que os “narcodólares” – ilegais – abarcam “depósitos e transações financeiras que envolvem grandes bancos e paraísos fiscais, [e, neste movimento,] tornam-se legais [...]”.

Harvey (1992, p. 145) pontua mudanças na organização industrial, neste período, que aparecem paralelas às modificações da reestruturação produtiva do capital e acarretam, por vezes, na emergência de novas “estratégias” de mercado, acrescidas pelo desemprego e a busca pela sobrevivência. Tais “estratégias” se pautam na “sonegação de impostos ou no atrativo de altos lucros no comércio ilegal [...] o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e do emprego”. Destaca também que o

¹⁹As características detalhadas acerca de como se dá a organização deste negócio ilegal, o narcotráfico, a forma sob a qual a política de guerra às drogas foi conduzida e a operacionalização da produção de drogas nos países Bolívia, Colômbia e México podem ser encontradas em Rodrigues (2012) e Escotado (1998).

crescimento acelerado de economias informais, no capitalismo posterior a reestruturação produtiva do capital, tem sido comumente relatado. Com isso, pode-se inferir que esta é uma das possíveis explicações acerca do *boom* do narcotráfico posterior à década de 1980, que aumenta consideravelmente a produção de substâncias ilícitas, acompanhada ou mesmo ocasionando em um crescimento exorbitante no âmbito do consumo de tais drogas.

Segundo Carneiro (2002b, p. 117), os mecanismos da Lei Seca que vigoraram nos EUA no início do século XX, se repetem nas décadas finais deste mesmo século,

[...] numa escala global, com uma dimensão muito mais gigantesca de um comércio de altos lucros gerador de uma violência crescente. O consumo de drogas ilícitas cresce não apesar do proibicionismo também crescente, mas exatamente devido ao mecanismo do proibicionismo que cria a alta demanda de investimentos em busca de lucros.

É sob este entendimento que o autor acima afirma a existência de uma relação intrínseca entre a lógica operada pelo proibicionismo e o aumento exorbitante dos lucros bem como da violência. Há, nesse sentido, uma proibição de determinadas substâncias em detrimento de outras e a justificativa, amparada por vezes em argumentos médicos ou de saúde pública, é contraditória. Logo há uma arbitrariedade pela qual algumas drogas são legalizadas e outras não: como demonstra a história do século XX, a licitude ou ilicitude de determinadas substâncias foi regida por fatores econômicos, políticos, religiosos e morais em detrimento de critérios que se pautam em preocupações relacionadas às necessidades humanas e de saúde.

O estudo realizado por Escohotado (1998) – *A História Geral das Drogas* – também demonstra as diferenças no consumo e nas finalidades de uso de substâncias psicoativas nos diferentes períodos históricos, além disso, permite identificar como as respostas dadas – notadamente em âmbito estatal – ao problema das drogas se pauta em interesses econômicos, políticos e religiosos em detrimento das considerações de critérios de saúde. Considerando o exposto, Brites (2006, pp. 61-2) conclui que “Assim, é possível constatar, que as formas históricas com que os indivíduos se relacionam com as diferentes drogas são marcadas por uma série de mediações que ultrapassam os critérios de saúde”.

Rodrigues (2012, p. 44) destaca que, dos finais dos anos 1970 aos anos 1980, a principal substância psicoativa a ser combatida era a cocaína, que foi a droga alvo tanto

do narcotráfico quanto do combate a ele. O autor explica que esta droga estimulante era extremamente compatível com os padrões “do mercado financeiro de Wall Street [...]”, se configurando enquanto uma “[...] substância adequada para uma ética do trabalho que exigia energia, jovialidade e produtividade”. Diante deste cenário, houve um crescimento do cultivo de coca, principalmente na Bolívia e Peru, que encaminhavam a pasta base à Colômbia, onde era processada e transformada em cocaína (cloridrato de coca). A cocaína pura, por meio de circuitos do narcotráfico que abarcavam países de fronteira como Brasil, Equador, Panamá e Venezuela era transportada para consumo nas metrópoles da América do Sul, EUA e, posteriormente, Europa Ocidental e Japão. Após todo este trajeto, tem-se que a droga que chegava ao consumidor era adulterada com o acréscimo de outras substâncias, de modo a aumentar os lucros em relação à droga pura. Destarte, o papel brasileiro enquanto importante rota da cocaína transportada à Europa e aos EUA e o crescimento da funcionalidade do Comando Vermelho.

Baratta (1994) complementa que uma análise ampliada acerca do fenômeno relacionado às drogas deve considerar, primeiramente, o papel destas substâncias na economia mundial em que circulam capitais legais e ilegais. Além disso, deve-se analisar como esta questão foi utilizada pelos EUA, especialmente posterior à década de 1970, tanto como um controle político dos movimentos de contracultura bem como justificativa para a intervenção política em outros países de modo a favorecer o poderio norte-americano, notadamente nos países latino-americanos. Como exemplo disso, são as intervenções de forças militares na Bolívia e em outros países da América do Sul (Baratta, 1994) e o Plano Colômbia, oficializado em 2000, em que os EUA apoiam o combate ao narcotráfico colombiano (Delmanto, 2013).

Conforme explica Soares (2007), o modelo preconizado pela guerra às drogas centraliza no sujeito usuário/a de droga, ou seja, na esfera também do consumo, os problemas oriundos da produção, distribuição e consumo de drogas. Desse modo, se exime de analisar as contradições da estrutura e da dinâmica social capitalista que engendra e mesmo determina desde a produção até as formas de consumo das diversas drogas ilícitas. A finalidade se reduz, portanto, a práticas, assumidas inclusive em nível de saúde, em combater a droga ilícita em si, bem como impedir por completo seu consumo. O/a usuário/a é tido como dotado da condição de marginalidade e desvio e, para tanto, é necessária a adoção da abstinência como a única meta.

A “guerra às drogas” almeja, portanto, uma sociedade livre de drogas e tem como táticas ações de repressão altamente militarizadas, expressando uma intolerância ao uso

de drogas, objetivando a redução da demanda e tendo a abstinência como a única meta possível²⁰. Ademais, serve aos interesses diretos da máfia, polícia e dos bancos, enriquecendo-os, além de controlar os sujeitos, tendo como interesse-fim atender às necessidades do Capital. Pauta-se em uma atuação que compreende os problemas das drogas no âmbito da segurança pública, relacionado ao tráfico e à repressão, dotada, portanto, de práticas arbitrárias, autoritárias, com intervenções policiais. Configurando-se enquanto uma política que se utiliza de ações violentas a fim de reprimir tanto o comércio de drogas quanto os usuários (Carneiro, 2002b).

Trata-se de uma estratégia que tem em seu centro o combate da droga e desconsidera os sujeitos afetados por toda a complexidade de fatores que envolvem o uso e abuso de substâncias psicoativas. As ações incidem de forma predominante e mais violenta em áreas mais pobres, o que corrobora o estigma do usuário de drogas como uma figura perigosa, de modo a criminalizá-lo e patologizá-lo. Objetiva-se alcançar a abstinência dos usuários de forma coercitiva na medida em que faz deste objetivo a única direção de tratamento possível, sem considerar as especificidades dos diversos casos e a importância do sujeito se implicar no próprio tratamento, tendo capacidade de refletir sobre as diversas possibilidades (Carneiro, 2002b).

Em consonância, Brites (2006) aponta para os efeitos da criminalização especialmente aqueles que se relacionam direta ou indiretamente à violência, afetando em maior nível as camadas mais desfavorecidas da sociedade que ou convivem ou se envolvem com o tráfico de drogas. Dessa forma, opera-se um modelo (o proibicionista) que fornece uma solução para a questão das drogas que se desvincula da apreensão das condições históricas objetivas na qual os sujeitos sociais estão inseridos. Além disso, dota-se de um moralismo e autoritarismo que “[...] se revestem de uma aura “humanitária”, portadora de “verdades” científicas e “zelosa” pela saúde, que é contraditada pela cultura consumista e medicamentosa em relação às drogas lícitas; cultura que a maioria dos defensores da vertente proibicionista não questiona”. Ademais, contribui, por um lado, para uma ampliação de processos de exclusão social dos usuários de drogas ilícitas, afastando-os dos serviços sociais e de saúde. Por outro lado, limita “a construção de respostas sociais e de saúde, já que um conhecimento mais profundo e

²⁰Neste aspecto, evidencia-se que este denominado objetivo da guerra às drogas – uma sociedade livre de drogas – é bastante contraditório, visto que: esta é uma produção que representa alta rentabilidade ao capital, atendendo perfeitamente as necessidades do capitalismo, serve como justificativa para a criminalização e culpabilização da pobreza e a coloca em prática.

sistemático dessa realidade é interdito pelo caráter clandestino de uso das drogas ilícitas” (Brites, 2006, p. 64).

Este modelo é permeado ainda por uma noção de que: há uma vinculação necessária entre o consumo de drogas e a decorrente dependência, além da ideia da evolução do uso de drogas leves às pesadas; os sujeitos adictos pertencem a uma cultura e a uma realidade que não condizem com a “normalidade”; o uso de drogas dota os sujeitos adictos de comportamentos sociais, que não combinam com a vida produtiva e os levam a comportamentos criminais; o uso de drogas coloca os usuários em situação de enfermidade psicofísica, baseando-se na ideia da dependência como irreversível (Baratta, 1994).

Além disso, com as crises dos anos de 1970 e a reestruturação produtiva do capital, configura-se uma base material que produz um crescimento exponencial da questão social (Netto & Braz, 2006). Esta pode ser compreendida nas diversas facetas nas quais se expressam as desigualdades sociais engendradas e inerentes ao modo de produção capitalista. A questão social é, portanto, expressão da contradição Capital x trabalho e tem sua origem no fim do século XVIII, e está relacionada aos desdobramentos sociais e políticos deste período. Expressam a pauperização do trabalhador, acrescida daqueles que se encontram em condição de indigência.

No capitalismo contemporâneo, nota-se que este fenômeno é ampliado pelo fato de que a produção social é amplamente coletivizada, e a apropriação dos bens materiais produzidos socialmente é privada e monopolizada por uma ínfima minoria da população. Esta nova configuração da sociabilidade capitalista é marcada, portanto, por uma enorme concentração econômica que, por sua vez, tem conduzido à concentração do poder político.

O agravamento da questão social está intimamente relacionado aos problemas advindos do fenômeno das drogas que envolvem desde a produção até o consumo. Nesse sentido, considerando que o sistema capitalista confere à droga o status de mercadoria produzida e comercializada mundialmente e aos usuários – compreendidos como classe social – a classificação de consumidores, Soares (2007, p. 11) afirma que

Ao aderir a um padrão globalizado de hábitos de consumo, as sociedades viram enfraquecer valores culturais tradicionais, experimentando seus membros frustração, imobilizados diante das novas condições sócio-econômicas, circunstâncias de notório favorecimento do consumo de substâncias ilícitas.

Ademais, a autora pontua que, com as crises econômicas da década de 1970 e suas repercussões, os trabalhadores são profundamente afetados pela precarização tanto do trabalho quanto da vida, o que estabelece uma íntima relação no processo de saúde-doença destes indivíduos. Soma-se a isso a disseminação de padrões de competitividade, consumo e da busca pelo prazer imediato, que tem suas consequências, inclusive, no âmbito do consumo de drogas. Diante disso, compreende-se que, com a reestruturação produtiva do capital e suas consequências à vida social contemporânea, produziu-se um enorme exército industrial de reserva (os denominados desempregados) e, por outro lado, aumentou-se a competitividade e acirraram-se as formas individualistas nas quais os sujeitos se colocam no mundo. Tais características perpassam diretamente a relação de consumo que os homens e mulheres contemporâneos estabelecem com as drogas bem como os problemas oriundos do abuso destas substâncias. Os autores Soares e Campos (2006) também apontam que o consumo de drogas vem se configurando como um importante fator relacionado ao desemprego bem como as consequências da flexibilização do trabalho.

Santos (2008), em análise consonante, afirma que na medida em que as substâncias psicoativas passam a ser produzidas e distribuídas de maneira globalizada e, no caso das drogas lícitas, acresce-se as propagandas e o marketing atrelados a ideias de prazer e solução mágica para os problemas, vai se configurando um novo cenário no que se refere ao consumo de drogas. Ressalta-se que as dificuldades e consequências advindas do consumo de substâncias psicoativas, dentre elas o agravamento e o aumento dos casos de adicção, devem ser entendidos também segundo a crise capitalista dos anos de 1970 e suas consequências, portanto²¹.

Conforme explica Brites (2006), existem modificações significativas no que se refere ao consumo de drogas a partir da década de 1960, ainda com a ressalva de que existiu um consumo em maior escala de algumas drogas em outros períodos – a exemplo: o consumo de ópio fumado a partir do século XIX na China bem como de álcool e tabaco no início do século XX nos EUA. Contudo, é somente posterior a esta década que ocorre um uso de drogas em massa, combinando tanto as tendências dos movimentos de

²¹Em linha semelhante, Silva e Silva (2015, s/p) também estabelecem relações entre a intensificação da exploração da força de trabalho, consequência da reestruturação produtiva do capital, e a saúde do trabalhador, notadamente no que se refere ao uso de álcool e outras drogas. “Assim, sinaliza-se que o referido uso de substâncias psicoativas - condicionado pelo contexto de reestruturação produtiva do capital - exprime a necessidade de amortização da [...] exploração da força de trabalho.” Brites (2006) também demonstra a relação do ser humano com as drogas enquanto um produto da práxis social e que, portanto, atualmente, deve ser analisado segundo a reestruturação produtiva do capital.

contracultura, quanto o aperfeiçoamento da produção e circulação de drogas legais (indústrias farmacêuticas) e ilegais.

Diante disso, a autora supracitada coloca a necessidade de se analisar como as modificações da práxis social deste período possibilitaram uma mudança radical na maneira com que os sujeitos sociais se relacionam com as drogas, culminando na origem do “problema das drogas” no âmbito da saúde pública. É nessa medida que se torna fundamental compreender as determinações econômicas – reestruturação produtiva do capital – e suas consequências na vida social. O consumo de drogas visa atender a finalidades como busca pelo prazer, desempenho, sociabilidade, transcendência, alteração de percepção e sensação. Todavia, com as modificações ocorridas no cenário da acumulação de capital, esta relação com a droga passa a se dar numa sociabilidade que tem como valores: o desprezo pelo espaço público e pelas ações coletivas; uma valorização e estímulo do consumo ilimitado como única maneira de satisfazer as necessidades. Soma-se a isso uma vida cotidiana permeada por profundas formas de violência e competitividade e que, por sua vez, se vincula exclusivamente às necessidades de sobrevivência (Brites, 2006).

Dessa forma, os sujeitos singulares são cotidianamente estimulados “[...] ao prazer e a felicidade plenas – cuja realização pode ser alcançada pela riqueza e pelo prestígio, personificados pelo dinheiro e todas as mercadorias que com ele se pode comprar” (Brites, 2006, p. 65). A autora complementa ainda que,

Motivações e valores que são reproduzidos pela mídia, pela moda e pela moral de forma dominante e que se constituem em abstrações universalizadas com as quais os indivíduos sociais passam a se identificar e a almejar e que, na mesma medida, geram sofrimento e frustração, tanto porque são valores e motivações esvaziadas de sentido verdadeiramente humano (no sentido da riqueza humano-genérica), quanto porque são impossíveis de realização universal, dada a desigualdade de classe. [...] Os indivíduos sociais – inflados na sua singularidade; alienados da riqueza humana pela relação mercantil entre os homens e pelo consumo compulsivo; obcecados pelo sucesso (material) vertiginoso; isolados pelo individualismo e pela violência; abandonados e inseguros pela descrença nas práticas coletivas e políticas - podem encontrar no consumo de drogas – e nos usos dependentes das diversas drogas, uma forma alternativa de responder às necessidades postas pelo capitalismo e por sua ambiência cultural na atualidade,

uma vez que esta sociabilidade só reconhece o sucesso (material), estimula o prazer e o espetáculo narcisistas e promete a cura de todos os males – alteração dos humores, desempenho, angústias e sofrimentos (físicos e psíquicos) – através de um cardápio de medicamentos cada vez mais extenso e poderoso (Brites, 2006, p. 65).

É nestas circunstâncias que, pós-década de 1970, o consumo de drogas passa a receber uma maior atenção dos campos da saúde e da justiça. Para compreender como os campos citados vêm respondendo a este fenômeno social, foi preciso, portanto, demarcar o papel fundamental da relação entre as mudanças operadas na práxis social e sua expressão no que se refere ao consumo de drogas (Brites, 2006).

Diante deste cenário, vale pontuar também que o modelo proibicionista bem como seu produto direto, o narcotráfico, se configuram como uma resposta que objetiva intervir sobre as escolhas e motivações, se revestindo de práticas autoritárias que não alcançam o objetivo de reduzir ou impedir o consumo. Além disso, contribuem para uma “manipulação ideológica de uma visão alarmista e catastrófica sobre o tema pouco esclarecedora, já que cria a falsa noção de que existem drogas “pesadas” (proibidas) e drogas “leves” (permitidas), desconsiderando a diversidade de padrões e de condições de consumo. Ao contrário, defende-se que, ao se construir possíveis contribuições para analisar e atuar sobre o “problema das drogas”, deve-se, em última instância, buscar suas raízes no movimento da práxis social (Brites, 2006).

No campo sociopolítico, destaca-se a organização dos trabalhadores e do movimento sindical²². Tais movimentos demandaram melhorias salariais, contestaram o modelo de produção baseado no taylorismo-fordismo e, além disso, emergiram modificações culturais (contracultura, revolução nos costumes, etc.). Consequentemente, a cena política passa a se caracterizar por categorias específicas que compunham os movimentos sociais, “impropriamente designadas como “minorias”” (p. 214). Trata-se da operacionalização de mudanças no capitalismo monopolista que atingiram os âmbitos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Segundo Harvey (1992, p. 133):

²²Destacam-se aqui as significativas mobilizações: na França, em 1968 e na Itália, em 1969 (Netto & Braz, 2006).

As críticas e práticas contraculturais dos anos 60 eram, portanto, paralelas aos movimentos das minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada [expressa pelo modelo taylorismo-fordismo]. Todas essas correntes de oposição começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural, no próprio momento em que o fordismo como sistema econômico parecia estar no apogeu.

A partir das elaborações de Rodrigues (2006), pode-se sintetizar que os movimentos políticos de 1968 representaram experiências de contestação que almejavam a derrubada da ordem social, questionando a coisificação e mercantilização das coisas e da vida social de um modo geral. Apesar disso, também conjugaram uma cultura com facetas individualistas e hedonistas, conforme pontua a autora:

Outro traço da “Revolução cultural” foi sua antinomia. Hobsbawm (1998: 325 e 327) demonstra como a cultura jovem dos anos 60, operando uma subversão da noção tradicional da política, transpôs para esta esfera, pública por excelência, a afirmação de desejos e sentimentos privados (Rodrigues, 2006, p. 61).

Todavia, a autora supracitada observa que o fracasso destas lutas combinado com a prosperidade oriunda da dinâmica de consumo instaurada também contribuíram para uma desilusão política na década de 1980, fornecendo um propício contexto para a aceitação do que viria a se denominar a consolidação de uma época pós-moderna. Este cenário colaborou ainda para o abandono, por parte dos movimentos sociais, do horizonte de transformação radical da ordem social.

Soma-se a isso que a reestruturação produtiva provocou uma hipertrofia do setor terciário, o qual foi acompanhado de uma argumentação do fim do sujeito revolucionário. Desse modo, questiona-se a possibilidade da transformação socialista, já que para esta o operariado compõe a classe capaz de conduzir a superação da sociabilidade capitalista. Juntem-se a isso as ideias de que é possível conciliar os interesses da burguesia e do proletariado, sendo que tais noções advêm dos anos dourados, período que garantiu, de certa forma, uma estabilidade econômica e que repercutiu em políticas sociais e conquistas para os trabalhadores de um modo geral. Ademais, com a perpetuação do capitalismo e a queda do muro de Berlim, em 1989, afirma-se o capitalismo como o fim

da história²³. Considerando estas transformações nas diversas esferas da vida social, Rodrigues (2006, p. 31) aponta que isto “requer demonstrar que o pós-modernismo é tanto um produto da mercantilização da cultura na fase tardia do capital quanto do impacto do fracasso das lutas políticas empreendidas no período de 1968-76 sobre o projeto socialista revolucionário”.

Segundo Rouanet (1987), o uso do termo pós-modernidade ou pós-modernismo, é restringido por uns apenas ao âmbito da arte: arquitetura, literatura, pintura. Outros, por sua vez, estendem a compreensão à esfera cultural de modo total, incluindo a filosofia e a ciência. Há ainda a aplicação de tais termos à esfera econômica, política e à sociedade de maneira geral. Quanto à origem do fenômeno, tem-se: aqueles que defendem seu caráter recente – a partir da década de 1970, outros que o remontam aos anos 1950 e ainda há os que o consideram presente em toda a história humana. Apesar desta ambivalência, há algo que os une: a afirmação do fim da modernidade ou de seu envelhecimento.

A esse respeito, Anderson (1999) expõe que a ideia de um “pós-modernismo” surge, primeiramente, no mundo hispânico, datando da década de 1930 e, posteriormente, o termo aparece em 1950, denotando um movimento estético ou a falência de conjecturas modernas acerca da sociedade. No entanto, o momento que foi realmente decisivo e demarcou a utilização do termo associado à filosofia irracionalista – num resgate do irracionalismo que teve suas origens na decadência ideológica da burguesia - somado a uma posição política que não demarca as diferenças entre esquerda e direita, ao menos em termos modernos, é a partir de 1970.

Diante disso, as teorias que se localizam no campo pós-moderno impõem questionamentos em relação à: primeiramente, o fracasso da concepção de controle racional da natureza e, secundamente, à promessa de emancipação humana, ambos aspectos se referem diretamente ao projeto sócio-cultural da ilustração oriundos da modernidade. Segundo Netto (2000), este projeto é composto, portanto, por duas dimensões que estão intrinsecamente relacionadas. A primeira diz respeito à racionalização da relação entre a sociedade e a natureza, de modo a assegurar o controle desta e colocá-la a serviço daquela, racionalmente. Trata-se de uma racionalidade puramente instrumental: colocar a natureza a serviço das necessidades humanas. A

²³Esta ideia foi originalmente postulada por Fukuyama (1992, p. 16), que afirma que a mudança histórica à luz da economia é uma “mudança que (ao contrário de sua variante marxista), conduz ao capitalismo e não ao socialismo, como resultado final [...]”, sendo a democracia liberal o fim da ideologia na humanidade, a última forma de governo na humanidade.

segunda se refere ao vetor emancipatório, visto que o conhecimento e manipulação racional da natureza permite, por sua vez, organizar racionalmente a sociedade a fim de garantir a autonomia e a liberdade de todos os homens e mulheres (emancipação humana). A razão era, portanto, o que vinculava estas duas dimensões: razão concebida como fruto da realidade, submetida ao controle, passível de verificação, revisão e transmissão, enquanto conjunto de regularidades objetivas. Não se tratava, portanto, de uma razão fruto “da cabeça dos homens”.

Ora, o cenário pós-1970 apresentado anteriormente demonstra a pertinência das indagações das teorias pós-modernas, visto que as promessas de emancipação humana e racionalização de modo a colocar a natureza a serviço das necessidades humanas não aconteceram. Ao contrário, com a reestruturação produtiva do capital, houve inclusive um agravamento da questão social. Com isso, a resposta encontrada por estas elaborações teóricas é a constatação da falácia do projeto moderno, ou melhor, do projeto emancipatório oriundo da modernidade e, sob aspectos empíricos ou aparentes, as condições do mundo contemporâneo comprovam esta conclusão. Ante o exposto, as categorias de análise colocadas pelo projeto sociocultural da ilustração não servem mais para compreender e atuar sobre o grau de complexidade e fragmentação que atingiu a sociedade contemporânea (Netto, 2000).

Incluem-se aqui as categorias alternativas ao projeto da modernidade, mais especificamente àquelas postuladas pela teoria marxiana²⁴. Esta também estaria comprometida pela ideia de racionalidade que perpassa a configuração tanto do projeto ilustrado quanto do projeto socialista (Netto, 2000). Neste âmbito, Netto (2000) destaca duas posições essenciais que caracterizam as teorias pós-modernas, por um lado, aquelas que defendem que a falácia do programa moderno está na sua gênese, ou seja, afirma-se o fim da história. Por outro lado, há aqueles teóricos do campo pós-moderno que compreendem a validade do programa moderno (emancipação e controle racional da natureza), contudo, os meios modernos para viabilizar e implementar suas propostas estão colapsados. Mas em ambos a razão moderna desaparece.

Segundo a análise marxista, “O projeto ilustrado é a expressão da hegemonia cultural da burguesia no ciclo da revolução burguesa clássica e enquanto projeto hegemônico tem um traço de classe, mas não é apenas a expressão dos interesses de classe da burguesia” (Netto, 2000, s/p). Neste projeto, a burguesia condensou os valores

²⁴A crítica dos teóricos pós-modernos em relação à teoria marxiana serão apresentadas no decorrer deste tópico.

emancipadores produzidos pela história da humanidade que vinham desde a pólis grega, e ainda que estivesse a serviço da consolidação da Revolução Burguesa contou com uma gama de aliados que se contrapunham ao regime feudal. No entanto, a partir do momento em que a burguesia se efetiva como classe dominante em todos os aspectos da vida social, seus interesses de classe passam a demarcar a tensão entre o projeto ilustrado e o projeto burguês. Isso significa que, com a ordem burguesa consolidada, à classe dominante não interessa mais o caráter revolucionário e de transformação da realidade, mas, ao contrário, volta-se para a manutenção do *status quo*. Ademais, ressalta-se que Marx certamente é herdeiro desta tradição, embora não sem uma crítica que a supera (Netto, 2000).

O marco da diferenciação entre os projetos citados acima (o ilustrado e o burguês) pode ser verificado pela já mencionada decadência ideológica da burguesia. Ademais, isso se clarifica quando se analisa que pela própria natureza do modo de produção capitalista, “[...] a lógica instrumental própria da razão moderna é extremamente funcional ao movimento do capital na medida exata em que fossem destruídos os fundamentos emancipatórios” (Netto, 2000, s/p). Logo, trata-se de uma dominação da razão emancipatória que não é dada pela razão instrumental, mas ao contrário, é determinada pelo desenvolvimento social e material da sociabilidade burguesa, que converteu a lógica de controle da natureza em uma lógica de subordinação social. O problema não está, por conseguinte, na razão, mas se assenta na dinâmica do desenvolvimento capitalista.

A partir disso, destaca-se aqui que a primeira obra filosófica a incorporar esta concepção foi *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard, em 1979, sendo o primeiro livro a trazer a pós-modernidade como uma mudança geral na condição humana, segundo Anderson (1999). Para este autor, o advento da pós-modernidade se ligava à origem de uma sociedade pós-industrial, em que o conhecimento perde suas tradicionais legitimações. Diante disso, a sociedade passa a ser concebida como um entrelaçamento de comunicações linguísticas, ou seja, como a própria linguagem. A ciência se torna, portanto, um jogo de linguagem, logo não pode reivindicar privilégio no que se refere a outras formas de conhecimento. Trata-se da perda da credibilidade das metanarrativas, especialmente o marxismo ou socialismo clássico. Dessa forma: “[...] o autêntico pragmatismo da ciência pós-moderna está [...] na produção do paralogístico – na microfísica, os fractais, as descobertas do caos [...]” (Anderson, 1999, p. 33). Nota-se nesta obra, portanto, um **caráter antiontológico** e, conseqüentemente, a negação do sujeito como classe social/classe revolucionária que é substituída pela centralidade do

sujeito individual ou coletivo nos processos de transformação social, além da transformação do conhecimento em valor de troca.

Desde a ampla repercussão do tema proposto por esta obra e seus desdobramentos, pode-se afirmar que não existe a teoria da pós-modernidade, há teorias da pós-modernidade. Diante disso, Netto (2010) afirma que o mais correto seria delimitar estas produções como “campo pós-moderno”. O autor cita a diferenciação proposta por Boaventura Souza e Santos entre a pós-modernidade de celebração e àquela de contestação, que critica o sistema capitalista. No entanto, ainda com a ressalva desta diferenciação, que deixa clara as distinções ideológicas e políticas dentro das correntes do pensamento pós-moderno, é possível afirmar, segundo Netto (2010), que existem elementos comuns que convergem para a configuração deste campo. Nas palavras de Rodrigues (2006, p. 29): “Não é à toa que, a despeito de todo o empenho, os pós-modernos de contestação só consigam vislumbrar como alternativas à ordem social vigente as ações concebidas e decididas nos limites do local.”. Além disso, estes traços gerais não são necessariamente inéditos, mas é o seu conjunto e articulação que compõe a identidade pós-moderna.

Para Eagleton (1999, p. 7), o termo pós-modernismo diz respeito a uma forma de cultura contemporânea, enquanto pós-modernidade se refere a:

[...] uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades.

A partir da citação acima, nota-se que um denominador comum do campo pós-moderno, destacado pelo autor, é o caráter de negação da ontologia. A esse respeito, Vaisman (2010), de acordo com a perspectiva lukacsiana, aponta que a ontologia é a afirmação da existência do real em si, ou seja, independente e externamente a consciência, todavia trata-se de um real que é cognoscível intelectualmente, logo a realidade não é uma ilusão/construção por parte dos sentidos. Isso nos conduz a concluir, por um lado, a

existência de uma única realidade e, por outro lado, que se tem no campo pós-moderno uma negação do real ou mesmo a atribuição de que existem várias realidades. Nas palavras de Netto (2010), há, por parte das elaborações pós-modernas, “um traço antiontológico de lateralização da realidade”.

Em decorrência disso, questionam-se as noções clássicas de verdade, reduzindo-a a discursos de verdades, em que há várias formas de conhecimento oriundas das diversas práticas sociais que as geram e as sustentam e, portanto, existem várias verdades (e todas têm o mesmo valor). Isso se dá concomitantemente a esse novo mundo efêmero, tecnológico, da informação, do consumismo, das indústrias de serviços e, com esta nova configuração, as formas de explicação oriundas da modernidade se tornaram ultrapassadas (Eagleton, 1999; Netto, 2000; 2010). Diante disso, o processo do conhecimento passa a se guiar não mais pelas particularidades do objeto real e suas múltiplas determinações, mas, ao contrário, é o sujeito pensante que atribui sentido à realidade e aos processos sociais. Dissolve-se assim a objetividade da produção de conhecimento em que a ciência se torna um conhecimento discursivo. Sobre isso, Netto (2000) exemplifica os extremos a que se chega: a defesa da não distinção entre ciência e ficção ou mesmo entre história e ficção, em que se opera uma redução do conhecimento, bem como da história, ao discurso.

Segundo o pensamento ilustrado, não se trata de negar que existem formas distintas de conhecimento para além da ciência, a arte é inclusive uma delas. Entretanto, a ciência, a teoria são formas de apreensão do real tal como ele é, ou seja, a produção de conhecimento opera de maneira o mais desantropomorfizada possível (Netto, 2000). A respeito disso, Netto (2011b) afirma que as elaborações teóricas acerca de determinado fenômeno surgem de necessidades reais, ou seja, a partir do modo como os homens produzem sua vida material vão se criando necessidades que precisam ser respondidas, justificadas ou terem caminhos apontados por concepções teóricas. Trata-se, portanto, segundo o pensamento marxiano, da “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, **o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa**” (p. 21, **grifos nossos**). Tonet (2013, p. 66) complementa que, para o pensamento marxista, trata-se de uma crítica radical, em que a compreensão dos fenômenos sociais tem como pressuposto, como ponto de partida:

[...] a raiz da realidade social, vale dizer, as relações que os homens estabelecem entre si na produção dos bens materiais necessários a sua existência. Isso implica

a compreensão do processo histórico e social, com todas as suas mediações, que resultou naquele determinado fenômeno. Constatar o caráter histórico e social de todos os fenômenos sociais significa, por sua vez, fundamentar a possibilidade de uma transformação também radical do mundo.

É em meio a este cenário que surgem, na década de 1980, as lutas e movimentos em prol da consolidação de um cuidado humanizado ofertado aos usuários de drogas, que pauta a defesa das estratégias de redução de danos em oposição ao modelo proibicionista. Ante o exposto até aqui, apresentar-se-á a seguir um breve histórico da luta e da consolidação das estratégias de RD em cenário internacional e suas repercussões em âmbito nacional.

1.3 Breve histórico da luta e consolidação das estratégias de Redução de Danos

O'Hare²⁵ (1994) observa que, na década de 1980, as estratégias de cuidado pautadas numa noção de reduzir danos voltados aos usuários de drogas ilícitas passam a ser amplamente reivindicadas. Na definição de redução de danos, o autor supracitado aponta que o objetivo principal é minimizar os efeitos negativos oriundos do uso de drogas (lícitas ou ilícitas) e complementa dizendo que tal conceito não necessita de conhecimentos científicos ou médicos, que podem inclusive constituir barreiras e complicar uma estratégia que se propõe simples. A partir desta definição, considera que o uso de substâncias psicoativas sempre esteve presente na história da humanidade e aceita esta realidade de modo a propor uma minimização dos danos oriundos deste consumo, revelando-se como uma estratégia no campo da saúde pública e que se volta, majoritariamente, à prevenção da aids transmitida pelo compartilhamento de seringas e/ou agulhas contaminadas. Nas palavras do autor: “Desde 1986, a Região de Mersey vem dando uma resposta pragmática às questões das drogas e do HIV, encarando-as como problemas de saúde pública”. Nota-se, portanto, que o ressurgimento²⁶ das ideias de minimizar os danos causados pelo uso de substâncias psicoativas foi uma alternativa encontrada para lidar com o alastramento da aids em nível mundial.

²⁵ O'Hare participou do grupo que compôs as primeiras iniciativas de RD em Liverpool.

²⁶ Considerando-se que as iniciativas de reduzir os danos decorrentes do uso de substâncias psicoativas já haviam sido utilizadas em 1926 na Inglaterra – *Relatório de Rolleston*, conforme discutido no tópico anterior.

Esta visão de redução de danos foi adotada pela região de Mersey e pelo Reino Unido, no contexto de prevenção ao HIV entre os UDI (usuários de drogas injetáveis), em que prevalecem os seguintes objetivos, em ordem hierárquica: “evitar o compartilhamento de equipamentos; substituir o uso injetável de drogas pelo uso não parental; reduzir globalmente o uso de drogas; interromper o uso de drogas” (O’Hare, 1994, p. 70). O pragmatismo das ações²⁷, ou nas palavras do autor “Redução de danos é essencialmente pragmatismo” (O’Hare, 1994, p. 77), preconiza o abandono da ideia de abstinência como única meta, considerando que existem os usuários que não desejam interromper o uso, além disso, unifica o trabalho entre usuário/a de drogas e a prevenção da aids.

Ademais, sendo o trabalho em saúde composto por estas estratégias denominadas flexíveis, houve (e ainda permanecem) uma ampla oferta de serviços que envolvia, na região de Mersey em 1986: 1) postos de troca de seringas - fornecimento de seringas e agulhas estéreis e preservativos; 2) parcerias com as farmácias - fornecimento gratuito de equipamento estéril de injeção; 3) trabalhos de agentes comunitários - visa acessar os usuários de drogas ou a população de risco que não chega ao serviço de saúde; 4) clínicas com esquemas flexíveis de prescrição - terapias de manutenção, em que se prescreve o uso da droga em casos graves, visando ainda promover o afastamento das cenas de uso das drogas e prevenir a ascensão incontrolada do consumo; 5) acesso a informações relacionadas a prevenção e drogas; 6) aconselhamento e suporte – unidades de aconselhamento individualizados a usuários, familiares e amigos e centros de convivência; 7) parceria e participação com e da polícia no que se refere à cooperação com as ações de saúde.

Ainda na década de 1980, na Holanda, surge a Junkiebond - Liga de Dependentes ou Junkies, fundada por um movimento social de usuários e dependentes de drogas:

O ponto de partida da Junkiebond é zelar pelos interesses dos usuários de drogas. O mais importante é combater a deterioração do usuário ou, dito de outra maneira, melhorar as condições de vida e de moradia do dependente. Sua filosofia é a de que os próprios usuários de drogas conhecem melhor seus problemas (Wijngaart, 1991 citado por Marlatt, 1999, p. 31).

²⁷No decorrer deste trabalho, o uso do termo pragmatismo foi empregado como sinônimo de utilitarismo. Não se trata, portanto, da corrente filosófica pragmatismo.

A abordagem e defesa da redução de danos (termo introduzido oficialmente em 1981) baseava-se em uma “filosofia pragmática”, como uma nova filosofia de tratamento. A referida Liga requeria junto ao governo holandês a garantia do tratamento de manutenção de metadona e a distribuição gratuita de equipamento estéril (seringas e agulhas) para usuários de drogas injetáveis, de modo a defender uma abordagem mais humana e pragmática. Na medida em que a epidemia da aids se alastrava e com ela o risco de infecção decorrente do compartilhamento de seringas e agulhas entre os UDI, em 1984, instaurou-se, o primeiro programa de troca de seringas e agulhas em Amsterdã. Esta estratégia adotada obteve êxito e se alastrou para outros países (Marlatt, 1999). Em 1985, Marlatt (1999, p. 32) traz que, segundo Engelsman (1989), “a política holandesa de normalização parece ter produzido um contexto no qual o dependente assemelha-se mais a um cidadão holandês desempregado do que a um monstro que ameaça a sociedade”. Além disso, os programas implementados consideravam a diferença entre o uso de drogas leves (maconha e haxixe) e pesadas ou de risco não aceitável (heroína, cocaína, anfetaminas e LSD) e se baseavam na baixa exigência e tratamento de fácil acesso, ou seja, não estabelece como meta única a abstinência que também não é pré-requisito para o acesso a tratamento. Estas orientações alcançaram resultados extremamente positivos em relação ao acesso a assistência por parte dos usuários (Marlatt, 1999).

Marlatt (1999) aponta que as ações de redução de danos, na década de 1980, configuraram um movimento político de amplitude internacional e a ideia preconizada de redução das consequências negativas oriundas do consumo de drogas se deve ao aumento da incidência do vírus HIV na década de 1980. Esta abordagem ao problema operou no campo da saúde e segurança pública e foi aplicada nos Países Baixos, no Reino Unido e na Austrália por meio da instauração de programas de trocas de seringas/agulhas, assim como a prescrição médica de substâncias psicoativas indicadas ao tratamento da dependência química, ambos visando minimizar os danos à saúde. Estas ações, sistematizadas sob a forma destes programas, foram implementadas primeiramente na Holanda e ganham força e repercussão mundial na medida em que se foi identificando o aumento da infecção pelo HIV e a eficácia desta alternativa no controle da epidemia.

Foi neste mesmo período, segundo Paes (2006), que os aspectos epidemiológicos da aids passaram a ser descobertos, bem como a forma de transmissão, dentre elas, o compartilhamento de seringas. Diante disso, as estratégias de redução de danos – incluindo o programa de troca de seringas – desempenharam uma função essencial no

controle da hepatite e, especialmente, no controle da aids e, em poucos anos, outros países também aderiram aos programas de redução de danos²⁸.

Já no cenário brasileiro, a luta pela implementação das estratégias de RD voltadas aos usuários de drogas e à prevenção da aids iniciou-se em Santos (Mesquita²⁹, 1994). Segundo documento publicado pela Fiocruz, houve a confirmação do primeiro caso da doença da imunodeficiência em 1982, em São Paulo, e em 1988 já havia mais de quatro mil casos no país (Ministério da Saúde, s/d). A cidade portuária de Santos foi incluída nos anos de 1980 como rota alternativa para o tráfico de cocaína, em consequência, movimentou-se o mercado e o fornecimento desta droga aos brasileiros e esta cidade passou a apresentar índices expressivos tanto de uso de drogas quanto de UDIs infectados pelo HIV. Em 1989, instaurou-se a distribuição de agulhas e seringas estéreis (Programa de Troca de Seringas), almejando a prevenção da aids entre os UDIs. A proposta foi, no mesmo ano, interdita judicialmente por ser compreendida como incitação ao uso de droga e por violar a legislação brasileira sobre drogas, numa demonstração clara de como as políticas proibicionistas e de guerra às drogas possuía (e ainda possui) predominância no país (Mesquita, 1994).

A partir do exposto, nota-se que o movimento social dos usuários de drogas, nos cenários nacional e internacional, foi de extrema importância para a consolidação de direitos à saúde voltados a estes sujeitos. Contudo, as características deste movimento social se aproximam das relatadas por Gohn (1997) acerca dos novos movimentos sociais. Há uma ênfase “[...] na identidade coletiva criada por grupos [neste caso, usuários de drogas] e não a identidade social criada por estruturas sociais que preconfiguram certas características dos indivíduos [classe social]” (Gohn, 1997, p. 123). Há também uma preocupação em assegurar direitos sociais em detrimento de lutas que almejam uma transformação radical. Além disso, tais movimentos são compostos por uma pluralidade de ideias e valores, com tendências a orientações pragmáticas que almejam reformas institucionais e ampliação da participação da população nas tomadas de decisão.

²⁸Paes (2006) aponta que a comprovação da eficácia das estratégias de redução de danos no controle epidemiológico da aids entre usuários de drogas injetáveis pode ser encontrada em: Stirson, 1998; Andrade, 1995 e 2000; Woodak & Des Jarlais, 1994; Mesquita, 1994, 2000a e 2000b; Caiaffa, 2001 e 2002; e Bastos, 2000 e 2003.

²⁹Fábio Mesquita foi o médico sanitarista responsável pela condução das primeiras iniciativas de RD em Santos-SP.

Não se trata, nesta dissertação, de negar a relevância da luta por direitos dos usuários de drogas³⁰, mas de estabelecer seus limites e compreender que tais conquistas trazem ganhos nas condições de vida da classe trabalhadora, assim como possibilitam angariar esforços na luta entre capital e trabalho. Postula-se, nesse sentido, uma análise e defesa dos movimentos sociais segundo a abordagem marxiana: “refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural” (Gohn, 1997, p. 171). É, portanto, o processo de luta histórica da classe trabalhadora, sendo as revoluções pontos fundamentais deste processo. A análise dos movimentos sociais sob esta ótica, segundo Gohn (1997), também encontra importantes contribuições na obra dos marxistas: Rosa Luxemburgo, Gramsci e Lukács.

Com os altos índices de aids e as constantes lutas pela implementação da RD no país, em 1992, o governo brasileiro, em parceria de financiamento junto ao Banco Mundial, inicia as discussões acerca da aids, em que 20% dos casos de infecção eram devido ao compartilhamento de seringas entre os UDI. Apesar da tentativa de omissão deste fato na carta proposta enviada neste ano ao Banco Mundial, as discussões concluíram pela importância de conter um capítulo específico que se voltava a discutir a prevenção da aids entre estes usuários. Previu estratégias de Redução de Danos, dentre elas, a distribuição de material educativo dirigido aos UDIs e a implantação de Projetos de Trocas de Seringas em caráter experimental. Nas palavras de Mesquita (1994, p. 179) se torna evidente “[...] que a questão da difusão do HIV entre usuários de drogas injetáveis constitui quadro muito complexo e relativamente novo, o que reforça a necessidade de uma política inovadora que vise controlar a epidemia de HIV/aids entre UDIs no nosso país [...]”.

Soma-se a isso a especificidade das políticas sociais no âmbito brasileiro. A esse respeito, cabe destacar as conquistas democráticas alcançadas pelas lutas sociais, na década de 1980, e a **Constituição de 1988** - a conhecida Constituição cidadã. Esta garantiu direitos nas esferas educacionais, de saúde, do trabalho, da moradia, do lazer, da segurança, da previdência social, dentre outros, o que deveria ocasionar profundas mudanças nestas áreas, de modo articulado, com vistas a formar uma proteção social

³⁰A discussão acerca da luta por direitos sociais e pela cidadania dos usuários de álcool e outras drogas foi realizada por mim no artigo da Especialização em Teoria Histórico-Cultural da Universidade Estadual de Maringá, intitulado *Os limites da redução de danos e da luta pela cidadania no capitalismo: uma análise sob a ótica da possibilidade histórica de emancipação humana*.

ampliada e consistente. Todavia, a profunda crise **econômica** no país, que entra nos anos 1990 com alta inflação, alto endividamento e uma configuração gravíssima da questão social, somada a uma perda da força e organização do movimento dos trabalhadores, fez com que tais conquistas fossem efetivadas sob moldes neoliberais Behring e Boschetti (2009). Nas palavras de Netto (2011a, p. 151) “[...] ocorridas quase duas décadas da derrota da ditadura, a chamada dívida social, longe de ser resgatada com a reestruturação democrática, foi acrescida”.

Sobre isso, Behring e Boschetti (2009, p. 44) afirmam que:

A condição/possibilidade de implementar políticas sociais relaciona-se aos movimentos da taxa de lucros e de extração/realização/apropriação de mais-valia socialmente produzida, à relação capital/trabalho, em sentido político e econômico, e que estão na origem dos grandes ciclos econômicos de estagnação e expansão do capitalismo.

Isso significa que os desdobramentos das lutas por direitos sociais e pela implementação das políticas sociais no país foram: as privatizações, com consequências à classe trabalhadora no que se refere ao acesso a direitos básicos; políticas sociais fortemente marcadas pela iniciativa privada na condução dos serviços; falta e/ou instabilidade de recursos para assistência social e saúde, formando um terceiro setor que substituiu a política pública, marcado pelo voluntariado, ressaltando práticas filantrópicas, de clientelismo e de favor; péssima qualidade dos serviços. Isso prevalece em ambos os governos neoliberais – “FHC ainda mais que Lula”, em que os investimentos e financiamentos foram mínimos em relação ao aumento de uma implementação eficaz das políticas públicas, acresce-se aqui o *boom* da dívida pública, assim como as relações orçamentárias do Estado, que, fazendo jus à denominação marxiana de Estado burguês, prioriza aspectos econômicos e políticos em detrimento das políticas sociais (Behring e Boschetti, 2009).

No âmbito da RD, é somente em 1995 que se origina, oficialmente, o programa de redução de danos (PRD), com dois projetos financiados pelo Ministério da Saúde por meio do Programa Nacional DST/aids. São denominados respectivamente: “Projeto de Redução de Danos entre Usuários de Drogas Injetáveis em Salvador” e o “Projeto AIDS e Uso de Droga Injetável – Projeto UDI”. O primeiro estava vinculado à Universidade Federal da Bahia (Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas) e o segundo esteve

vinculado, primeiramente, à ONG Aids – Associação para Prevenção e Tratamento da aids, posteriormente se vinculou ao Instituto de Psicologia da USP (Núcleo de Estudos e Pesquisa em aids) e, por último, ao Centro de Convivência “É de lei”, todos localizados na cidade de São Paulo. O trabalho era permeado por ações de busca ativa dos UDIs nos locais de uso e de compra e venda de drogas e consistia em: distribuição de material educativo; diálogo com os usuários acerca da prevenção de DSTs/aids e cuidados de saúde de modo geral; distribuição e troca de equipamento estéril para administração de drogas injetáveis (Brites, 2006; Santos, 2008).

O Centro de Convivência “É de Lei” é uma organização social sem fins lucrativos e que atua “na promoção da redução de danos sociais à saúde associados ao uso de drogas”, desde 1998 até os dias atuais (Centro de Convivência É de Lei, s/d). Segundo Brites (2006), este foi o primeiro centro de convivência criado no país e voltado ao atendimento e acolhimento dos usuários de drogas, em que se objetiva, primordialmente, propiciar um espaço de interação social a estes sujeitos, diferente daqueles locais onde se consome a droga. As estratégias de RD perpassam pela distribuição gratuita de kits que contêm “seringas e agulhas novas, lenços para higiene do local de injeção, água destilada para diluição da cocaína, frasco plástico para preparo da droga, folheto informativo, preservativo e, em algumas versões, garrote para facilitar a injeção” (Brites, 2006, pp. 85-6). Somam-se ainda, segundo a autora supracitada, ações de orientação, acolhimento e encaminhamentos voltados às necessidades de saúde e assistência social (moradia, documentação, trabalho, justiça, etc.).

A respeito do pragmatismo presente no início das ações de redução de danos, Paes (2006) aponta que ele se iniciou e se desenvolveu devido à necessidade urgente de lidar com o advento da epidemia de Aids de modo a controlá-la entre usuários de drogas. Várias vertentes de pensamento se associavam a esta compreensão de modo a compor, ecleticamente, o movimento de redução de danos que teve repercussão mundial. Esta atuação foi iniciada conjuntamente aos programas de prevenção à Aids e reproduziu a visão pragmática presente nestes programas. No cenário brasileiro, a política nacional de redução de danos se origina completamente relacionada ao Programa Nacional de DST/Aids, em que os estudos se voltavam “[...] não para as raízes epistemológicas que sustentam as ações, mas diretamente para as ações” (Paes, 2006, p. 141).

Contudo, na avaliação do autor supracitado, a necessidade imediata imposta pelo crescimento da Aids e a conseqüente urgência de se propor um controle epidemiológico proporcionou uma produção de conhecimento que considerou os usuários de drogas –

aqueles que durante todo o século XX foram marginalizados tanto socialmente quanto em nível das preocupações oriundas da saúde. Ademais, estes programas que se pautavam na necessidade de controle epidemiológico avançaram para além dos limites do pragmatismo visto que fortaleceram grupos de usuários de drogas bem como possibilitaram conquistas na melhoria das condições de vida e do acesso à saúde por parte destes indivíduos. Considera-se, portanto, que as políticas voltadas à prevenção e ao controle da Aids propiciaram um “[...] amplo processo de organização política de muitos setores sociais que anteriormente estavam marginalizados”, fortaleceram-se redes de usuários de drogas e o próprio engajamento das lutas de redução de danos (Paes, 2006, p. 143).

Brites (2006) também disserta acerca do pragmatismo presente na emergência das ações de RD e aponta que as problemáticas advindas da epidemia do HIV/Aids exigiram a elaboração de respostas rápidas e de certa maneira, inclusive, pragmáticas. No que se refere ao pragmatismo, a autora apresenta que este, segundo uma abordagem ontológica, é uma característica da vida cotidiana, nesse sentido, é necessário ir além da manifestação imediata do fenômeno, especialmente quando se trata de uma forma de sociabilidade coisificada que encobre suas verdadeiras determinações por meio da alienação e reificação dos indivíduos e da vida social de modo geral. A partir disso, tem-se que ao mesmo tempo em que é crucial considerar a aparência do real, é preciso apreender suas leis gerais de modo a alcançar sua essência. Com estas ponderações afirma-se que:

O campo da RD não é homogêneo, expressa contradições internas e se vincula às contradições postas pela totalidade social no âmbito das respostas de saúde e sociais nessa área de forma bastante heterogênea. Ou seja, os profissionais de saúde, os pesquisadores, os redutores de danos e os militantes se vinculam ao campo da RD por motivações diversas e baseadas em concepções de homem e de sociedade às vezes antagônicas (Brites, 2006, p. 93).

No entanto, o que une estas perspectivas, por vezes antagônicas, é o fato de que todas elas se contrapõem ao modelo proibicionista. Os avanços neste aspecto, ainda que pautados numa visão pragmática, foram decisivos para o enfretamento deste modelo e para a aceitação, ainda que parcial, da compreensão da questão das drogas no âmbito da saúde pública, mais especificamente no que se refere à eficácia de controle da epidemia do HIV/Aids. Entretanto, os limites desta prática permanecem em nível das potencialidades para o tratamento assim como para construir fundamentos que embasem

uma crítica contundente à política proibicionista e uma compreensão que considere o fenômeno das drogas em sua totalidade (Brites, 2006).

Ressalta-se ainda que, com a relativa estabilização da epidemia do HIV/Aids, a necessidade de transcender o aspecto pragmático da redução de danos se torna ainda mais crucial. Tendo em vista a necessidade de defender uma política de saúde pública ancorada em pressupostos que possibilitem apreender o fenômeno das drogas em sua essência, de modo a não se reduzir apenas a vinculação entre estratégias de RD e prevenção à Aids e, dessa forma, confrontar radicalmente os fundamentos do modelo proibicionista (Brites, 2006).

Os critérios de “correto” e de “verdade” das perspectivas pragmáticas costumam ser substituídos quando o imediatismo dos fenômenos assume novas expressões e aparência. Como o caráter pragmático da RD foi funcional para enfrentar uma epidemia que ultrapassara limites geográficos, étnicos, sexuais e econômicos, o atual perfil da epidemia do HIV/aids pode levar a mudanças de prioridade e de funcionalidade, limitando o desenvolvimento da RD em nosso meio. Afinal a epidemia do HIV/aids hoje tem claros recortes de classe, assim **como têm recorte de classe as expressões fenomênicas do uso de drogas e da violência associada ao narcotráfico** (Brites, 2006, p. 100).

Conforme aponta Santos (2008), posteriormente a 1995, desenvolveram-se diversos projetos e programas de redução de danos em várias cidades do país, bem como a *Associação Brasileira dos Redutores de Danos – ABORDA*, a *Rede Brasileira de Redução de Danos – REDUC* e a *Rede Latina Americana de Redução de Danos – RELARD*. E em 1998, criou-se, em nível de governo federal, a Secretaria Nacional Antidrogas, por meio da medida provisória nº 1669. De acordo com Brites (2006, p. 95), a medida “reafirmava a opção política por uma abordagem conservadora e proibicionista para o campo das drogas e que expressava uma direção oposta àquela que vinha sendo construída no interior do PN/DST/AIDS do Ministério da Saúde”. Demonstrava ainda, segundo a autora, uma contradição em relação às experiências conduzidas no âmbito da RD e da prevenção à Aids.

Em 2001, foi aprovada no Brasil a Política Nacional Antidrogas que, apesar de ter no nome o termo “antidrogas” e ter como pressuposto básico o alcance de uma sociedade em que não haja o uso de drogas ilícitas, tal política já apoia as estratégias de redução de

danos, principalmente no que se refere à redução dos riscos do uso de substâncias psicoativas. Além disso, já estabelece orientações gerais nos campos da prevenção, tratamento, recuperação, reinserção social dos usuários de drogas e repressão (Brasil, 2001). Ainda neste ano, entrou em vigor a lei 10.216/2001, o marco legal da Reforma Psiquiátrica, que preconiza a proteção e os direitos dos portadores de transtornos mentais, em um modelo de tratamento com recursos extra-hospitalares, tendo a internação como a última alternativa (Brasil, 2004).

Em 2003, o Ministério da Saúde apresenta a *Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas*³¹. Esta política amplia a Redução de Danos, que passa a não ser mais vinculada às DST/Aids, mas é uma opção de tratamento voltada aos usuários de drogas. Reconhece o atraso brasileiro no que se refere à atenção em saúde voltada a esta população e não estabelece a abstinência como única forma de tratamento. Além disso, prioriza uma atenção integral que considera tanto a singularidade quanto o território dos usuários.

Em 2005, a *Política Nacional Antidrogas* muda seu nome para *Política Nacional sobre drogas*: trata-se agora do ideal de uma sociedade protegida do uso de drogas lícitas e do indevido uso de drogas ilícitas. Ainda neste ano, institui-se a portaria 1.028/05 que regulamenta as ações de redução de danos sociais e à saúde devido ao uso de substâncias psicoativas e as dependências decorrentes deste abuso. Nos anos seguintes, lançam-se, respectivamente:

- 1) *Política Nacional sobre o Álcool* – Decreto n. 6.117, de 22 de maio de 2007: implanta medidas que visam reduzir e prevenir os danos à saúde e à vida ocasionados pelo uso prejudicial de álcool e sua associação com a violência e a criminalidade, compondo estratégias de enfrentamento coletivo de modo a contemplar ações intersetoriais e integrais para redução destes danos; considera as especificidades de padrão de consumo relacionadas à população jovem e indígena e as questões de gênero; garante o acesso a informações sobre a possibilidade de modificação dos padrões de uso e voltadas para o uso responsável; garante a proteção da população vulnerável ao consumo prejudicial e ao desenvolvimento da dependência; propõe a promoção da integração: saúde pública, educação, segurança, setor produtivo, comércio, serviços e ONGs; amplia as redes de atendimento a esta população no âmbito

³¹Esta política será discutida mais detalhadamente no próximo capítulo.

do SUS; institui a formação de trabalhadores da saúde e capacitação de agentes de saúde e de educação para atuar especificamente nesta área; monitora e fiscaliza a publicidade/propaganda de bebidas alcoólicas; considera como redução de danos: o conjunto estratégico de medidas de saúde pública voltadas para minimizar os riscos à saúde e à vida, decorrentes do consumo de álcool; estimula a inclusão de medidas de prevenção nas instituições de ensino; fomenta o desenvolvimento de pesquisas científicas nesta área; prevê a promoção e facilitação do acesso a alternativas culturais, visando construir alternativas ao público jovem de modo a afastá-lo do consumo de álcool.

- 2) *Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e Outras Drogas – 2009*: considera a expansão no cenário brasileiro do consumo de substâncias tais como álcool, cocaína – pasta-base, crack, merla – e inalantes bem como a associação deste uso ao contexto de vulnerabilidade entre crianças e jovens; propõe a intersetorialidade das políticas públicas considerando as especificidades culturais e da clínica de álcool e outras drogas bem como a situação de vulnerabilidade e exclusão dos usuários de drogas; garante e respeita os direitos humanos e propõe a inclusão social e iniciativas de geração de renda, de modo a tratar os usuários com dignidade e reconhecê-los como sujeitos de direito; considera as diretrizes: da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, da Política Nacional de Promoção de Saúde, das ações preventivas do Programa Saúde na Escola, do Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e outras Drogas; tem como finalidades ampliar o acesso ao tratamento e à prevenção, no SUS, em álcool e outras drogas (redução da lacuna assistencial nesta área); propõe o enfrentamento ao estigma dos usuários de drogas, tendo em vista que isso afeta inclusive o cuidado em saúde; reconhece os determinantes sociais de vulnerabilidade e a íntima relação entre a dinâmica social e os processos de adoecimento; adota a estratégia de redução de danos, compreendida como “reduzir os danos decorrentes do consumo de álcool e outras drogas, especialmente relacionados à saúde, mas não exclusivamente. Trata-se de uma diretriz que toma como base as condições e possibilidades do usuário do SUS, em vez de partir do que os serviços

oferecem”); prevê o fortalecimento dos consultórios de rua e a articulação com a rede de saúde mental; implementa os Centros de convivência.

- 3) *Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas – 2010*: objetiva a estruturação, integração articulação e ampliação da prevenção do uso bem como o tratamento e a reinserção social de usuários de crack e outras drogas e das redes de atenção em articulação com o SUS; prevê o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas; implementa ações de acordo com a intersetorialidade, interdisciplinaridade, integralidade, participação da sociedade civil e controle social; funda-se na integração e articulação permanente entre as políticas públicas e as áreas de saúde, assistência social, segurança pública, educação, esporte, direitos humanos, cultura e juventude; estabelece consonância com as diretrizes da Política Nacional Sobre Drogas; prevê a capacitação de profissional; promove e amplia a participação comunitária nas políticas da área; dissemina informações sobre crack e outras drogas;

- 4) *Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema de Saúde (SUS) – 2011*: objetiva criar, ampliar e articular pontos de atenção em saúde voltados aos sujeitos em sofrimento ou com transtorno mental bem como àqueles que apresentam necessidades oriundas do uso de crack, álcool e outras drogas no SUS; tem como diretrizes: direitos humanos e garantia da autonomia e liberdade dos cidadãos, promoção da saúde de modo a considerar os determinantes sociais de saúde, combater estigmas e preconceitos, garante o cuidado integral sob a lógica interdisciplinar, atenção humanizada e centrada nas necessidades dos indivíduos, favorecer inclusão social e cidadania, desenvolver estratégias de redução de danos, promover estratégias de educação permanente, desenvolver a lógica de cuidado, tendo como foco a constituição do projeto terapêutico singular; estabelece como pontos de atenção: Unidade Básica de Saúde, Consultório na Rua, Centro de Convivência, sendo o serviço de nível especializado o Centro de Atenção Psicossocial; na atenção residencial prevê Unidade de Acolhimento e Serviço de Atenção em Regime Residencial; na

atenção hospitalar prevê enfermagem especializada e serviço Hospitalar de Referência na área; compõe-se de iniciativas de geração de renda.

Vale destacar que, neste momento histórico, a RD se apresenta como uma estratégia norteadora das políticas sociais no Brasil. A esse respeito, a análise realizada anteriormente acerca do modelo de saúde inglês voltado a reduzir os danos causados pelo uso não controlado de drogas (Relatório de Rolleston) prevalece. Visa-se, portanto, ao enfrentamento específico e fragmentado de uma das facetas do problema relacionado ao consumo de drogas, o que significa que a RD e as políticas voltadas aos usuários de drogas também funcionam sob os moldes das políticas sociais localizadas no cerne do estado burguês. Não alcançam a totalidade e, conseqüentemente, o cerne do problema, que advém, em última instância, da contradição capital *versus* trabalho. Ainda que esteja previsto nos documentos oficiais que as políticas voltadas aos usuários de drogas atuem em rede com outras políticas nas áreas de assistência social e educação, o cenário brasileiro demonstra a ineficácia dessa garantia legal. Dessa forma, destaca-se que:

[...] a política social, no contexto do capitalismo em sua fase madura, não é capaz de reverter este quadro, nem é essa sua função estrutural. Contudo, levar as políticas sociais ao limite de cobertura numa agenda de lutas dos trabalhadores é tarefa de todos que têm compromissos com a emancipação política e a emancipação humana, tendo em vista elevar o padrão de vida das maiorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais. Debater e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos (Behring e Boschetti, 2009, p. 190).

Somam-se a isso outros desafios específicos do campo das drogas e da RD: de acordo com as pontuações de Paiva e Costa (2017) acerca da Política de Atenção Integral aos Usuários de Drogas, da Política Nacional Sobre Drogas, do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, têm-se os principais instrumentos legais acerca da questão das drogas no cenário brasileiro. Há um avanço tardio, em âmbito legal, em relação ao modelo proibicionista, a criminalização dos usuários de drogas, a

patologização e a lacuna assistencial. Contudo, e aqui inclui-se também o aparato legal apresentado anteriormente, os referidos autores apontam que:

Apesar dos avanços propostos, numa tentativa de compreensão e abordagem às pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas mais abrangente, humanizada, com foco territorializado, em direção à comunidade e pautada pela redução de danos, esse aparato traz em seu bojo toda essa multiplicidade, heterogeneidade e disputa de visões, em grande parte, paradoxais sobre a temática. (Paiva e Costa, 2017, p. 62).

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de construção de um modelo de saúde voltado ao atendimento de usuários de drogas que apreenda o fenômeno das drogas em sua totalidade, considerando as múltiplas determinações que o compõem. Cabe pontuar aqui que a Saúde Coletiva de orientação marxista operou importantes avanços no que se refere à superação do pragmatismo e da heterogeneidade teórica que compõem o campo da RD. Acerca da definição desta estratégia, demarca-se a pesquisa de Santos (2008) que propõe que o objeto com o qual a RD lida é o consumo de drogas, o qual não pode ser compreendido apartado da produção e distribuição de mercadorias/drogas no capitalismo. E o sujeito ao qual se volta às ações de RD deve ser considerado enquanto marcado pelos condicionantes de classe. Esta compreensão será apresentada nas considerações finais, como proposição de um ponto de partida, juntamente as contribuições desta dissertação, para a construção de uma nova base epistemológica para a estratégia de RD.

Nesse sentido, pergunta-se nesta pesquisa de que modo as Políticas de Redução de Danos podem estar atravessadas por esta heterogeneidade teórica no campo das publicações científicas. Tais políticas poderiam estar alinhadas as concepções pós-modernas? A seguir apresentar-se-á uma síntese do capítulo, buscando apontar para os aspectos considerados mais relevantes.

1.4 Considerações sobre a emergência da Redução de Danos a partir de seus condicionantes históricos

No decorrer deste capítulo, objetivou-se demonstrar, primeiramente, que a relação que o ser humano estabelece com a droga a partir da emergência do capitalismo se coloca como diferente daquela estabelecida nos anteriores modos de produção, a qual

era, de modo geral, atrelada a questões culturais e religiosas. As substâncias psicoativas e seu uso perdem a vinculação com as culturas locais para constituir um mercado mundial e tem seu controle conduzido não por questões de saúde, mas por interesses econômicos e políticos, que se vinculam, por sua vez, a visões moralistas e religiosas, passando a compor a história da economia capitalista (Baratta, 1994).

Além disso, buscou-se apontar para possíveis relações entre a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores que podem torná-los vulneráveis ao uso e abuso de substâncias psicoativas. E, a partir disso, demonstrar como as intervenções estatais voltadas ao controle do denominado fenômeno das drogas – notadamente a guerra às drogas - desconsideraram esta análise de modo a priorizar os interesses do Capital em detrimento dos interesses verdadeiramente de saúde dos usuários de drogas. De acordo com a análise realizada, isso foi expresso tanto pelo proibicionismo quanto, em menor medida, pelo Relatório de Rolleston – este considerado como a primeira iniciativa de reduzir os danos oriundos do uso de drogas. Soma-se a isso que, atualmente, o mercado das drogas lícitas e ilícitas é um dos mais rentáveis. Segundo Carneiro (2002b), o século XX se configurou como o período em que a história da humanidade foi marcada pelo crescente papel das drogas no comércio mundial. Se se considerar tráfico ilícito, drogas legais (álcool, tabaco, café, chás, etc.) e indústria farmacêutica, as drogas ocupam, atualmente, o principal ramo do comércio, conforme demonstra o autor supracitado. Nessa tônica, quem menos é considerado é o/a usuário/a, sua saúde, suas condições de vida.

Ou, conforme afirma Marx (2013, p. 342):

O capital não tem (...) a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobre-trabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)?

Soma-se a isso a forma sob a qual o controle do uso de drogas foi utilizado para reprimir aqueles sujeitos que se colocavam como ameaça à ordem social. Isso se deu: no início do século XX, em que a possibilidade do comunismo mundial ameaçava veementemente a ordem burguesa; na década de 1960, com a repressão dos movimentos de contracultura, que foi também justificado pela repressão às drogas e, atualmente, com

a guerra às drogas que se entrelaça à criminalização da pobreza, caracterizando uma das esferas da luta de classes operacionalizada pelo Estado burguês.

A emergência da estratégia de redução de danos e a luta de movimentos de usuários de drogas na década de 1980 compeliram o Estado burguês a adotar medidas mais humanizadas no que se refere ao tratamento destes sujeitos. Contudo, vale apontar que isso também se entrelaça aos interesses do Capital, visto que a emergência da epidemia de Aids se configurava como uma ameaça à “destruição” dos membros da classe trabalhadora, o que traria consequências negativas à produtividade necessária ao Capital. Ademais, Paes (2006) e Brites (2006) denunciam que o caráter pragmático, a falta de bases teóricas sólidas ou mesmo o ecletismo que caracterizam a heterogeneidade da RD e não colocam, de maneira geral, questionamentos à lógica do Capital. E, em decorrência, não apontam para a necessidade de superação desta ordem social e, com ela, a superação da degradação humana que também se expressa pelo uso nocivo de drogas. Destaca-se que este aspecto será mais bem detalhado no próximo capítulo, a partir da revisão realizada em artigos sobre Redução de Danos, nos últimos dez anos.

Por outro lado, cabe ressaltar que há algo que une estas perspectivas, por vezes antagônicas, em torno da RD: a contraposição ao modelo proibicionista. Tal fato representa um avanço no sentido da defesa de um cuidado mais humanizado e da luta pela garantia de direito de acesso à saúde por parte dos usuários de drogas. Porém, vale questionar: de que modo a Redução de Danos, que se opõe ao proibicionismo, pode estar atravessada por contradições? De que modo a luta por um cuidado humanizado e por uma política pública de saúde pode alcançar o objetivo de atender as verdadeiras necessidades de saúde da classe trabalhadora, ainda que dentro dos limites do capitalismo e do Estado burguês, sem embasamento teórico? Nesse sentido, tais políticas poderiam estar alinhadas às concepções pós-modernas e/ou neoliberais? Que implicações isso tem para uma compreensão radical acerca do consumo de drogas e da RD?

Desvelar tais implicações e apontar as contradições delas derivadas não significa a defesa do proibicionismo, já que este se alinha a interesses do Capital, conforme se procurou demonstrar no decorrer deste capítulo. Mas implica, por sua vez, expor os interesses que determinados matizes da RD podem tomar para manter o *status quo*, numa análise do fenômeno que apreende apenas sua aparência. Nesse sentido, almeja-se construir elementos e argumentos tanto para a compreensão do fenômeno das drogas em sua essência quanto para uma análise dos limites e avanços desta estratégia no que se refere à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Nesse aspecto, ressalta-se a dupla caracterização da RD: enquanto movimento social e enquanto política social. A RD sob a forma de política social tem inúmeros limites e desafios circunscritos a uma atuação no âmbito do Estado burguês, mas também oferece ganhos no que se refere ao tratamento humanizado dos usuários de drogas. Os movimentos sociais são importantes na medida em que representam a luta entre capital e trabalho, especialmente quando se trata de fazer frente à guerra às drogas que é expressão da luta de classes no país, visto que justifica a perseguição e criminalização da pobreza. Defende-se, portanto, que este movimento se pautar na luta entre capital e trabalho, tendo como sujeito revolucionário a classe trabalhadora e como horizonte a revolução social.

Com o exposto, a discussão que será realizada no capítulo seguinte pretende tecer análises acerca do cenário da RD por meio da identificação da(s) abordagem(es) teórica(s) que vem subsidiando esta temática na atualidade. E, dessa forma, investigar as semelhanças e divergências no que se refere à constatação deste capítulo em relação ao pragmatismo, bem como a falta de bases epistemológicas e o ecletismo verificado no período de surgimento das ações de RD.

CAPÍTULO II - TENDÊNCIAS DOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE REDUÇÃO DE DANOS NO BRASIL

Em conformidade com o método de análise utilizado nesta pesquisa, postula-se que a apreensão dos fenômenos sociais dentro do movimento da história é uma exigência fundamental, o que coloca a necessidade de investigar sua gênese e desenvolvimento. Abarcou-se o período em que o uso de drogas passa a se configurar como um problema e a sofrer intervenções estatais – o denominado modelo proibicionista e a guerra às drogas – e, posteriormente, torna-se alvo de reivindicações por parte dos movimentos sociais de usuários de drogas que lutam por um tratamento mais humanizado e pela implementação das estratégias de RD. Procurou-se, portanto, demonstrar a gênese e o desenvolvimento das respostas sociais ao fenômeno das drogas no primeiro capítulo, almejando compreender como, historicamente, a estratégia de RD foi se delineando e se constituindo.

Nessa mesma direção, Vygotski (1995, p. 67-68, *tradução minha*) traz que “Quando em uma investigação abarca-se o processo de desenvolvimento de algum fenômeno em todas as suas fases e mudanças, desde o seu surgimento até o seu desaparecimento, isso implica manifestar sua natureza, conhecer sua essência [...]”. Isso

significa ainda que, para uma análise das questões sociais, é preciso ter como ponto de partida o modo como os seres humanos produzem e reproduzem sua vida material, implicando compreender o processo histórico e social, com todas as suas mediações, as quais culminam em determinado fenômeno. Diante disso, se coloca a necessidade de entender o fenômeno em sua totalidade, apreendendo suas múltiplas determinações, a fim de transcender sua aparência e alcançar sua essência (Tonet, 2013; Netto, 2011b).

Vigotski (1996) acrescenta que, segundo o método materialista histórico-dialético, a construção do conhecimento passa pela **apreensão do que já foi produzido cientificamente acerca do fenômeno**, buscando avançar em relação ao conhecimento já produzido. Nas palavras de Netto (2011b, p. 18), a “crítica do **conhecimento acumulado** consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais”. Partindo-se deste pressuposto, justifica-se o fato de analisar o que está sendo produzido atualmente acerca da estratégia de RD segundo o materialismo histórico.

Propõe-se, neste capítulo, portanto, analisar as publicações sobre a Redução de Danos presentes na base Scielo e que se referem aos últimos 10 anos. Procurou-se investigar qual a base epistemológica adotada pelos artigos na compreensão da RD, de modo a problematizar o estado atual das elaborações teóricas deste fenômeno, buscando evidenciar seus avanços e limites.

2.1 Mapeamento dos artigos que discutem a Redução de Danos

Metodologicamente, foi realizado um levantamento bibliográfico na biblioteca virtual do Scielo – Scientific Electronic Library Online – que se configura como uma biblioteca virtual que reúne as produções científicas do Brasil em formato eletrônico. A escolha do Scielo se deve ao fato de este abranger uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, disponibilizando-os *online* de modo a abranger todas as áreas de conhecimento, em que, predominantemente, publicam-se artigos inéditos resultantes de pesquisa científica original (Scielo, 2014). Inicialmente o objetivo era pesquisar as teses e dissertações, disponíveis no portal da CAPES (Base de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), contudo, verificou-se que esta base estava em reformulação e a cada vez que a pesquisa era realizada um resultado diferente aparecia. Tentou-se o contato com a CAPES para compreender o problema, mas não se

obteve resposta. Diante disso e, considerando que várias teses e dissertações são publicadas sob a forma de artigo, optou-se, como alternativa, utilizar a biblioteca virtual do *Scielo*.

Esta pesquisa foi realizada no dia 02 de novembro de 2016, no campo destinado à busca de artigos científicos, em que foi digitado o termo “redução de danos”, delimitando-se apenas os seguintes filtros: idioma português e abarcando as publicações referentes aos anos de 2007 a 2016. Foram encontrados 92 resultados. O recorte de tempo foi escolhido, conforme objetivo desta pesquisa, visando apreender quais abordagens teóricas vem norteando o entendimento da RD na última década.

A partir disso, foi realizada a leitura sistematizada dos resumos, objetivando delimitar critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de exclusão estabelecidos foram: 1) as publicações repetidas foram contabilizadas apenas uma vez, logo excluiu-se 22; 2) as publicações que não se referiam à temática redução de danos no que diz respeito ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, isto é, aquelas que não apresentaram estudos que condizem com o foco desta pesquisa³², sendo, assim, excluídos 12 artigos; 3) os periódicos que não eram oriundos de pesquisa científica, por exemplo, editoriais, resenhas, relato de caso e/ou experiência, por não se configurarem na modalidade de artigos científicos, em que se excluiu 5 publicações.

A respeito deste terceiro tópico, tem-se que a base de dados Scielo é composta por periódicos que indexam majoritariamente artigos originais e de revisão, compreendidos como artigos oriundos de pesquisa científica. Todavia, tais periódicos podem apresentar outros documentos como editoriais, estudos ou relatos de caso e experiência, traduções e resenhas críticas, que não são contados como artigos originais no que se refere aos indicadores de avaliação (Scielo, 2014). Soma-se a isso que, após a leitura sistematizada dos 53 artigos restantes, foram excluídos mais 10. Isso se deve ao fato de que o tema da redução de danos foi abordado secundariamente, ou seja, apenas mencionou-se esta estratégia, sem defini-la, como possibilidade para lidar com o fenômeno do uso/abuso de álcool e outras drogas, seja no corpo do texto ou nas conclusões.

³²Nota-se que o termo redução de danos ou redução dos danos também é utilizado nas produções das áreas da agronomia, engenharia civil e biologia para tratar de assuntos específicos a estas ciências. Como não se referem à redução de danos voltada aos usuários de álcool, tabaco e outras drogas, tais produções foram excluídas do escopo desta pesquisa.

Diante disso, foram incluídos no escopo de análise desta dissertação 43 artigos, estabelecendo-se como critérios de inclusão, portanto, as publicações que objetivavam discutir a estratégia de redução de danos referente ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, de modo a abarcar sua definição e não apenas tangenciar esta discussão. Dessa forma, incluíram-se: pesquisas qualitativas ou de intervenção na esfera educacional ou da saúde; aquelas que se direcionavam a discutir o histórico de aplicação desta estratégia em âmbito nacional e/ou internacional; as revisões bibliográficas ou de literatura; aquelas que traziam um referencial teórico específico a fim de subsidiar as análises teóricas ou práticas da estratégia de RD. Vale pontuar que a análise foi feita independentemente da área de conhecimento.

Na análise destes artigos incluídos, objetivou-se identificar o referencial teórico adotado pelos autores, que subsidiou a discussão seja no âmbito teórico, prático e/ou histórico acerca da estratégia de redução de danos. Além disso, a leitura sistematizada dos artigos e a consideração das referências bibliográficas utilizadas possibilitaram identificar concepções filosóficas, de ser humano e de sociedade, o que auxiliou na definição das abordagens teóricas, principalmente nos casos em que não havia a explicitação direta do referencial teórico adotado.

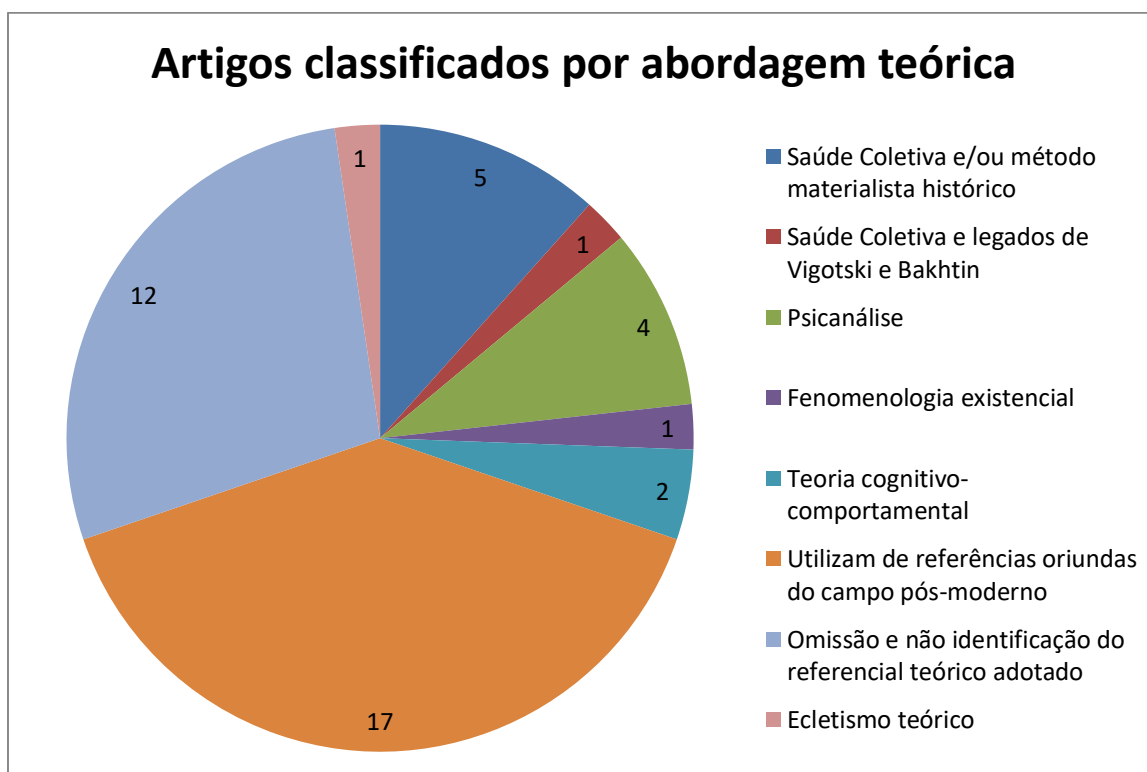
A dificuldade de classificação dos artigos no que se refere à abordagem teórica derivou de dois principais aspectos: 1) a maioria deles não anuncia sob quais bases epistemológicas a análise é conduzida e; 2) vários se utilizam de conceitos sem apresentar definições, por vezes, tais conceitos aparecem inclusive sem referências. Diante disso, seguiu-se o percurso: quando os autores anunciaram a base epistemológica adotada, esta foi considerada como a norteadora da análise. Por sua vez, quando isso não aconteceu, ou seja, na maioria dos casos, a leitura privilegiou também a consideração das referências citadas pelos autores. Nesse aspecto, priorizou-se a análise das referências direcionadas a compreender a estratégia de Redução de Danos ou do fenômeno do uso/abuso de álcool e outras drogas, bem como buscou-se identificar a utilização de conceitos específicos que poderiam fornecer alguma pista do referencial teórico.

Cabe pontuar ainda que não foram examinadas todas as referências utilizadas pelos autores dos artigos, visto a amplitude e a grande quantidade de bibliografia das produções. Dessa forma, limitou-se a uma análise das referências que foram consideradas fundamentais para a compreensão da base teórica utilizada e que se situavam no cerne da compreensão, seja do consumo de drogas, seja dos subsídios teóricos que visam compor a atuação da RD. Buscou-se, portanto, evidenciar que vários conceitos utilizados são

oriundos do campo pós-moderno e que, na maioria das vezes, perde-se a essência deste grave problema social, ponto que se considera crucial para pensar o tratamento voltado aos usuários de drogas. Ainda que tais conceitos e teorias não sejam os únicos que vêm orientando a produção científica, a análise mostrou que há uma tendência à predominância dos mesmos. Outro limite desta investigação diz respeito ao recorte realizado, pois foram analisadas apenas as publicações da biblioteca virtual do *Scielo* da última década.

Destaca-se ainda que, dos artigos que não anunciaram a abordagem teórica utilizada, alguns foram identificados como resultado de pesquisa de mestrado e/ou doutorado e, nesses casos, realizou-se a leitura do resumo destas pesquisas e considerou-se a adoção do referencial teórico ali apresentado. O resultado pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 1- Quantidade de artigos de acordo com o referencial teórico adotado:



A partir do gráfico, tem-se que o predomínio das teorias pós-modernas que vêm embasando a compreensão da estratégia de RD. Nota-se ainda que a omissão e não identificação do referencial teórico, ou seja, a falta de demarcação clara de referencial

teórico que embasa a análise é também majoritariamente marcante no que se refere às publicações acerca desta temática. Diante deste cenário, na tabela a seguir será apresentada uma síntese geral de cada artigo que constitui o escopo da análise que será realizada ao longo deste segundo capítulo, bem como a categorização adotada acerca da fundamentação teórica utilizada pelos autores.

Tabela 1 - Síntese geral dos resultados da análise dos artigos:

Autores	Fundamentação Teórica	Tipo de pesquisa	Conclusões
Artigo 1 Dias, R. M., Passos, E., & Silva, M. M. C., 2016	Pertencente ao campo pós-moderno.	Análise de diários de campo dos redutores de danos.	A RD é dotada de práticas de atenção e de gestão do trabalho que se dá nos dispositivos de saúde. Dessa forma, o cuidado do outro, de si e da cidade devem ser compreendidos como inseparáveis do trabalho que se volta aos usuários de drogas.
Artigo 2 Alves, T. M. & Rosa, L. C. S., 2016	Abordagem sociocultural de gênero. Pertencente ao campo pós-moderno.	Pesquisa teórica-bibliográfica.	Por meio de uma análise social e cultural do gênero aponta para a consideração das necessidades específicas das mulheres no que se refere às políticas públicas voltadas ao uso de drogas, com destaque a perspectiva da RD.
Artigo 3 Engstrom, E. M.; Teixeira, M. B., 2016	Pertencente ao campo pós-moderno.	Análise qualitativa das práticas de um Consultório na Rua.	As contribuições das ações do Consultório na Rua em promover um cuidado integral, um acesso à saúde e a construção de vínculo conforme propõe a RD e a clínica ampliada. Aponta ainda para os desafios desta prática, especialmente em relação à fragilidade das redes e o complexo que envolve as condições de vida e de saúde nas cidades grandes.
Artigo 4 Cruz, V. D.; Santos, S. S. C.; Gautério-Abreu, D. P.; Silva, B. T. da; Ilha, S., 2016	Teoria da Complexidade de Morin. Pertencente ao campo pós-moderno.	Estudo teórico-filosófico.	As potencialidades da Teoria da Complexidade para analisar o consumo de drogas por idosos bem como as interlocuções com a RD, que visa entender e respeitar os sujeitos sem impor a abstinência.
Artigo 5 Souza, L. G. S.; Menandro, M. C. S.; Menandro, P. R. M., 2015	Teoria das Representações Sociais (Jodelet, 1999 e Moscovici, 2007) e sua aplicabilidade na saúde (Oliveira, 2011).	Pesquisa qualitativa análise entrevistas.	As representações sociais dos profissionais de saúde entrevistados tendem a caracterizar o “alcoolismo a “chaga” pobreza”, em que o trabalho de saúde da atenção primária é ora tido como importante ora denotado enquanto impotência. As estratégias relacionadas ao uso de álcool devem considerar as relações estabelecidas entre profissional e usuário.

	Pertencente ao campo pós-moderno.		
Artigo 6 Vasconcelos, M. F. F.; Machado, D. O.; Protazio, M. M., 2015	Pertencente ao campo pós-moderno.	Pesquisa qualitativa.	Apontam para os desafios e as necessidades de se estabelecer um cuidado em RD que implique outras formas de “pensar, perceber e experimentar a saúde”, almejando “expandir formas coletivizadas de afirmação da vida”.
Artigo 7 Mangueira, S. O.; Guimarães, F. J.; Mangueira, J. O.; Fernandes, A. F. C.; Lopes, M. V. O., 2015	Omissão e não identificação referencial adotado.	Revisão integrativa de literatura.	As políticas públicas voltadas a pensar o uso de álcool tratam da promoção de saúde de maneira rápida trazendo estratégias que se direcionam à RD. Dessa forma, aponta para a necessidade de reformulação das políticas, dando mais ênfase à promoção de saúde e à assistência a grupos vulneráveis, tais como mulheres, adolescentes e indígenas.
Artigo 8 Barros, J. P. P.; Colaço, V. F. R., 2015	Abordagem da Saúde Coletiva e nos legados de Vigotski e Bakhtin.	Observação-participante.	A compreensão dos adolescentes acerca do tema drogas se aproxima mais das ideias postuladas pela guerra às drogas em relação a RD, destacando a força deste discurso no contexto escolar.
Artigo 9 Lima, D. W. C.; Silveira, L. C.; Vieira, A. N.; Cunha, B. M. C.; Almeida, A. N. S.;	Psicanálise ³³ .	Estudo descritivo de abordagem qualitativa.	As práticas dos enfermeiros, majoritariamente, são norteadas por mais de um referencial teórico e ainda que não houvesse compatibilidade entre tais teorias, os enfermeiros não percebiam. E, às vezes, tais referenciais eram adotados apenas formalmente.

³³A pesquisa possui um caráter descritivo que não deixa clara sob qual base teórica se sustenta a análise. Aponta críticas ao modelo biomédico e à falta de domínio teórico dos enfermeiros. Os autores anunciam que o artigo é fruto da pesquisa “Cuidado de enfermagem em saúde mental: a contribuição da clínica do sujeito”. Na busca por esta produção encontramos a dissertação intitulada “Cuidado clínico de enfermagem em saúde mental: contribuições da psicanálise para uma clínica do sujeito”, de 2009, que anuncia no resumo a adoção do referencial teórico da psicanálise, mais especificamente as discussões de Freud e Lacan. Diante disso, considerou-se que o referencial teórico adotado é a psicanálise.

Guerreiro, E. M., 2014			
Artigo 10 Cruz, V. D.; Oliveira, M. M.; Pinho, L. B.; Coimbra, V. C. C.; Kantorski, L. P.; Oliveira, J. F., 2014	Foram utilizados como referencias teórico-metodológicos as relações de gênero (Scott, 1990) e a teoria sobre os padrões de consumo de drogas (Zinberg, 1984). Pertencente ao campo pós-moderno.	Estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa.	Por meio da interlocução entre os diversos padrões de consumo entre mulheres e as questões de gênero possibilitou problematizar comportamentos predefinidos socialmente.
Artigo 11 Souza, T. P.; Carvalho, S. R., 2014	Pertencente ao campo pós-moderno.	Estudo qualitativo – análise de dados.	Os saberes dos redutores de danos e os movimentos que se dão fora da estrutura de gestão permitem “a afirmação dos territórios existenciais dos usuários”, afirmando práticas comprometidas com a produção de vida.
Artigo 12 Kantorski, L. P.; Jardim, V. M. R.; Oliveira, M. M.; Ferreira, R. Z.; Espírito-Santo, M. O.; Aguiar, R. L., 2014	Omissão e não identificação do referencial teórico adotado.	Estudo descritivo e quantitativo.	A prevalência do consumo de tabaco entre usuários do Centro de Atenção Psicossocial e dos Serviços Residenciais Terapêuticos e a relação com o diagnóstico. Diante disso, afirma-se a necessidade de pensar a RD e a prevenção voltada a estes sujeitos.
Artigo 13 Adade, M.; Monteiro, S., 2014	Apresentam a RD baseada em Santos, Soares e Campos (2010 – Artigo 34), estes autores ancoram-se nas produções da Saúde coletiva e utilizam-se do método dialético.	Pesquisa qualitativa realização entrevistas revisão bibliográfica.	As interlocuções entre RD e educação para a autonomia e suas contribuições – para ações educativas contemplando o trato com as crenças e valores que o tema das drogas mobiliza. Por fim, consideram que o jogo educativo proposto e contribui para a contraposição aos discursos hegemônicos no campo das drogas, favorecendo tanto a RD quanto o comprometimento com o afinamento entre teoria e prática.

	Interlocuções com Freire (2008) e Acselrad (2005). Artigo pertencente, portanto, ao campo da Saúde Coletiva.			
Artigo 14 Dantas, S.; Cabral, B.; Moraes, M., 2014	Referencial teórico-metodológico das práticas discursivas e produções de sentido no cotidiano (Spink & Medrado, 2004). Pertencente ao campo pós-moderno.	Pesquisa qualitativa realização entrevistas.	– de	Como forma de prevenção da <i>bad trip</i> foram apontadas estratégias de prevenção e RD de modo a abarcar: a necessidade de planejar o uso da droga, o apoio entre pares, o acolhimento, o relaxamento e a busca por aparatos de saúde.
Artigo 15 Lermen, H. S.; Dartora, T.; Capra-Ramos, C., 2014	Omissão e não identificação do referencial teórico adotado.	Pesquisa teórica.		Aponta para a complexidade de implementar estratégias de RD no cárcere, devido às particularidades deste espaço. Contudo, reconhece que o uso de drogas se faz presente nestes espaços e que é necessário percebê-lo como “um problema que vai além da figura do preso: trata-se do nó social, tanto dentro quanto fora do cárcere”.
Artigo 16 Inglez-Dias, A.; Ribeiro, J. M.; Bastos, F. I.; Page, K., 2014	Omissão e não identificação do referencial teórico adotado.	Pesquisa documental, observação sistemática e entrevista com informantes-chave.	e	A experiência do programa norte-americano que se volta a atender usuários de drogas injetáveis por meio da RD, possui características que podem contribuir para pensar as iniciativas de RD no país, especialmente no que se refere à adesão de usuários ao tratamento, favorecendo o acesso à saúde e à prevenção.
Artigo 17 Pacheco, A. L.; Scisleski, A., 2013.	Pertencente ao campo proto pós-moderno.	Pesquisa qualitativa. Observação-participante.		A concepção criminalista, preconceituosa e estigmatizante do usuário/a de droga precisa ser combatida, dessa forma, é crucial estimular discussões acerca da RD de modo a respeitar a liberdade de escolha, romper com a criminalização do/a usuário/a e desconstruir a ideia de que o uso é um sintoma. Busca-se

			ampliar práticas em saúde e de cuidado que tenham mais efetividade que aquelas que se pautam única e exclusivamente na abstinência.
Artigo 18 Teixeira Ribeiro, C.; Hortélio Fernandes, A., 2013	Psicanálise.	Pesquisa teórica.	A psicanálise contribui tanto para o modelo da abstinência quanto para a RD, visto que permite “introduzir uma dimensão clínica pautada no sujeito do inconsciente e, portanto, na singularidade de cada usuário”.
Artigo 19 Machado, L. V.; Boarini, M. L., 2013	Omissão e não identificação referencial adotado.	Pesquisa teórica.	Evidenciam o preconceito em relação ao usuário/a de droga e a necessidade de intervenções intersetoriais voltadas ao enfrentamento do consumo de drogas. Apontam ainda para o histórico descompasso das políticas sobre drogas que compreendem a questão, respectivamente, nos âmbitos da segurança pública e da saúde pública, sendo que ainda prevalecem as primeiras.
Artigo 20 Souza, J.; Kantorski, L. P.; Luis, M. A. V.; Oliveira, N. F., 2012	Pertencente ao campo pós-moderno.	Pesquisa documental e observação-participante.	Em relação aos problemas relacionados ao uso de drogas, trouxeram avanços relacionados à preconização da intersetorialidade e da integralidade bem como de ações que enfatizam o contexto social. Como fragilidades apontaram desafios na concretização da busca ativa, de atividades de lazer, trabalho e RD.
Artigo 21 Araujo, R. R.; Costa, R. M. L., 2012	Psicanálise.	Revisão bibliográfica.	A política brasileira voltada a pensar a questão das drogas focaliza na droga e não no sujeito usuário/a, de modo a estigmatizá-lo. A psicanálise, por sua vez, trata o uso de drogas como expressão do mal-estar social, demarcando a necessidade da escuta deste sujeito de forma desprovida de estereótipos e preconceitos.
Artigo 22 Jorge, J. S.; Corradi-Webster, C. M., 2012	Construcionismo social. Pertencente ao campo pós-moderno.	Estudo qualitativo e descritivo.	Trazem o acolhimento, a aceitação e o estabelecimento de vínculo como características fundamentais para o sucesso do trabalho com usuários de drogas. Pontuam a necessidade de ampliar as equipes multiprofissionais, mas ressaltam as potencialidades do Consultório de Rua em alcançar os sujeitos mais vulneráveis socialmente e marcados também pelos problemas oriundos do uso de drogas.
Artigo 23	Saúde Coletiva.	Pesquisa teórica.	Conforme analisado nas produções sobre RD nas bases LILACS e MEDLINE, tem-se que as análises que subsidiam esta temática possuem diferenças

Santos, V. E.; Soares, C. B.; Campos, C. M. S., 2012			importantes no que se refere as suas características se comparadas as produções dos países de capitalismo central e periférico.
Artigo 24 Souza, K. M.; Monteiro, S., 2011	Apresentam a RD baseada em Santos, Soares e Campos (2010), estes autores ancoram-se nas produções da Saúde Coletiva e utilizam-se do método dialético. Interloquções com Freire (1996) e Acselrad (2005). Artigo pertencente, portanto, ao campo da Saúde Coletiva.	Pesquisa qualitativa, por meio de análise documental, entrevistas e observações diretas.	A prática educativa em saúde e drogas pautada na RD e na educação para a autonomia alcançou uma apropriação e ressignificação acerca do tema drogas por parte dos educadores/sujeitos da pesquisa.
Artigo 25 Elias, L. A.; Bastos, F. I., 2011	Omissão e não identificação do referencial teórico adotado.	Pesquisa teórica.	As práticas de RD se tornam mais efetivas quando se articulam a outras ações de saúde pública com princípios consonantes, de modo a abranger ações pragmáticas que devem ser planejadas e executadas em parceria com a comunidade.
Artigo 26 Pereira, A. S.; Wurfel, R. F., 2011	Pertencente ao campo pós-moderno.	Pesquisa qualitativa realização de entrevistas.	O uso de maconha pode configurar uma estratégia de RD em relação ao uso de crack, configurando, portanto, uma possibilidade de tratamento.
Artigo 27 Barbosa, J., 2011	Omissão e não identificação do	Pesquisa qualitativa	A prática profissional analisada tem como subsídio a RD e os princípios de tolerância e cidadania. Isso se dá por meio de uma relação com os usuários de drogas que busca regular os “riscos psicoativos” e se compromete com a

	referencial adotado.	teórico	análise de prática profissional.	consolidação da cidadania, norteadas pela defesa tanto da dignidade humana quanto do direito à saúde.
Artigo 28 Passos, E. H.; Souza, T. P., 2011	Pertencente ao pós-moderno.	ao campo	Pesquisa teórica.	A fim de direcionar clínica e politicamente o movimento da RD, aponta para a necessidade de “inclusão dos usuários de drogas em arranjos coletivos de gestão”, configurando espaços coletivos de cuidado de modo a construir uma “rede nacional de cooperação e de produção de uma luta comum”.
Artigo 29 Andrade, T. M., 2011.	Omissão e identificação referencial adotado.	e não do teórico	Pesquisa teórica.	Apresenta como proposições à Política de Álcool e Drogas no Brasil: financiamento de ações voltadas ao uso de drogas bem como fiscalização dos recursos; aperfeiçoar as práticas de saúde neste campo bem como oferecer suportes sociais, especialmente projetos de geração de renda; sintonizar os princípios da RD e da Reforma Psiquiátrica com graduandos da área da saúde, favorecendo o processo formativo.
Artigo 30 Silveira, R. W. M.; Rezende, D.; Moura, W. A., 2010	Pertencente ao pós-moderno.	ao campo	Pesquisa-intervenção.	Aponta para os benefícios da implementação da roda de autoanálise voltada à equipe do CAPSad, que possibilitou reflexões sobre o cotidiano e a prática realizada neste serviço. Problematizou-se ainda: a clínica da RD buscando apontar para os avanços na prática profissional no que se refere à RD e; o processo de formação universitária que envolve a área de saúde mental.
Artigo 31 Medeiros, P. F. P.; Bezerra, L. C. A.; Santos, N. T. V.; Melo, E. O., 2010	Omissão e identificação referencial adotado.	e não do teórico	Pesquisa teórica e propositiva.	Descreveu sistematicamente o programa analisado e construiu um modelo lógico para avaliá-lo, com critérios e indicadores, e concluiu-se que isso permitiu julgar melhor as condições do programa a ser avaliado.
Artigo 32 Spink, M. J. P., 2010	Segue as propostas de Medrado (1999) produção de sentidos e prática dialógica. Pertencente ao pós-moderno.	teorizações	Pesquisa qualitativa realização entrevistas.	O complexo cenário que envolve o uso de tabaco e as medidas sociais de controle para o tabagismo impõe dificuldades e pode culminar em questionamentos acerca da compreensão do hábito de fumar enquanto estilo de vida arriscado para o qual se propõe abordagens de RD.

Artigo 33 Sodelli, M., 2010	Fenomenologia existencial.		Pesquisa teórica.	É fundamental desenvolver e construir uma abordagem preventiva no âmbito das drogas que abarque integralmente “a singularidade da condição humana (vulnerabilidade existencial)” de modo a superar definitivamente o modelo proibicionista e instaurar uma abordagem pautada na RD.
Artigo 34 Santos, V. E.; Soares, Cássia B.; Campos, C. M. S., 2010	Saúde Coletiva. Método dialético.		Pesquisa teórica.	As diversas concepções de sujeito e objeto acerca da RD demonstram as várias tendências brasileiras que visam responder às problemáticas oriundas do consumo de drogas e exprimem que várias áreas do conhecimento se envolvem com esta problemática bem como apontam para uma amplificação do debate teórico.
Artigo 35 Alves, V. S., 2009	Omissão e não identificação referencial adotado.		Pesquisa teórica.	É um desafio atual da saúde pública: fortalecer a rede de atenção integral voltada aos usuários de drogas e suas famílias; construir uma ação centrada na atenção comunitária e subsidiada pela RD; articular redes de serviço social e de saúde.
Artigo 36 Bravo, O. A., 2009	Omissão e não identificação referencial adotado.		Pesquisa qualitativa realização entrevistas.	Referente à população entrevistada, os mais resistentes à adoção de estratégias de RD são os médicos e os agentes penitenciários, os detentos, por sua vez, apoiam estas iniciativas. Além disso, o uso do crack impõe uma nova realidade que requer intervenções específicas e que devem ser trabalhadas juntamente à população usuária.
Artigo 37 Nardi, H. C.; Rigoni, R. Q., 2009	Pertencente ao campo proto pós-moderno.		Pesquisa qualitativa análise documental.	Os programas e ações de RD analisados apontam para uma variedade de vínculos e maneiras de organização do local onde atuam estes programas. Contudo, possuem como características semelhantes: inserção profissional precária; dependência do trabalho voluntário para a execução das atividades; influência das mudanças de gestão municipal e estadual para a continuidade de projetos e de parcerias, assim como para a manutenção de recursos humanos e financeiros dos programas. Tais elementos ocasionam em uma descontinuidade e configuram prejuízos às ações de RD.
Artigo 38 Garcia, M. L. T.; Leal, F. X.; Abreu, C. C., 2008	Omissão e não identificação referencial adotado.		Pesquisa teórica.	Aponta para a reflexão de que as políticas sobre drogas no cenário brasileiro denotam a luta e a divergência entre os modelos de segurança pública e saúde pública que, em última instância, refletem os embates entre o modelo proibicionista e a RD.

Artigo 39 Coelho, C.; Queiroz e Pérez-Ramos, A. M., 2008	Teoria cognitivo-comportamental ³⁴ .	Análise documental. Pesquisa teórica.	Os resultados apontam para uma manutenção expressiva da abstinência no programa de mútua ajuda (<i>follow-up</i> após o tratamento) e um menor índice para a prática de RD.
Artigo 40 Almeida S. P., Bizeto J., Silva M. T. A., 2007	Teoria cognitivo-comportamental ³⁵ .	Pesquisa qualitativa – realização de questionários on-line.	A adesão ao projeto de redução de danos proposto pelas pesquisadoras: projeto Baladaboa, se mostrou tanto pela quantidade de questionários respondidos espontaneamente quanto pelo teor dos comentários dos participantes. Isso se configura ainda argumento para a continuidade do projeto.
Artigo 41 Marques Filho, A. B.; Coelho, C. L. S.; Ávila, L. A., 2007	Psicanálise ³⁶ .	Pesquisa interventiva.	A utilização da música popular bem como de textos musicais pode ser um recurso benéfico na facilitação de transmissão de conhecimento aos graduandos de medicina e enfermagem, auxiliando os jovens a perceberem os efeitos benéficos da RD. Dessa forma, indica que estudos com o uso da música podem auxiliar na remoção de barreiras em relação ao assunto das drogas e devem ser estimulados.

³⁴O artigo não anuncia as bases teóricas que subsidiam a análise, contudo constatou-se, no âmbito da discussão da RD, a utilização predominante de referências que incluem o autor Marlatt (Cummings, C., Gordon, J. & Mariatt, G.A., 1980; Marlatt e cols., 1999) – autores que dialogam com o campo da teoria cognitivo-comportamental. Vale ressaltar que a compreensão de RD é notadamente diferente dos outros artigos, trazendo-a como o momento em que se localizam os dependentes moderados, aqueles que conseguem manter uma vida ativa/normal. Além disso, os autores anunciam que não visam priorizar formas específicas de tratamento, mas apresentar índices quantitativos acerca dos períodos de RD e dos períodos de abstinência, denotando uma pretensão descritiva e neutra. Optou-se por classificá-lo como Teoria cognitivo-comportamental.

³⁵Este artigo também não anuncia qual perspectiva teórica orienta a análise, contudo, nota-se que ele é marcado por breves interlocuções com a teoria cognitivo-comportamental. Em investigação realizada, constatou-se que este artigo é fruto da tese “Sobre o uso de ecstasy: uma pesquisa com vistas à formulação de intervenção preventiva” e a partir da leitura do resumo também não foi possível determinar a abordagem teórica. A RD é apresentada como uma alternativa, segundo Moreira, Silveira & Andreoli (2006). Além disso, o artigo traz que a RD tem como pressuposto básico privilegiar o pragmatismo empático em detrimento do idealismo utópico (Marlatt, 1999) – este autor dialoga com a teoria da cognitivo-comportamental. Diante disso, classificou-se este artigo como embasado pela teoria cognitivo-comportamental.

³⁶O artigo não deixa clara sob quais bases teóricas a análise é conduzida. Contudo, os autores afirmam que a psicanálise tem fornecido importantes contribuições acerca do fenômeno do uso de drogas. Além disso, anunciam a importância de compreender os aspectos econômicos, visto que tal fenômeno não pode ser compreendido apenas pela dimensão psicológica. Utilizam-se ainda de técnicas da musicoterapia (Keen, 2004). Tendo em vista este cenário, optou-se por classificar este artigo como pertencente à psicanálise.

<p>Artigo 42 Schlichting, S.; Boog, M. C. F.; Campos, C. J. G., 2007</p>	<p>Ecletismo teórico.</p>	<p>Pesquisa qualitativa, método clínico-qualitativo.</p>	<p>A educação em saúde encontra um campo promissor quando aplicada durante o almoço de mulheres alcoolistas, trazendo possibilidades à intervenção terapêutica, “desde que o profissional de saúde perceba o alimento na sua multidimensionalidade, que contempla tanto aspectos nutricionais como aspectos simbólicos, relevantes para a criação de vínculos e motivação para o tratamento”.</p>
<p>Artigo 43 Beck, Lucia Maria; David, Helena Maria Scherlowski Leal., 2007</p>	<p>As reflexões se utilizam primordialmente de autores do campo do materialismo histórico-dialético: Ricardo Antunes e Giovani Alves. E a análise de drogas é realizada conforme Acselrad (2000). A pesquisa pertence, portanto, ao campo da Saúde Coletiva e/ou método materialismo histórico-dialético.</p>	<p>Pesquisa teórica.</p>	<p>Aponta para a necessidade de que na atuação prática do enfermeiro voltada a usuários de drogas seja considerado o nível de dificuldade destes sujeitos em atuar nas atividades laborais, especificamente no que se refere as configurações atuais do trabalho, que exige trabalhadores dinâmicos e ágeis. E, dessa forma, possibilitar a reinserção social do/a usuário/a, tendo como subsídio a RD voltada à promoção de saúde e ao resgate da cidadania.</p>

A tabela visa demonstrar uma síntese mais qualitativa acerca dos resultados encontrados a partir da análise dos artigos. Demonstra ainda, conforme se procurará discutir no decorrer deste capítulo, que as produções que envolvem a temática da redução de danos são consonantes com o cenário do surgimento desta estratégia – conforme apontado no primeiro capítulo. Notadamente, no que se refere ao excesso de pragmatismo bem como a falta de bases epistemológicas que subsidiam a análise e as práticas no campo da saúde, mais especificamente ligada a usuários de drogas e a referida estratégia.

Nesse sentido, a análise a seguir buscará problematizar e discutir acerca dos artigos que revelam a produção dominante nesta área: aqueles classificados como oriundos do campo pós-moderno (ou que estabelecem determinada relação com esta concepção) ou como omissão e não identificação do referencial teórico adotado. Não se descarta a importância teórica dos outros artigos, especialmente os do campo da Saúde Coletiva, contudo, visa-se polemizar com as teorias (ou a falta delas) que vêm subsidiando, majoritariamente, as análises no campo da RD. Vale ressaltar ainda que esta análise abarca especificamente as produções em formato de artigo, presentes na base Scielo, entretanto, destaca-se a importância desta biblioteca virtual e considera-se que ela fornece um panorama geral – ainda que com limites – do que vem sendo produzido academicamente sobre a RD.

A partir do exposto, tem-se que a análise será operacionalizada da seguinte forma:

1) serão apresentados os artigos classificados como pertencentes ao campo pós-moderno seguido de uma breve explicação acompanhada de trechos elucidativos que visam justificar o porquê de estarem agrupados nesta categoria;

2) será realizada a análise dos artigos que apresentam certo ecletismo teórico, ou seja, aqueles oriundos do campo pós-moderno que também trazem esta marca conforme análise realizada nesta dissertação. Ressalta-se que a produção de Schlichting, Boog, Campos, (2007 – **Artigo 42**), já anuncia a adoção de diferentes teorias, por isso foi o único classificado como ecletismo teórico.

3) discutir-se-á a problemática que se insere na falta de um referencial teórico claramente demarcado, ou seja, uma análise sobre os artigos categorizados como omissão e não identificação dos referenciais teóricos adotados, os quais compõem o campo majoritário das produções analisadas;

2.1.1 Sobre as categorizações estabelecidas e a problemática dos referenciais que se localizam no campo pós-moderno

Inicialmente, faz-se o destaque que de maneira alguma se pretende tecer uma crítica pessoal aos autores dos artigos aqui analisados, o foco desta dissertação é discutir brevemente as elaborações teóricas defendidas por eles, que se compreende, tal como já apresentado anteriormente no primeiro capítulo, como expressões das ideias que predominam na contemporaneidade. Diante disso, entende-se o desenvolvimento das ideias como um processo histórico e social que, no capitalismo, bem como nas sociedades divididas em classes, é perpassado por uma característica fundamental: a luta de classes e os interesses antagônicos das mesmas. Logo, não se objetiva responsabilizar individualmente os sujeitos por meio dos quais são expressos os conceitos e análises presentes nas suas produções.

Objetiva-se, portanto, apontar como tais ideias podem culminar para, até mesmo, a reprodução e a manutenção do *status quo*. Nas palavras de Marx (2008, p. 48):

[...] não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Diante da dificuldade de identificação da abordagem teórica dos artigos, focou-se numa análise que priorizou as referências utilizadas pelos autores dos artigos, tanto para verificar a teoria que norteia as análises, quanto para justificar a categorização estabelecida nesta dissertação. Somam-se a isso trechos que foram recortados das publicações que serão aqui analisadas, a fim de ilustrar e explicar ao leitor em quais aspectos as teorias pós-modernas aparecem de forma mais evidente nos estudos sobre redução de danos.

Segundo Netto (2010), por mais que não exista uma teoria pós-moderna e sim várias teorias pós-modernas, há características comuns entre elas. Dissertou-se acerca delas de maneira mais detalhada no primeiro capítulo, contudo, retomar-se-á brevemente esta discussão a fim de possibilitar ao leitor relacionar melhor estes aspectos com a análise que será operacionalizada neste capítulo. O autor supracitado traz que os denominadores

comuns das teorias pós-modernas podem ser resumidos em: 1) a supressão da distinção entre essência e aparência, logo os fenômenos sociais e culturais podem ser compreendidos na sua imediaticidade; 2) uma dupla negação da categoria de totalidade, filosófica e teórica, no caso da primeira é considerada não efetiva e na segunda é recusada por sua falta de capacidade explicativa dos fenômenos; 3) opera-se uma “semiologização da realidade social”, isto é, no limite, a realidade é reduzida ao discurso.

Para esclarecer as referências que serão analisadas a seguir, trar-se-á uma tabela com maiores detalhes acerca dos artigos classificados como pertencentes ao campo pós-moderno. Foram consideradas como pertencentes a este campo: as publicações que utilizam referências notadamente pós-modernas; aquelas que analisam ou tratam a estratégia de RD ancorando-se em teóricos brasileiros que adotam categorias e pensamentos de filósofos pós-modernos em suas análises. Busca-se evidenciar como as produções teóricas acerca da RD têm se utilizado de teorias pós-modernas a fim de compreender tanto o fenômeno do uso de drogas quanto a referida estratégia. A tabela abaixo busca, portanto, fornecer um panorama geral dos conceitos e referências bibliográficas utilizadas nestas produções.

Tabela 2 - Artigos que se embasam nas teorias pós-modernas:

Autores	Fundamentação teórica
Artigo 1 Dias, R. M., Passos, E., & Silva, M. M. C., 2016	Método cartográfico (Escóssia & Tedesco, 2009; Alvarez, J. & Passos, E.; Kastrup, V. & Passos, E.) e Lourau (análise institucional). Utiliza-se do conceito de prática ou experimentação clínico-política, ancorando-se nos conceitos foucaultianos de governo do corpo, cuidado de si e biopoder. Notam-se ainda os conceitos: produção de subjetividade e linhas duras, dos autores Deleuze e Guattari, e partilha do sensível de Rancière.
Artigo 2 Alves, T. M. & Rosa, L. C. S., 2016	Abordagem sociocultural de gênero, utilizando-se de Saffioti e Scott. As autoras demarcam as questões relacionadas a classe social e raça/etnia (Alves & Corrêa, 2009; Saffioti, 2004). Trazem a RD enquanto novo paradigma ético, clínico e político, segundo Passos e Souza (2011- Artigo 28).
Artigo 3 Engstrom, E. M.; Teixeira, M. B., 2016	Marcado pela utilização de referencial pós-moderno, visto que a RD é trazida como um novo paradigma ético, clínico e político , segundo Passos e Souza (2011 – Artigo 28), a produção destes autores se localiza como pertencente ao campo pós-moderno. Trazem a construção compartilhada do cuidado e trabalho em saúde apoiado por um modo de cogestão de coletivos (Campos, 2000); perspectiva de um cuidado ampliado de saúde (Campos, 2008); relação dialógica

de cogestão (Campos, 2000; Campos, 2008); clínica ampliada e compartilhada na perspectiva da RD (Campos, 2000). A obra Campos (2000) é permeada por ecletismo teórico, que inclui a utilização de autores pós-modernos. Diante disso, optou-se por localizar esta produção como oriunda do campo pós-moderno.

Artigo 4

Cruz, V. D.; Santos, S. S. C.; Gautério-Abreu, D. P.; Silva, B. T. da; Ilha, S., 2016

Teoria da complexidade de Morin. O artigo é marcado por conceitos, ideias e análises que condizem, em diversos aspectos, com as teorias pós-modernas.

Artigo 5

Souza, L. G. S.; Menandro, M. C. S.; Menandro, P. R. M., 2015

Teoria das Representações Sociais, de acordo com Moscovici e Jodelet. Utilizam-se do conceito de clínica ampliada - promover autonomia, corresponsabilização e participação ativa dos usuários, de modo a favorecer um cuidado que se contrapõe à estigmatização dos “doentes” (Campos, 2003). Na fundamentação teórica, os autores apresentam ainda a aplicação da Teoria das Representações Sociais ao campo da saúde, segundo Oliveira (2011), esta publicação foi considerada pós-moderna conforme será exposto na análise.

Vasconcelos, M. F. F.; Machado, D. O.; Protazio, M. M., 2015 – **Artigo 6**

Utiliza-se primordialmente de Deleuze e Guattari, mas também de Foucault. Defende-se uma prática de RD e uma interpretação do uso/abuso de drogas que perpassa pelos conceitos de corpo drogado, corpo sem órgãos, produção desejante, produção de novos agenciamentos, clínica ampliada, novas produções de subjetividade e sociabilidade.

Cruz, V. D.; Oliveira, M. M.; Pinho, L. B.; Coimbra, V. C. C.; Kantorski, L. P.; Oliveira, J. F., 2014 – **Artigo 10**

Foram utilizados como referenciais teórico-metodológicos as relações de gênero (Scott, 1990) e a teoria sobre os padrões de consumo de drogas (Zinberg, 1984).

Souza, T. P.; Carvalho, S. R., 2014 – **Artigo 11**

Proposições da Análise Institucional segundo Altoé, S. (2004), autor que se baseia nas produções de Lourau, e das pistas do método da cartografia (Passos, E. & Benevides de Barros, R.; Alvarez J, Passos E., 2009; Tedesco S, Sade C.). Trazem ainda a RD enquanto gestão do cuidado de indivíduos e coletivos, no sentido de produzir uma ruptura com a lógica hegemônica (Ministério da Saúde, 2003; Souza, T. P., 2007; Tedesco, S. & Souza, T. P., 2009). Soma-se a utilização dos conceitos de territorialização e desterritorialização, sem definição (Deleuze, G. & Guattari, F, 1993; Deleuze, G. & Guattari, 2009) e modos de vida que se expressam num território que não é apenas geográfico ou social (Deleuze, G. & Guattari, F, 1993; Deleuze, G. & Guattari, 2009).

Dantas, S.; Cabral, B.; Moraes, M., 2014 – Artigo 14	Referencial teórico-metodológico das práticas discursivas e produções de sentido no cotidiano (Spink & Medrado, 2004).
Pacheco, A. L.; Scisleski, A., 2013 – Artigo 17	Utiliza-se de Foucault para compreender as restrições sob as quais os usuários estavam submetidos na comunidade terapêutica, por meio dos conceitos de renúncia de si, docilização dos corpos e, a partir disso, os autores vão fundamentando a legitimidade da RD. Traz também a RD enquanto incentivadora de um controle de si segundo Rigoni (2006), autor que, segundo investigação realizada, analisa o uso de drogas segundo a genealogia de Foucault.
Souza, J.; Kantorski, L. P.; Luis, M. A. V.; Oliveira, N. F., 2012 – Artigo 20	Utiliza-se dos conceitos de ajuda ativa (Miller & Rollnick, 2001) e busca ativa (Lemke & Silva, 2010). Nas considerações para a melhoria da assistência em saúde mental, os autores remetem à necessidade de consolidação de uma “clínica peripatérica” (Lancetti, 2006) e apontam para a pertinência de uma “exteriorização das práticas”, ou seja, questionar as relações de poder e cristalização das ações, segundo Nicacio e Campos (2005).
Jorge, J. S.; Corradi-Webster, C. M., 2012 – Artigo 22	Construcionismo social. Utilizam-se ainda da discussão de afetos e potencial terapêutico (Lancetti, 2006), citam as estratégias da entrevista motivacional (Miller & Rollnick, 2001) como uma postura da equipe que contribui para o sucesso. Além disso, definem RD como uma abordagem que se baseia na aceitação e empatia (Marlatt, 1993).
Pereira, A. S.; Wurfel, R. F., 2011 – Artigo 26	Explica o fenômeno do uso de crack como tentativa de fuga e alívio das angústias causadas pela vida em sociedade (Freud, 1930/1980). Traz a RD como dispositivo da Reforma Psiquiátrica (Medeiros, Petuco, 2008) e mostra a necessidade de identificar de fato o que é a perspectiva da RD, que se pauta no consumo com consciência e responsabilidade (Lancetti, 2007).
Passos, E. H.; Souza, T. P., 2011 – Artigo 28	Traz a RD enquanto novo paradigma ético, clínico e político. Trabalha com as noções de sociedade consumista e a análise da guerra às drogas e produção de subjetividade consumista. Realiza análise micropolítica que visa focalizar os dispositivos de poder, ressaltando a necessidade de compreender as relações de poder (Deleuze, 1988, 1996; Foucault, 1988). Utiliza-se ainda dos conceitos de gestão do comum (Benevides & Passos, 2005) e multidão (Negri e Hardt, 2005). Utiliza-se primordialmente de Foucault, sendo que a análise histórica é realizada de modo a trazer vários conceitos deste autor.
Silveira, R. W. M.; Rezende, D.; Moura, W. A., 2010 – Artigo 30	Análise Institucional, tendo como principais intercessores, utilizando-se neste campo os autores: Baremlitt, 2002; L’abbate, 2003; Pereira & Penzim, 2007. Acrescentam ainda a necessidade de um compromisso sócio-econômico-político-libidinal por parte dos analistas institucionais, termo que aparece sem definição. Sobre a RD trazem-na como inspiração para a produção de novas práticas a partir de forças instituintes

(Deleuze & Foucault, 1979; Baremlitt, 2002), e saem em defesa da clínica ampliada (conceito mencionado sem uma clara definição e sem referência). Além disso, rejeitam padrões e verdades pré-concebidas, num descentramento radical da enunciação científica. Postula-se ainda, no âmbito da RD, o tratamento das pessoas pelo que elas são, como seres singulares (Lancetti, 2006). Trabalha-se ainda com a noção de uma clínica em que não há lugar para certezas, uma clínica do devir.

Spink, M. J. P., 2010 – **Artigo 32** – Segue as teorizações propostas por Spink e Medrado (1999), segundo as quais a produção de sentidos é uma prática dialógica. Traz o conceito de promoção de saúde na vertente risco-aventura (Spink, 2007a, 2007b). No que se refere ao tratamento dos fumantes, recomenda terapias variadas com ênfase para as cognitivo-comportamentais.

Nardi, H. C.; Rigoni, R. Q., 2009 – **Artigo 37** – Com a leitura sistemática do artigo não foi possível identificar a abordagem teórica utilizada. Nota-se que o artigo tem como objetivo descrever a forma de funcionamento das ações e programas de redução de danos na região metropolitana de Porto Alegre. Algumas análises são feitas, pontuando a necessidade de movimentos sociais que lutam pela cidadania dos usuários de drogas e criticam a falta de recursos direcionados aos programas de redução de danos bem como a precarização das condições de trabalho dos Agentes Redutores de Danos. Em investigação das referências, constatou-se que o artigo é fruto da dissertação “Assumindo o controle. Organizações, práticas e a experiência de si em trabalhadores da redução de danos na região metropolitana de Porto Alegre”, de 2006. A partir da leitura do resumo da referida dissertação, pode-se concluir a utilização da perspectiva genealógica de Foucault norteando a discussão.

A tabela acima indica a utilização de referenciais teóricos que, em investigação realizada, pertencem ao campo das teorias pós-modernas. A fim de argumentar acerca desta constatação, far-se-á a discussão almejando problematizar e apontar limites teóricos em relação: às referências bibliográficas utilizadas pelos artigos demarcados na tabela bem como à discussão tecida pelos próprios artigos.

Os artigos de maior dificuldade de classificação quanto à abordagem teórica são: Engstrom e Teixeira (2016 – **Artigo 3**); Pacheco e Scisleski (2013 – **Artigo 17**); Souza, J.; Kantorski, Luis e Oliveira (2012 – **Artigo 20**); Pereira e Wurfel (2011 – **Artigo 26**). Isso se deve ao fato de que os artigos não apresentam sob quais bases teóricas a análise é realizada e, dessa forma, a identificação deles enquanto pertencentes ao campo pós-moderno se deve à utilização de alguns conceitos oriundos deste campo. Diante disso, assume-se que a classificação pode conter algum equívoco, apesar do especial cuidado

em se deter nos conceitos que são utilizados para compreender o consumo de drogas e a RD.

Dois artigos da tabela: Pacheco e Scisleski (2013 – **Artigo 17**) e Nardi e Rigoni (2009 – **Artigo 37**), realizam a análise pautando-se na utilização da perspectiva foucaultiana, ainda que no caso do segundo artigo isso não apareça com clareza apenas por meio da leitura do mesmo – conforme demonstrado na tabela. A classificação atribuída a eles é a de pertencente ao campo proto pós-moderno e isso será justificado por meio da investigação realizada por Rodrigues (2006).

A respeito de Foucault, a autora supracitada realiza uma análise de sua obra como um todo, de modo a abarcar as mudanças bem como a coerência e continuidade das ideias expressas pelo projeto teórico-político deste filósofo. A autora analisa que este projeto constitui uma esquerda particular, visto que rompe com o conjunto de ideias e tradições da esquerda e de seus referenciais teóricos presentes nos séculos XIX e em grande parte do século XX. Isso significa que tal projeto não tem como objetivo a revolução comunista e busca, portanto, na luta contra a ordem social, a transgressão via sujeitos que estão na margem e que não se constituem enquanto classe operária. Outro fator importante é o legado nietzschiano, ou seja, o irracionalismo presente no pensamento foucaultiano.

Diante disso, os aspectos de transgressão e irracionalismo, ainda que não efetivamente denotem a obra de Foucault enquanto pertencente ao campo do pós-modernismo, no entendimento da autora torna possível denominá-lo como um filósofo proto pós-moderno. A esse respeito afirma-se que, embora não esteja presente a tese do fim da modernidade, há críticas mordazes a ela, soma-se a isso a ideia de um sujeito que primeiramente é arqueológico, depois passa a ser genealógico e, posteriormente, é perpassado pelos conceitos de cuidado de si e ética de si. Ou seja, mesmo que não estivesse expresso de forma evidente o sujeito descentrado/múltiplo, há uma (des) continuidade que permeia este sujeito foucaultiano. Já há indícios que apontam para o que, no pensamento pós-moderno, se configurará enquanto o sujeito esquizoide.

Destaca-se ainda o caráter anti-humanista de Michel Foucault, visto que para ele, segundo Coutinho (2010, pp. 144-145) “[...] o próprio homem deve ser eliminado do terreno da racionalidade, substituído – enquanto objeto da verdadeira ciência – pelo exame das regras formais do “discurso” ou “sistema””. Além disso, na obra do filósofo francês tem-se a ideia de que qualquer afirmação referente à história real dos homens é simples opinião subjetiva. Evidencia-se, portanto, a oposição à concepção de história global, enquanto síntese dialética ou mesmo uma contínua cronologia da razão, bem como

o questionamento da universalização e do progresso, dando lugar a uma noção de descontinuidade (Coutinho, 2010).

Tendo como base os aspectos apresentados acima, principalmente no que se refere à transgressão e ao irracionalismo, Rodrigues (2006) afirma que Foucault traz a base do projeto teórico-político que consubstancia diferentes perspectivas pós-modernas. Isto é, a produção foucaultiana pode ser concebida como aquela que prepara o terreno, que fornece a base sob a qual se erguerá, posteriormente, as teorias pertencentes ao campo pós-moderno.

Acerca dos outros artigos, que se localizam no campo pós-moderno apresentar-se-á, a seguir, breves considerações acerca do pensamento expresso por Deleuze e Guattari, que é referenciado pelas produções de: Dias, Passos, e Silva (2016 - **Artigo 1**); Vasconcelos, Machado e Protazio (2015 – **Artigo 6**); Souza e Carvalho (2014 – **Artigo 11**); Silveira, Rezende, e Moura (2010 – **Artigo 30**); Passos e Souza (2011 – **Artigo 28**). Vale considerar ainda que tais publicações utilizam-se de Deleuze e Guattari, conjuntamente ou não, com as proposições e conceitos foucaultianos.

Para problematizar esta questão, os autores Sokal e Bricmont (2010) realizam uma análise acerca da utilização dos termos da física nas produções de alguns filósofos pós-modernos, dentre eles Deleuze e Guattari. Afirmam que a segunda fase do pós-modernismo se iniciou por volta de meados dos anos de 1970 e foi caracterizada tanto por um abandono de qualquer aspiração científica quanto por uma filosofia irracionalista. Os físicos – Sokal e Bricmont - destacam o obscurantismo e a confusão mental que qualificam as elaborações pós-modernas destes filósofos, buscando evidenciar o caráter anticientífico das mesmas bem como denunciar estas imposturas intelectuais, que permeiam e fundamentam tais elaborações.

Estes estudiosos da física citam vários trechos das obras de Deleuze e Guattari em que os conceitos são utilizados completamente desprovidos de um sentido lógico. Ainda que se considere a possibilidade de tais termos possuírem um significado alternativo e fora do discurso científico habitual, isso não é explicado ou definido pelos filósofos. Além disso, constata-se que estes conceitos físicos não são utilizados de acordo com o significado social adotado pela física. Diante disso, a crítica central operada por Sokal e Bricmont (2010) tem como foco, portanto, apontar uma teoria que está submersa numa total falta de sentido, dotada de uma linguagem pseudocientífica. Além disso, pontua-se que se trata de uma filosofia que privilegia a intuição ou a experiência, em detrimento da razão.

Eagleton (1995) complementa a problematização ao expor que o pós-modernismo não retira da história os critérios que possibilitam os atos de afirmação ou de denúncia da ordem social. Ao contrário, a dissolução da história e a supremacia da subjetividade e dos discursos na compreensão do real culminam num esquecimento de que algum dia houve uma alternativa ampla e significativa ao combate de tal ordem. Dessa forma, o momento contemporâneo é compreendido pelas produções pós-modernas, dentre elas a obra de Deleuze e Guattari, por meio de um presentismo e imediatismo dos acontecimentos. Roaunet (1987, p. 234) acrescenta ainda que o homem pós-moderno é esquizoide e aparece em *O Anti Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, de autoria desses filósofos franceses, como o sujeito esquizo-anarquista, que “[...] liberta os fluxos de energia obstruídos pelo capitalismo, transformando-se, assim, na pura máquina desejante, no revolucionário esquizofrênico que se opõe à paranoia fascista”.

Por sua vez, Eagleton (1999, p. 27) complementa que, ao discutir a negação, por parte do pensamento pós-moderno, da categoria de totalidade e, conseqüentemente, da ideia de sujeito perpassada pela noção de classes sociais e uma possível ação revolucionária, que tais concepções passam a:

[...] louvar o ser humano difuso, descentrado, esquizoide [...] que poderia, ainda assim, ser apresentado como assustadora vanguarda, em contraste com os sujeitos confortavelmente centrados de uma fase mais antiga, mais clássica do capitalismo. Ou em outras palavras: o sujeito como produtor (coerente, determinado, autogovernado) teria cedido lugar ao sujeito como consumidor (instável, efêmero, constituído de desejos insaciáveis).

Disso culmina a hostilidade à hermenêutica, que atinge seu mais alto grau na obra *Anti Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, em que o real se torna desejo: “[...] num positivismo metafísico aberto, [o real] não precisa de interpretação e simplesmente é. Nesse apodictismo do desejo, em que o esquizofrênico é herói, não pode haver lugar para o discurso propriamente político [...]” (Eagleton, 1995, p. 63). Diante disso, qualquer tentativa de interpretação do desejo (ou do real) o tornaria vulnerável aos “ardis metafísicos do sentido”. Mas é justamente aí que os autores recaem em uma espécie velada de essencialismo, visto que a interpretação do desejo – que é político – não é universal e ahistórica, mas, contrariamente, carece de interpretação (Eagleton, 1995).

Ainda, a respeito do sujeito esquizoide enquanto herói pontua-se que para os filósofos franceses a única “revolução” capaz de ser realizada por este protagonista é a da desordem, sendo que tais conceitos – revolução e desordem - são tratados como sinônimos, numa banalizada “retórica anarquista”. Além disso:

[...] o preceito de vislumbrar o bom no mau [na teoria destes autores] foi perseguido com decisão. A tecnologia capitalista pode ser vista como uma imensa máquina desejante, um enorme circuito de mensagens e intercâmbios no qual proliferam os idiomas pluralistas e os objetos, corpos e superfícies aleatórios fulguram com intensidade libidinal (Eagleton, 1995, p. 64).

Aqui vale elucidar como a perspectiva dos filósofos franceses, bem como esse vislumbre do bom no mau, aparece em alguns trechos de um dos artigos que constituem o escopo de nossa análise. Tal artigo busca tecer considerações acerca do cuidado que tem sido produzido para a população usuária de álcool e outras drogas no âmbito da RD. Relata-se a fala³⁷ de um sujeito da pesquisa que afirma que na relação estabelecida com o uso da droga o predomínio é apenas do uso da substância, deixando-se de lado quaisquer outros aspectos da vida e conclui: “[...] aí, quando você vai olhar, você tá no inferno” (Vasconcelos, 2013 citado por Vasconcelos, Machado & Protazio, 2015, s/p – **Artigo 6**). Uma das análises feitas pelos autores é a seguinte:

[...] “o corpo drogado” diz da tentativa de configuração de um corpo intensivo, que Deleuze e Guattari denominam “Corpo sem Órgãos”: “o CsO já está a caminho desde que o corpo cansou dos órgãos e quer licenciá-los, ou antes, os perde”¹¹ (p. 10); É “um exercício, uma experimentação inevitável”¹¹ (p. 9); “**De todo modo você faz um, não pode desejar sem fazê-lo**”¹¹ (p. 9); “Não é tranquilizador, porque você pode falhar. Ou às vezes pode ser aterrorizante, conduzi-lo à morte”¹¹:9. Ele “é um limite”¹¹ (p. 9); é que “**o desejo vai até aí: às vezes desejar seu próprio aniquilamento, às vezes desejar aquilo que tem o poder de aniquilar**”¹¹ (p. 28). (Vasconcelos, Machado & Protazio, 2015, s/p – **Artigo 6**)

³⁷No artigo não fica claro se esta fala analisada é de um usuário do serviço de saúde ou não. Consta apenas a observação de que os fragmentos de fala referem-se a “[...] trechos registrados por meio de nosso processo de inserção no campo da saúde mental, como trabalhador e como pesquisador.” (s/p).

Na discussão acerca da defesa de um cuidado que seja descentrado da doença e que objetiva uma ampliação da vida, mais especificamente no que se refere à estratégia de RD voltada à população em situação de rua e/ou ao uso que se dá no âmbito do espaço público, os autores supracitados (2015, s/p) questionam: “Por que não considerar as novas relações feitas ‘na rua’, não apenas, não todas e não em todos os momentos, como sugadoras de vida, mas potencializadoras de vida? [...]”. Na conclusão do artigo, evidenciam ainda a busca por “[...] potência de vidas que insistem em singularizar, mesmo ali onde tudo parecia nada restar”. Incluindo uma noção de clínica que “[...] se potencializa, se (re) encanta. Uma clínica “[...] que faz da insegurança a sua força, do risco de morrer o seu alimento. Por isso me parece imagem justa para quem vive e canta o mau tempo.” (Vasconcelos, Machado & Protazio, 2015, s/p – **Artigo 6**).

Acrescenta-se ainda a crítica, realizada por estes mesmos pesquisadores, às atuações de RD que priorizam a reinserção dos usuários de álcool e outras drogas ao mercado de trabalho, visto que tal ação só contribui para desenvolver a “sociedade empresarial”. Diante disso, propõem que a RD adote uma clínica que produza e que vise ampliar a vida, ou seja, produzir novas formas de vidas,

O conceito de ampliação da vida [...] é vital para a **elaboração de territórios existenciais inéditos, ancorados na construção do comum e é vital também porque nos permite fugir da posição de derrota e impotência. Esse é o seu encanto.15 (p. 85) [além disso, a inclusão] [...]** pela maquinação de meios, inclusive clínicos, para desnaturalizar modos de vidas dados pela **encarnação de outras subjetividades e sociabilidades que não as prescritas por entre Estado e mercado.** (Vasconcelos, Machado & Protazio, 2015, s/p – **Artigo 6**).

Ora, a partir deste entendimento, fica claro o sujeito difuso, descentrado, esquizoide – aqui representado tanto pela figura do usuário de drogas quanto pelos profissionais de saúde - enquanto aquele que se contrapõe à lógica da sociedade capitalista. A ação de RD, diante disso, é fundamental para elaborar “territórios existenciais inéditos” e “outras subjetividades e sociabilidades”, de modo a criar fissuras que questionariam e colocariam em cheque a ordem social vigente. Em última instância, tem-se aqui uma das assustadoras vanguardas, para utilizar o termo de Eagleton (1999), que na pós-modernidade passam a ser o cerne da luta contra a opressão. Além disso, vale

ainda questionar: como produzir “outras subjetividades e sociabilidades” que estejam fora da lógica imposta pelo capital – que inclui o mercado e o Estado? Isso depende apenas da vontade e do desejo de indivíduos singulares? E, conforme acrescenta Rodrigues (2006, p. 77): “Não é preciso muito esforço para demonstrar a inexpressividade destas formas alternativas de sociabilidade como vias de contestação ao domínio do capital; é inconteste a incapacidade das mesmas em provocar sequer uma ranhura na epiderme do sistema”.

Ademais, o artigo dos autores Silveira, Rezende e Moura (2010), que também constitui o escopo da análise realizada neste tópico, traz como principal intercessor a referência teórico-metodológica da Análise Institucional, que segundo eles implica:

[...] um **descentramento radical da enunciação científica**. [...] A ciência nada tem a ver com medidas justas e compromissos de bom-tom. Romper, de fato, as barreiras do saber vigente, do poder dominante, não é fácil [...] É todo um novo espírito científico que precisa ser feito (Guattari, 1977, citado por Lourau, 2004b, p. 66) [...] (Silveira, Rezende & Moura, 2010, p. 188 – **Artigo 30, grifos nossos**).

A partir desta concepção, os autores problematizam que os terapeutas, ao menos aparentemente, buscam objetividade, segurança e resolução por meio de protocolos de atuação que se voltam, majoritariamente, a uma prática em saúde que lida com condições de vida precárias e a constante possibilidade de recaída por parte dos usuários de drogas. Ao contrário, tais profissionais devem compreender e não se esquivarem do quão desafiante e processual é a construção de uma clínica que se edifica por meio do estabelecimento de redes de solidariedade e de cuidado. Diante disso, Silveira, Rezende e Moura (2010, p. 195 – **Artigo 30**) analisam a expectativa e, ao mesmo tempo, a angústia expressa pelos profissionais do CAPSad: esperam que o/a usuário/a de drogas fique bom, mas isso não acontece. Pontuam, a esse respeito, o desafio de lidar e trabalhar “com uma clínica da precariedade, do inacabamento, da insuficiência, em que **não há lugar para certezas; uma clínica do dever, onde se vive o mal-estar pela falta de verdades e tecnologias absolutistas** [...]”. Por isso, o sucesso terapêutico tem como base o alcance ou não da abstinência por parte do paciente, sendo justamente neste aspecto a oposição da estratégia de RD ao modelo proibirionista, visto que aquela não estabelece como única meta a abstinência. Concorde-se que é preciso criticar a ciência burguesa, seus

instrumentos e concepções que atuam nas práticas de saúde, mas não no sentido de construir e advogar em prol de uma “clínica do devir”.

A base das ideias que conduzem as análises dos artigos que se localizam no campo do pós-modernismo possui intrínseca relação com o período contrarrevolucionário vivenciado na contemporaneidade, dado primordialmente pelas derrotas do movimento socialista. Se não dava para operar uma ruptura radical ao sistema, é de se esperar, portanto, que apareça, também no nível teórico, um súbito interesse pelas margens e pelas lacunas do sistema. Isso se justifica pela crença de que o sistema não pode mais ser violado em sua totalidade, mesmo porque a própria ideia da totalidade, a realidade objetiva e a verdade estão ultrapassadas. Daí advém a transgressão, que se mostra inclusive por meio da celebração das minorias que aparecem como positivas por si só bem como a defesa das microtransgressões como ultrarrevolucionárias. Há uma noção de reencantamento do mundo que surpreende e, contraditoriamente, se dá em meio à racionalidade das megas organizações econômicas, mas que é perpassado por uma irracionalidade generalizada no campo ideal (Nanda, 1999).

Das identidades frágeis, incertas e variáveis que passam a compor a denominada pós-modernidade, não há base para ações coletivas de massa, àquelas fundamentadas em aspectos comuns, para ser mais específico, àquelas operadas pela classe trabalhadora, por exemplo. Ora, a própria ideia de classe também é considerada ultrapassada. Diante disso, tem-se que “[...] esse culto da marginalidade se resumiria no pressuposto simplório de que as minorias eram positivas e as maiorias, opressivas” e a base histórica de tal pensamento “[...] seria o fato de que movimentos políticos outrora de massa, centrais e criativos de modo geral não existiam mais” (Eagleton, 1999, p. 24).

Outros dois artigos apresentados na tabela ressaltam a importância de compreender o fenômeno do uso/abuso de substâncias psicoativas à luz das diferenças e especificidades no que se refere ao gênero do/a usuário/a, destacando fundamentalmente as necessidades das mulheres. O primeiro, dos autores Cruz e cols. (2014), aponta que, a respeito desta temática, utilizou-se a referência teórico-metodológica das relações de gênero segundo Scott (1990). O segundo, de Alves e Rosa (2016 - **Artigo 2**), anuncia a adoção da abordagem sociocultural de gênero em um trecho em que não constam referências. Após análise deste segundo artigo, constatou-se a utilização das pesquisadoras Heleieth Saffioti e Joan Scott³⁸, sendo que a respeito desta última é trazido

³⁸O teor eclético deste artigo será discutido mais diante.

que “[...] ao falar em relações de gênero, estamos falando em formas de dar significado a relações de poder (Scott, 1995 citado por Alves & Rosa, 2016, p. 449 - **Artigo 2**)”.

Os dois artigos possuem como referência “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Scott. No entanto, estranha-se o fato de que a referência de Scott esteja somada a uma publicação da autora Saffioti. A própria Saffioti (2015)³⁹ realiza críticas e questionamentos à elaboração acerca de gênero operada por Scott, apontando para a maneira radicalmente analítica sob a qual a categoria gênero é trabalhada, numa discussão que valoriza de modo excessivo o discurso. Este aparece demarcado por Scott enquanto linguagem que, segundo o pós-estruturalismo, não se trata apenas do uso de palavras, mas de sistemas de significação. Saffioti (2015) destaca ainda o tratamento do conceito de patriarcado na qualidade de constructo mental, o que expressa o caráter a-histórico da análise, transformando a história em simples epifenômeno. A concepção defendida por Saffioti (2015) se diferencia substancialmente da de Scott, já que defende uma leitura materialista histórica da categoria gênero, bem como do patriarcado. O modo como estão arrançadas as autoras no texto não demarca tais dissonâncias e pode levar o leitor a entender que há concordância entre as duas.

Saffioti (2015, p. 120) demarca também o caráter ambíguo desta publicação de Scott (usada pelos autores no artigo) pontuando que: “Como o gênero é visto ora como capaz de colorir toda a gama de relações sociais, ora como um mero aspecto destas relações, é difícil dimensionar sua importância, assim como sua capacidade para articular relações de poder”. Ela acrescenta à crítica a adoção, por Scott, do conceito foucaultiano de poder, assinalando que este filósofo nunca elaborou um projeto de transformação societal e demarca que, ao lidar com os problemas da dominação e exploração masculina, é fundamental uma estratégia de combate visando à construção de uma sociedade humanamente emancipada⁴⁰. Como dito, no interior dos artigos supracitados, tais divergências não são mencionadas, o que para o leitor pode transparecer certa concordância, que conduz a compreensões equivocadas sobre as autoras.

³⁹Trata-se da obra *Gênero, patriarcado e violência*, a qual não é utilizada como referência do artigo analisado, contudo é desta publicação que se retirou o argumento para demonstrar as divergências entre a concepção de gênero de Saffioti e Scott.

⁴⁰Ainda que não seja possível afirmar que a obra de Scott, como um todo, é pertencente ao campo pós-moderno, visto que este não é o objetivo desta dissertação, pode-se afirmar que este texto da autora - *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* - se localiza no campo pós-moderno. Isso se dá tanto pela redução da realidade ao discurso ou a categorias analíticas quanto pelo aspecto antiontológico e ahistórico. Soma-se a isso, a utilização do conceito foucaultiano de poder.

Ademais, segundo McNally (1999, pp. 36-7), as relações de poder, definidas por Foucault, ainda que apresentem uma tentativa de se contrapor ao vazio político das elaborações teóricas que operam uma redução das relações sociais às suas formas linguísticas, não alcançam este fim. Visto que, na concepção do filósofo, as relações de poder – “o conhecimento-poder” - são formadas por meio de práticas de seres humanos “conhecedores” e estas, por sua vez, se originam no campo do discurso. Dessa maneira, “Foucault volta à sua própria versão de determinismo discursivo. Ele é levado pela lógica de sua posição a concluir que, inevitavelmente, permanecemos dentro da dimensão do discurso”.

A seguir, serão destacados e problematizados os artigos: Dantas, Cabral e Moraes, 2014 – **Artigo 14**; Jorge, e Corradi-Webster, 2012 – **Artigo 22**; Spink, 2010 – **Artigo 32**, que se baseiam no construcionismo social. No que se refere a esta teoria, Costa (2015)⁴¹ aponta que ela se apoia numa compreensão do conhecimento, da realidade, da história e do ser humano em conformidade com a ambiência cultural pós-moderna. A esse respeito, o autor evidencia: a não distinção entre aparência e essência; o saber como algo discursivo; a redução da objetividade do real à dimensão exclusivamente simbólica e, conseqüentemente, uma concepção idealizada de linguagem; a negação da categoria da totalidade e da história enquanto processo; em síntese, o aspecto antiontológico. Disso culmina a impossibilidade de transformação radical da sociabilidade burguesa, visto a impossibilidade de apreensão da essência do real, este reduzido ao discurso.

Nas palavras de Costa (2015, p. 17, **grifos nossos**):

Seu foco epistemológico o distancia da questão da emancipação humana, já que suas premissas descartam qualquer possibilidade de conhecermos e, conseqüentemente, transformarmos a realidade. Da mesma forma, **ao igualar o pensamento científico ao do senso comum** [...]. Este fato advém do fetichismo do espontâneo proposto pelo construcionismo, e não só por ele, o qual, no fim das contas, expressa a ideologia neoliberal.

A fim de elucidar o exposto acima, trar-se-á trechos de um dos artigos constituintes do estado da arte desta dissertação, que possui como referencial teórico o construcionismo social e tem como objetivo realizar entrevistas com profissionais do

⁴¹As análises conduzidas por este autor se baseiam no método materialista histórico-dialético e nas elaborações da Psicologia Histórico-Cultural.

Consultório de Rua⁴² (Jorge & Corradi-Webster, 2012 – **Artigo 22**). Esta abordagem teórica compreende que “[...] as pessoas estão a todo o momento construindo sentido sobre suas experiências. Estas construções de sentido influenciam no modo como conduzem sua vida. Estas construções se dão através da **linguagem, que não representa a realidade e sim a constrói.**” (Jorge & Corradi-Webster, 2012, p. 41, **grifos nossos – Artigo 22**).

Na sequência, Jorge e Corradi-Webster (2012 – **Artigo 22**) demarcam ainda:

[...] a **ciência como uma prática discursiva, sendo o conhecimento científico construído por pessoas em interação e não algo apreendido do mundo.** Com isto, **a pesquisa construcionista social não busca se aproximar da verdade,** mas auxiliar a abertura de novas possibilidades de construção de sentido sobre determinado objeto (McNamee, 2010; Corradi-Webster & Carvalho, 2011 citado por Jorge & Corradi-Webster, 2012, p. 41, **grifos nossos – Artigo 22**).

A respeito deste idealismo linguístico, que McNally (1999) denomina de novo idealismo, tem-se que a língua ou mesmo o discurso passam a definir os limites do que é possível conhecer, ou seja, suprimem o real ou opera-se uma redução do real à linguagem. A subjetividade e o mundo passam a ser constituídos e compreendidos somente por meio do discurso, culminando na concretização de uma visão da linguagem que exclui a ação humana. Ou, segundo a citação supracitada: a “[...] linguagem, que não representa a realidade e sim a constrói”. A palavra se torna ato e a retórica passa a ser a resposta à opressão e a exploração. Dessa forma, configura-se uma abdicação ou mesmo obstáculo à luta política e à necessidade de reconstrução de um movimento massivo de oposição à ordem do capital que, na contemporaneidade, adquire facetas cada vez mais ferozes no que se refere à exploração da classe trabalhadora (McNally, 1999).

Segundo uma análise marxiana, tem-se que a linguagem não é uma esfera independente da vida social, ao contrário, ela estabelece uma relação intrínseca e dialética com a atividade humana concreta e, em última instância, é determinada e mediatizada por ela. Isso significa que as representações e conceitos, bem como as ideias, são expressão da forma como se dá a organização social dos seres humanos e varia, portanto, de acordo

⁴²O ‘Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua’, do Ministério da Saúde (2012), traz que este é um aparato da atenção básica de saúde que visa atuar diante dos variados problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua, além da busca ativa e do cuidado voltado aos usuários de álcool, crack e outras drogas, tendo como um dos norteadores destas ações as estratégias de RD.

com o momento histórico (Marx, 1987). Ademais, não se trata de afirmar que as resistências operadas pela classe trabalhadora se resumem unicamente à natureza econômica ou a lutas que se colocam apenas no nível da produção. O movimento histórico, os períodos de crise social ou revolucionários se expressam nos discursos: “Quando estruturas de controle e censura desmoronam, práticas e discursos de resistência e oposição encontram um campo de expressão imensamente ampliado” (McNally, 1999, p. 39).

Ainda em relação ao construcionismo social, pode-se afirmar que outros dois artigos estabelecem um diálogo com esta abordagem e são escritos pelos pesquisadores: Spink (2010 – **Artigo 32**) e Dantas, Cabral e Moraes (2014 – **Artigo 14**). Tais produções possuem como referencial teórico as teorizações propostas por Spink e Medrado (1999) e as **práticas discursivas** e produções de sentido no cotidiano, segundo Spink (2004), respectivamente⁴³. Guaresch (2010, p. IV) escreve, no Prefácio do livro “Linguagem e produção de sentidos no cotidiano”, da autora Spink (2010 – **Artigo 32**), que esta discute, dentre outros temas, a perspectiva construcionista e a linguagem, bem como os processos de “interanimação dialógica”. E complementa que, por intermédio da linguagem “[...] o Construcionismo Social incorpora, em parte, a perspectiva linguística do estruturalismo e a discussão das **práticas discursivas** e de discurso do pós-estruturalismo nas análises sobre a produção de sentidos no cotidiano dentro de sua abordagem teórico-metodológica”.

Para elucidar, elencou-se mais um trecho de um dos artigos referidos, em que se pontua a consonância deles com os excertos destacados da publicação de autoria de Jorge & Corradi-Webster (2012 – **Artigo 22**). Nesse sentido, as análises e críticas já conduzidas prevalecem.

Seguindo as teorizações propostas por Spink e Medrado (1999), **a produção de sentidos é uma prática dialógica que implica linguagem em uso, “[...] é uma construção social, um empreendimento coletivo**, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais

⁴³Ainda que não tenha sido possível fazer uma análise destas referências especificamente - Spink e Medrado (1999) e Spink (2004), visto que o objetivo é analisar os artigos que constam no escopo da pesquisa realizada na base de dados Scielo e não as referências utilizadas por eles - considera-se que as informações colhidas e que serão apresentadas subsidiam as conclusões apontadas. Somam-se a isso informações retiradas do currículo lattes de M. J. Spink, em que consta o desenvolvimento de uma linha de pesquisa que se intitula ‘Práticas Discursivas e a construção de fatos’, de orientação construcionista. Além disso, Costa (2015) analisa a produção *A psicologia social na atualidade*, de Spink e Spink (2013), que discute aspectos teóricos do construcionismo social.

historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (p. 41)” (Spink, 2010, p. 484 – **Artigo 32**).

No que concerne à utilização do livro “Clínica peripatética” de Antônio Lancetti – apesar de este livro não ter sido citado com expressividade nos artigos -, sua utilização possibilitou identificar o viés pós-moderno presente nos artigos aqui analisados, especialmente no que se refere às produções de Souza, Kantorski, Luis e Oliveira (2012 – **Artigo 20**) e Pereira e Wurfel (2011 – **Artigo 26**). Nos casos das publicações dos autores de Jorge e Corradi-Webster (2012 – **Artigo 22**) e Silveira, Rezende e Moura (2010 – **Artigo 30**), que igualmente usam desta obra de Lancetti, a identificação foi possibilitada também pelo anúncio da abordagem – construcionismo social, no caso do primeiro, bem como pela utilização de referências como Foucault, Deleuze, Lourau, dentre outros, no caso do segundo.

O referido livro traz as potências da clínica praticada em movimento, que se dá por meio da aproximação dos sujeitos nos lugares que habitam na sociedade, buscando romper com o modo e o *setting* tradicionais de fazer terapia. Nesse sentido, aponta como esta nova clínica e os demais conceitos apresentados contribuem com estratégias e com a construção de modos de atuação da RD. A obra, em alguns momentos, faz um diálogo com Freud, Winnicott, Basaglia, Negri, Nietzsche, Makarenko, mas, sobretudo, com Deleuze e Guattari, que fundamentam o eixo teórico do livro.

Ao analisar a experiência da droga, Lancetti (2006) afirma que esta é como uma maneira de aprofundar o capitalismo, estando em concordância com a sociedade do consumo, já que se trata da geração da falta constante e do imperativo do gozo. Já no que se refere à atuação, a RD parte da força do usuário, da sua autonomia, tendo como foco a luta pela liberdade das pessoas: “[...] aí sim, se justifica a verdadeira revolução, porque essa revolução não é uma revolução de exércitos, mas de indivíduos, de pessoas, uma por uma, todos nós temos de estar nessa luta” (Lancetti, 2006, p. 75). Dessa forma, a RD pode-se transformar numa clínica, ou seja, num desvio que objetiva a criação de uma experimentação de vida neste sujeito em que o caos está inserido, objetivando a ampliação de vida.

É com base neste referencial teórico que Souza, Kantorski, Luis e Oliveira (2012, p. 736 – **Artigo 20**) afirmam a respeito da clínica peripatética que vai ao encontro das ações em RD: “Tal proposta é apresentada como sendo o cerne da clínica antimanicomial,

ou seja, objetiva, primordialmente, a interação do usuário com a cidade e as pessoas por meio de movimentos diversos no âmbito externo da unidade de saúde”.

Tal clínica preconiza que o cuidado dos sujeitos adictos deve se dar também pelo estabelecimento de uma amizade, em que se institui entre terapeuta e usuário uma relação de afeto, de confiança, de igualdade; entre amigos, inclusive, pode-se alternar as posições. A função do amigo e cuidador é ajudar o usuário a deixar a condição de adicto e de infantilização e contribuir para o surgimento do diferente (Lancetti, 2006). Daí decorre-se um melhor entendimento da discussão de afetos e potencial terapêutico, como posturas que a equipe de saúde deve adotar de modo a contribuir para um maior sucesso das ações, trazida por Jorge e Corradi-Webster (2012, p. 45 – **Artigo 22**), baseando-se em Lancetti:

Desse modo, configurar-se-ia o que se denomina de “trabalhadores afetivos fundamentais”, pois, ao atuar no território existencial das pessoas, em articulação com outros membros da organização sanitária, produz saúde e saúde mental. **E é na proximidade, intensidade de afetos e relações que o potencial terapêutico se revela.**

Ainda em relação ao artigo de Pereira e Wurfel (2011 – **Artigo 26**) nota-se o tratamento da RD como um dispositivo da Reforma Psiquiátrica, segundo Medeiros e Petuco (2008)⁴⁴. De acordo com estes autores, a análise é feita com o auxílio das noções de dispositivo e revolução em Gilles Deleuze (1990; 1988/1989), em que o mérito fundamental da RD é o “devir revolucionário”. Isso significa que a RD, enquanto instituinte de um inédito compromisso ético e, também, político, assume posições claras e revolucionárias na luta contra o instituído, contra aquilo que está dado socialmente no cuidado dos usuários de drogas e que se expressa enquanto manicomial (Medeiros & Petuco, 2008).

Deleuze [...] nos ensina a relativizar as conquistas (ou seja, os desfechos) de uma revolução, dando mais ênfase ao contexto da mesma e às pessoas que a tornaram possível, em um tom que se descobre otimista: não há outra vida política senão na vida vivida, pois tudo que a movimenta é político, crítico e instituinte. (Medeiros & Petuco, 2008, s/p).

⁴⁴ Esta reflexão necessitou da consulta da referência Medeiros e Petuco (2008), visto que as autoras do artigo analisado não discorrem acerca do conceito de dispositivo.

Dessa forma, trazem que as revoluções na medida em que conquistam algo já abrem espaço para o desenvolvimento de estruturas rígidas/duras, e é aí que atua a RD: no sentido de revolucionar as estruturas que já foram conquistadas pela Reforma Psiquiátrica, mas, ao mesmo tempo, já foram capturadas, institucionalizadas. Daí a RD como um dispositivo da Reforma, como “devir revolucionário”, dotada da função de movimentar os cuidados aos usuários de drogas que já estão instituídos, de questioná-los. Dando lugar a uma nova clínica, fundamentalmente política: as clínicas abertas, que colocam constantemente em crítica qualquer tipo de institucionalização, indo de encontro ao cuidado e a clínica pautados pela lógica manicomial. Diante disso,

Os métodos da RD e do AT não servem ao conhecimento acadêmico. Ao contrário da experiência das leis do SUS e da Reforma Psiquiátrica, as experiências das clínicas abertas não têm como maior mérito as suas ferramentas ou metodologias (e assumir isto não significa diminuí-las). [mas o devir revolucionário] (Medeiros & Petuco, 2008, s/p).

A seguir, serão analisados dois artigos específicos: Souza, Menandro, Menandro, (2015 – **Artigo 5**) e Cruz, Santos, Gautério-Abreu, Silva, Ilha (2016 – **Artigo 4**), que adotam como referencial teórico, respectivamente: a Teoria das Representações Sociais e sua aplicabilidade no campo da saúde, conforme Oliveira (2011), e a Teoria da Complexidade de Morin. Ainda que estes artigos tenham definido a base teórica adotada, constata-se a proximidade destas abordagens teóricas com o campo pós-moderno. Visa-se, com isso, tecer argumentos para reafirmar que, de acordo com as produções analisadas nesta dissertação, que pertencem à modalidade artigos publicados na base *Scielo*, tem-se uma predominância da utilização de conceitos oriundos das teorias pós-modernas no que se refere à temática da RD.

O artigo dos autores Souza, Menandro e Menandro (2015 - **Artigo 5**) emprega como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais e a respeito da interlocução desta com o processo de saúde e doença ancora-se na produção: *Teoria de Representações Sociais como grade de leitura da saúde e da doença: a constituição de um campo interdisciplinar*, de D. C. A. Oliveira. O artigo utiliza-se desta abordagem para compreender as representações sociais dos profissionais da saúde acerca do alcoolismo.

A esse respeito é afirmado que “Trata-se de uma forma específica de conhecimento, elaborada coletivamente por categorias profissionais sobre objetos com os

quais têm que lidar no cotidiano. **As representações profissionais cumprem suas funções, dentre elas, contribuir para definir a realidade**” (Ratinaud, 2009 citado por Souza, Menandro, & Menandro, 2015, p. 1341, **grifos nossos - Artigo 5**). Ademais, demarca a valorização dos saberes de senso-comum e suas interlocuções com o conhecimento técnico-científico, em que as necessidades de saúde são compreendidas por meio “[...] dos significados, crenças e valores atribuídos pelos atores em questão aos fenômenos de saúde e doença” (Oliveira, 2011 citado por Souza, Menandro e Menandro, 2015, p. 1341 - **Artigo 5**)

Além disso, nesta dissertação, foi realizada uma investigação da referência da autora Oliveira (2014)⁴⁵, a fim de angariar maiores contribuições em relação às bases teóricas utilizadas e, mais especificamente, no que se refere a esta negação do real e supervalorização do senso-comum, que aparecem nos trechos demarcados acima, além da leitura completa do artigo. Oliveira (2014) pontua, utilizando-se também das elaborações da Teoria da Complexidade de Morin, que se trata de incorporar tanto aspectos científicos quanto dos variados tipos de pensamento: místicos, empíricos, racionais, lógicos. Desse modo, emerge o sujeito no diálogo contínuo com o objeto do conhecimento e, além disso, permite a comunicação entre as diversas áreas do saber. Isso significa que se reconhece a necessidade, bem como afirma-se a defesa da constituição de um campo interdisciplinar que pressupõe uma abordagem complexa, em que a compreensão dos valores e percepções dos sujeitos acerca de sua própria saúde é indispensável e fundamental.

Esta necessidade, segundo Oliveira (2014, p. 777-8) advém da constatação das “[...] transformações impostas por uma nova lógica vivencial e subjetiva imperante na pós-modernidade [...]”, a qual é caracterizada por um mundo instável/efêmero e pelas rápidas transformações que implementam o consumo. Afirma a falência dos paradigmas da modernidade, que outrora deram suporte à compreensão dos processos de saúde e doença, mas que não conseguem mais responder às novas mudanças que implicam, sobretudo, considerar o que passa a ser essencial a essa nova vida pós-moderna. Diante disso, emerge-se a necessidade de “[...] um processo de construção de representações acerca do que os grupos identificam como “necessidades humanas” e “necessidades de saúde” e, sobretudo, das formas de ressignificação dessas necessidades”.

Ancorando-se nas elaborações de Moscovici, a autora supracitada acrescenta à Teoria das Representações Sociais contribuições para o campo da saúde:

⁴⁵A referência Oliveira (2014) é a mesma que Oliveira (2011) – utilizada no artigo Souza, Menandro, Menandro (2015), porém se referem a edições diferentes.

A hipótese de **abandono da separação indivíduo-objeto leva a atribuir um novo significado ao que se convencionou chamar de realidade objetiva e, portanto, de realidade de saúde**, definida pelos componentes plausíveis da situação e do objeto, tanto para o sujeito quanto para o grupo social que vivencia as condições de saúde e doença no cotidiano. **Parte-se, nessa perspectiva, da tese de que não existe, a priori, uma realidade objetiva, mas que toda realidade é representada**, ou seja, apropriada pelo indivíduo e pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada ao seu sistema de valores, dependente da sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido. (Oliveira, 2014, p. 804-5).

Em suma, tais pressupostos partem da compreensão de que: a representação social é a realidade em si, visto que esta não existe *a priori*, mas como representação; e demarcam a necessidade da utilização desta concepção como instrumento de trabalho de maneira a possibilitar o reconhecimento social e psicológico das necessidades de saúde dos sujeitos. Cabe destacar que a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici não pertence ao campo pós-moderno, tendo suas bases fundamentadas, principalmente, em Durkheim (Viana, 2008). Contudo, com a leitura do artigo (Souza, Menandro, Menandro, 2015) e por meio da investigação das referências utilizadas, é pertinente circunscrevê-lo como, ao menos, expressão de algumas das categorias que definem o campo pós-moderno. E mais, como eclético⁴⁶, visto a junção de arcabouços teóricos que possuem fundamentos epistemológicos completamente diferentes e, em alguns aspectos, opostos.

Diante disso, pode-se identificar a negação do caráter ontológico proposto por Oliveira (2014), utilizado como referencial teórico do artigo de Souza, Menandro e Menandro (2015 – **Artigo 5**). Tal negação também se faz presente no pensamento pós-moderno e tem como consequência a redução do real às representações sociais dos indivíduos. Em outras palavras, a negação de uma realidade objetiva *a priori*, como demonstram os trechos evidenciados acima. Tais conclusões advêm da compreensão de um mundo que não é mais moderno e é caracterizado pela instabilidade e efemeridade,

⁴⁶O caráter eclético do artigo será apresentado adiante, no subitem reservado à discussão do ecletismo presente tanto nos artigos oriundos do campo pós-moderno.

pela dita sociedade do consumo. Isso significa que o processo de conhecimento não se dá pelas particularidades do objeto real, mas, ao contrário, é o sujeito pensante que, na sua individualidade e singularidade, atribui sentido à realidade. Disso desdobram-se implicações importantes: primeiro, a indiferenciação da essência e da aparência, segundo, o desmoronamento da verdade e, terceiro, a impossibilidade de uma transformação radical desta forma de sociabilidade (Netto, 2010).

Segundo o pensamento marxiano, há apenas uma realidade, que pode ser abordada e desvendada por diferentes meios, um deles é a ciência, a qual as pesquisas e publicações sobre Redução de Danos compõem, ou pelo menos, deveriam compor. Segundo Netto (2010), a investigação científica dos fenômenos sociais concebe o conhecimento do real de maneira mais desantropomorfizada possível, ou seja, trata-se de investigar as múltiplas determinações da temática analisada, visando transcender sua aparência, reconhecendo os determinantes estruturais. Quer dizer, ao se trabalhar com esta compreensão da realidade, são incluídos os sujeitos e suas percepções, mas, sob a ótica histórica e social, de modo a não operar uma redução do conhecimento científico ao sensocomum. Demarca-se, portanto, a importância de se considerar os valores e a percepção dos usuários de drogas acerca de sua própria saúde, mas este seria um ponto de partida de uma prática que se ancora em conhecimentos científicos.

Trata-se, portanto, de compreender que o real existe independente e externamente da consciência e sua compreensão parte do empírico, mas não se reduz a ele. As representações trazidas pelos profissionais de saúde presentes no artigo de Souza, Menandro e Menandro (2015 – **Artigo 5**) podem ser as mais distintas possíveis, contudo, é necessário um critério de verificação delas, um critério de verdade a fim de propiciar a construção de um conhecimento científico que se volte ao tratamento dos usuários de drogas.

A respeito do artigo dos autores Cruz, Santos, Gautério-Abreu, Silva e Ilha (2016 – **Artigo 4**), que adotam como referencial teórico a Teoria da Complexidade de Morin, notam-se elaborações e análises passíveis de problematizações que se aproximam em muitos aspectos da crítica tecida ao artigo analisado anteriormente – que se utiliza da Teoria das Representações Sociais. Aliás, as convergências entre a obra de Morin e o campo pós-moderno também são debatidas por outros autores. Gomes e Jimenez (2009) mapeiam aspectos de consonância entre a teoria postulada por Edgar Morin e o movimento pós-moderno, ancorando-se na ontologia marxiana e nas contribuições de Bricmont e Sokal. Partem de uma compreensão de pós-modernismo que pode ser

sintetizada nos tópicos: questionamentos e rejeição da tradição racional, iluminista e humanista; a utilização de conceitos de distintos campos do conhecimento (física, matemática, biologia, psicologia, etc); o relativismo epistemológico juntamente a uma concepção que reconhece que há um novo mundo, diferente da modernidade; e uma redução do real ao discurso/linguagem.

Na vinculação destes tópicos à obra de Morin, os autores supracitados apontam: a utilização de conceitos como caos, ordem, desordem e a crítica da ciência clássica. A respeito desta última, tem-se que “A cultura humanista e científica está, segundo as ideias do autor [Morin], fundamentada num conhecimento limitado e separatista que não mais atende às inquietações contemporâneas” (Gomes e Jimenez (2009, p. 66). Daí a necessidade da ciência em construir novas categorias que são possíveis “[...] apenas a partir de um pensar complexo, capaz de aceitar a incerteza, os antagonismos, a multidimensionalidade, a dialogicidade, etc” (Gomes & Jimenez 2009, p. 66). Isso significa que a ciência, na contemporaneidade, estaria obrigada a rejeitar as certezas, visto que passa a atuar em um mundo repleto de incertezas, ou mesmo instabilidades. Desse modo, a objetividade é produzida por um consenso científico (Gomes & Jimenez, 2009) e, quando se considera consenso científico fruto do debate sem validação na objetividade, tem-se, em última instância, uma redução da realidade ao discurso. Derisso (2010), em breve discussão, também demarca a teoria moriniana como pós-moderna, visto que possui pressupostos que perpassam pelo princípio da incerteza e, daí, advém a crítica à visão linear e fragmentária da ciência moderna, culminando na defesa de que a verdade científica é indeterminada.

Desse modo, a produção de Cruz e cols. (2016 - **Artigo 4**) se localiza como pertencente ao campo pós-moderno. Na análise específica deste artigo, os autores expõem que, ao se pensar o fenômeno do uso de drogas e a estratégia de RD, mais especificamente voltados à população idosa, se lida com o princípio da incerteza. Trata-se de apreender a complexidade do fenômeno, ou melhor, o complexo como instável, difuso, incerto que marca a nova configuração das mudanças societárias vivenciadas pelo mundo moderno. Diante disso, faz-se necessário, com esta alteração de paradigmas, adotar novos olhares a este fenômeno: “[...] visões mais flexíveis, diversas e complexas, aceitando novas formas de pensar” (s/p), o que acarreta em uma renúncia aos saberes e poderes.

Além disso, demarcam o “[...] princípio da reintrodução do sujeito cognoscente em todo o conhecimento, pois nele os fenômenos atuais não são reflexos, mas uma tradução, interpretação e significação, ou seja, **o ser humano é responsável por**

significar, interpretar e resignificar as situações existentes” (Morin, 2000 citado por Cruz e cols. 2016, s/p, **grifos nossos - Artigo 4**). Tais trechos demonstram a negação da totalidade e do aspecto ontológico, bem como a verdade para compreender os fenômenos sociais, colocando o indivíduo na centralidade do conhecimento e como responsável por significar o real, como se este existisse apenas na dependência da consciência.

A isso, complementam que

A interpretação e compreensão dos fenômenos da natureza exigem uma maneira diferente de pensar, e é onde se destaca a abordagem de Edgar Morin, que **relaciona o desenvolvimento de um pensamento complexo entre os seres humanos como uma estratégia de encaminhar os indivíduos e as nações para o bem-estar, a evolução e a produtividade** (Morin, 2000 citado por Cruz e cols, 2016, s/p, **grifos nossos - Artigo 4**).

Aqui os autores nos poupam de discutir que a consequência imediata deste pensamento é a negação da possibilidade de transformação radical da realidade. Ora, pelo trecho fica evidente que isso já não constitui o horizonte, ao contrário, o pensamento complexo aparece entrelaçado com a noção de bem-estar dos indivíduos e nações, ou seja, em prol da evolução e da produtividade. Nada mais cômodo e mantenedor do capital, não?

Finalmente, será analisado o artigo de Engstrom e Teixeira (2016, p. 1846 – **Artigo 3**). As autoras pontuam a defesa de uma prática de saúde pautada no “modo de cogestão de coletivos” e numa concepção que considera que “A valorização do “sujeito” e de sua singularidade altera radicalmente o campo do conhecimento e das práticas da saúde coletiva e da clínica, ao buscar a construção compartilhada do cuidado entre usuários e profissionais”, conforme expõe Campos (2000). As autoras trazem ainda o avanço no campo da RD que se configura como um novo paradigma ético, clínico e político, de acordo com Passos e Souza (2011), autores pós-modernos conforme será evidenciado mais adiante, neste tópico da dissertação.

Quanto ao conceito de cogestão, tem-se que ele perpassa pela “construção de espaços coletivos”, de modo a “incluir a sociedade civil na gestão do Estado e das Instituições [...] considerando que adiante de cada núcleo de poder há contrapoderes com os quais há que se relacionar em esquemas de luta e negociação”, almejando construir contratos e compromissos (Campos, 2000, p. 232). Dessa forma, a cogestão se desvincula

das poderosas minorias ou dos especialistas, visando alterar as relações de poder e construir a democracia – sendo um caminho para a desalienação da maioria, bem como objetivando produzir valores de uso. Este último conceito é uma ampliação do conceito marxiano que passa a englobar os serviços e bens ofertados pelos sistemas públicos (saúde, educação, entre outros). A cogestão possui, portanto, capacidade de modificar a constituição dos sujeitos, de modo a construir o “Método da Roda”, “um método elaborado para analisar e co-gerir instituições” (Campos, 2000, p. 15).

O caminho para a democracia institucional, segundo o Método da Roda, é dado pela instituição de sistemas de cogestão, “[...] que produzam tanto **compromisso e solidariedade** com o interesse público, quanto capacidade reflexiva e autonomia dos agentes da produção”, possibilitando alterar esquemas de dominação e construir uma nova hegemonia. Ou melhor, “A **possibilidade de acesso à riqueza, à justiça**. A capacidade de produzir hegemonia diria Gramsci (1978), ou de produzir Verdades, diria Foucault (1995)” (Campos, 2000, pp. 28, 42, **grifos nossos**). A construção destas instituições democráticas é produto de grupos de sujeitos, conforme definidos por Sartre (1963) ou Guattari (1985). Diante disso, o alcance da democracia perpassa por uma reconfiguração dos micropoderes e dos controles a eles inerentes e, para tanto, é preciso:

Analisar os caminhos sociais e institucionais por onde se consolidam a dominação e a libertação. Gramsci (1978) e a ideia dos blocos históricos, e da construção do consenso e hegemonia; Foucault (1979) e a microfísica do poder; Deleuze e Guattari (1976) com a produção de subjetividade e a micropolítica; Basaglia (1985) com a desinstitucionalização.

[...]

O Método da Roda pretende-se herdeiro desta tradição. Aposta na democracia institucional não somente como um meio para impulsionar mudanças sociais, mas como um fim em si mesmo (Campos, 2000, p. 42).

Nota-se que, a partir do exposto, a noção de cogestão, seu objetivo e o Método da Roda, pautam-se tanto em teorias oriundas do campo proto pós-moderno ou pós-moderno (Foucault, Deleuze e Guattari) quanto teorias da modernidade (Marx, Gramsci), configurando um ecletismo teórico que é inclusive anunciado por Campos (2000, p. 18, **grifos nossos**), no item de seu livro denominado “Sobre o método de construção do método da roda”:

De fato, em *Um Método Para Análise e Co-gestão de Coletivos* há vazios, aporias, analogias polêmicas e **tratamento não sistemático de uma série de conceitos e de teorias. Não há estudo sistemático sobre nenhuma teoria e tampouco sobre o contexto histórico.** O eixo central e o objetivo dessa investigação foram a construção de um Método. Sendo assim, esse foi o único tema que recebeu um tratamento sistemático. Não se discutiu exaustivamente com a tradição marxista, ou com a psicanálise e sequer com a gestão e o planejamento. Não. Os recortes, aparentemente arbitrários, desses campos de saber e de práticas obedeceram a esse propósito: construir um Método de Análise e de Co-Gestão que discutisse com a racionalidade gerencial hegemônica.

As proximidades com as noções advindas do campo pós-moderno aparecem tanto na utilização de termos como “produção de subjetividade”, “microfísica do poder”, “micropolítica”, quanto no pluralismo teórico, tônica deste campo. A proposição do Método da Roda, que tem na cogestão um de seus conceitos fundamentais, também se ancora em noções pós-modernas, em que o novo sujeito de transformação é dado por espaços coletivos e a unidade das lutas não se dá mais pela questão de classe social, mas por grupos com interesses em comum. Há, portanto, uma supervalorização do sujeito, ou mesmo dos grupos, numa compreensão que nega a possibilidade de uma transformação ampla e radical do sistema capitalista (Eagleton, 1995). Quer dizer, “É como se todas as outras formas de poder opressivo pudessem ser facilmente debatidas, menos aquela que com tanta frequência estabelece sua agenda a longo prazo, ou que no mínimo está envolvida com elas em seu núcleo” (Eagleton, 1999, p. 30).

Além do mais, considerando o fenômeno do consumo de drogas como expressão da questão social, temática abordada na introdução e no primeiro capítulo desta dissertação, cabe destacar que, segundo Netto (2011a, p. 160, **grifos nossos**), emerge no cenário mundial, pós-1970, a denominada “nova questão social”:

Essa caricatural descoberta, nas condições contemporâneas, condições que tornam cada vez mais problemáticas as possibilidades de reformas no interior do regime do capital, mostra-se, a despeito de sua eventual credibilidade acadêmica, como uma anemia teórico-analítica que somente é comparável à anemia das práticas sócio-políticas que propõe como alternativas. Do ponto de vista teórico, não

apresenta uma só determinação que resista ao exame rigoroso na esteira da crítica da economia política marxiana: **do ponto de vista sócio-político, retrocede-se ao nível das utopias conservadoras do século XIX, proponentes de novos contratos sociais que restabeleçam vínculos de solidariedade no marco das comunidades ilusórias e residuais – uma solidariedade naturalmente transclassista e comunidades pensadas com inteira abstração dos (novos) dispositivos de exploração.**

Entende-se que a proposta de cogestão se localiza nesta esfera, em que a proposição de vínculos de solidariedade e compromisso, bem como a forma de construção de uma democracia institucional é pensada com uma “[...] inteira abstração dos (novos) dispositivos de exploração” (Netto, 2011a, p. 160). As proposições contidas no artigo Vasconcelos, Machado e Protazio (2015, s/p – **Artigo 6**) também refletem este cenário, visto que postulam a promoção de uma cidadania por meio da produção de novas subjetividades e sociabilidades voltadas aos usuários, familiares, trabalhadores da saúde e a comunidade de um modo geral: “[...] trata-se de uma comuna tecida por um movimento de composição entre diferentes modos de viver e conviver”. Vale pontuar ainda que: o caráter eclético desta referência (Campos, 2000), que forneceu diversos conceitos e apontamentos no artigo analisado Engstrom e Teixeira (2016 - **Artigo 3**), nos conduziu à conclusão de que este também se pauta no ecletismo teórico. Esta temática será discutida adiante juntamente com outros artigos que apresentaram a mesma problemática.

Cabe destacar ainda observações acerca da noção da RD como método clínico-político. A esse respeito, os artigos: Dias, Passos e Silva (2016 - **Artigo 1**), Passos e Souza (2011 – **Artigo 28**) e Vasconcelos, Machado, Protazio (2015 – **Artigo 6**), trazem a RD como uma prática e/ou paradigma ético, clínico e político. Somam-se a isso as referências Alves e Rosa (2016 - **Artigo 2**) e Engstrom e Teixeira (2016 - **Artigo 3**) que também trazem a RD, respectivamente, como um novo paradigma ético, clínico e político e como método clínico-político, segundo Passos e Souza (2011 – **Artigo 28**). Tais produções foram analisadas acima e são pertencentes ao campo pós-moderno, bem como a compreensão da RD como paradigma ou método clínico-político.

Em 2003, no cenário brasileiro, a estratégia de RD passa a não ser exclusiva à prevenção de DST/Aids e se coloca, portanto, como um cuidado ampliado que se volta aos usuários de álcool e outras drogas de maneira geral. Isso se dá por meio da publicação

da *Política para a Atenção Integral ao Uso de Álcool e Outras Drogas* pelo Ministério da Saúde (Passos & Souza, 2011 – **Artigo 28**). Segundo Passos e Souza (2011, p. 154 – **Artigo 28**):

Esse processo de ampliação e definição da RD como um **novo paradigma ético, clínico e político** para a política pública brasileira de saúde de álcool e outras drogas implicou um processo de enfrentamento e embates com as políticas antidrogas que tiveram suas bases fundadas no período ditatorial.

Os autores pontuam que esta nova direção clínica da RD problematiza a produção de verdades acerca do corpo e do prazer, ou seja, questionam a clínica que se pauta no modelo proibicionista e que: tem como única meta possível a abstinência e, portanto, desconsidera as especificidades de cada sujeito ao promover o cuidado. Desse modo, com a RD, abre-se uma gama de “[...] possibilidades clínicas, políticas e existenciais” (Passos e Souza, 2011, p. 158), pautadas por um “[...] método empírico de cuidado [que] se apresenta como um pragmatismo clínico já que refuta uma moral aplicada de forma homogênea a todos os sujeitos” (Passos e Souza, 2011, p.161). Passa-se a considerar as particularidades de cada caso e incluindo, por exemplo, a diminuição do uso, a substituição de cocaína injetável por maconha, etc.

A RD vai se constituindo no país por meio de mobilizações de usuários de drogas e da figura do agente redutor de danos (ARD) em contraposição à política antidrogas, em que as ONGs e associações de redutores de danos desempenharam um papel crucial. Estes agentes passam a ser colaboradores e partícipes na produção de redes de cuidado, numa mobilização coletiva que se dá por meio da gestão do comum. Esta é compreendida por meio do conceito de multidão que não se trata nem de povo nem de massa, conforme proposto por Negri e Hardt (2005), autores citados por Passos e Souza (2011 – **Artigo 28**), visto que:

O povo preservaria um caráter identitário e unitário do governo. Uma certa tradição da filosofia política define que somente o que é uno pode governar, seja o monarca, o partido, o povo ou indivíduos. Para essa corrente filosófica, sujeitos sociais que não são unificados, mas múltiplos, não podem governar, devendo pelo contrário ser governados. A multidão, ao contrário, é uma multiplicidade composta por diferenças singulares que encontram na gestão do comum um novo

modo de governo (Negri e Hardt, 2005 citado por Passos e Souza, 2011, p. 159-160 – **Artigo 28**).

É aí que se localiza a RD: concretiza-se um cuidado que perpassa pela multiplicidade, por meio da luta pela conservação da heterogeneidade, isto é, como uma estratégia pautada no conceito de multidão. Ao mesmo tempo, consolida-se um compromisso comum que não reduz o/a usuário/a de drogas a identidades determinadas – doente ou criminoso – mas se faz por meio da gestão do comum, que significa o acordo entre aqueles que estão em luta – usuários de drogas e agentes redutores de danos, numa prática democrática. Nas palavras de Passos e Souza (2011, p. 160 – **Artigo 28**):

A gestão comum, ou cogestão, produz uma inseparabilidade entre coprodução de coletivos e coprodução de sujeitos autônomos, o que nos traz uma importante indicação para analisarmos a inseparabilidade entre governo comum e governo de si enquanto prática ou cuidado de si.

A configuração desta rede coletiva e participativa, além da participação dos usuários e ARD na gestão das políticas conduziu a significativos efeitos clínicos – muitos cessaram ou diminuíram o uso de drogas. Isso se deve à não imposição da abstinência como condição *a priori* e inegociável e a participação coletiva dos usuários em seu processo de cuidado de modo a corresponsabilizá-los, sendo que as regras de conduta são acordadas coletivamente, de maneira a se direcionar a “produção de saúde, considerada como produção de regras autônomas de cuidado de si” (Passos & Souza, 2011, p. 160 – **Artigo 28**). É, portanto, no que diz respeito à gestão do comum bem como no exposto anteriormente acerca da produção de Passos e Souza (2011 – **Artigo 28**), que se defende a marca das teorias pós-modernas na definição da RD como um novo paradigma ético, clínico e político.

Tendo como subsídio o padrão marxiano e a análise realizada nesta dissertação bem como as pontuações e problematizações operadas até aqui com relação aos artigos situados no campo pós-moderno, pode-se afirmar que as expressões ideológicas que visam compreender os fenômenos sociais – neste caso o consumo de drogas e a RD – estão diretamente vinculadas a determinados interesses históricos e sociais. Em síntese, evidencia-se que, majoritariamente, as produções analisadas até aqui não explicam o fenômeno das drogas e a RD dentro da totalidade social, desconsiderando as contradições

sociais. Ainda que, por outro lado, se reconheça o avanço que a RD representa em relação ao modelo proibicionista, ou seja, defende-se uma prática que não tenha a abstinência como única meta e pré-requisito para o tratamento e preconiza-se a co-responsabilização dos usuários em seu processo de tratamento. Contudo, tais pressupostos não isentam a RD de contradições caracterizadas tanto pelo seu aspecto pragmático quanto pelo arcabouço teórico (quando ele existe) que vem subsidiando esta política de saúde.

2.1.2 Ecletismo teórico: característica de alguns dos artigos classificados como pertencentes ao campo pós-moderno

O ecletismo teórico aparece como característica presente em algumas produções analisadas e localizadas como pertencentes ao campo pós-moderno. Destaca-se a produção de Schlichting, Boog e Campos (2007 – **Artigo 42**), que compõe o único artigo classificado como ecletismo teórico, visto que os autores já anunciam a adoção de diferentes referenciais teóricos na análise. As produções do campo pós-moderno, marcadas pelo ecletismo são:

- 1- Alves e Rosa (2016 - **Artigo 2**), que se utilizam de Saffioti e Scott. A primeira parte de uma análise materialista histórica e de conceitos marxianos a fim de compreender a categoria gênero e, inclusive, tece uma crítica a Scott conforme já apresentado. Scott, por sua vez, opera uma redução da realidade ao discurso ou a categorias analíticas e utiliza-se do conceito foucaultiano de poder para analisar a categoria gênero.
- 2- Engstrom, E. M.; Teixeira, M. B. (2016 – **Artigo 3**): Este artigo utilizou-se de conceitos e análises advindas da proposição do Método da Roda, segundo Campos (2000). Conforme a exposição realizada no tópico 2.1.1 desta dissertação, demonstrou-se o ecletismo teórico presente em Campos (2000) e, desta forma, ainda que indiretamente, considerou este artigo como expressão do ecletismo teórico.
- 3- Souza, Menandro, Menandro, (2015 – **Artigo 5**): Apresenta como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais e sua aplicabilidade no campo da saúde, segundo Oliveira (2011). Esta, conforme demonstrado no tópico 2.1.1 desta dissertação, se localiza no campo pós-moderno. Já no que se refere àquela, tem-se que foi inaugurada por Moscovici na década de 1960 e possui como principal “fonte inspiradora” a concepção de representações coletivas

postuladas por Durkheim (Viana, 2008). Configura-se o ecletismo teórico, visto que o artigo se baseia em uma teoria de base positivista ao mesmo tempo em que se vale de elaborações pós-modernas.

- 4- Pereira e Wurfel (2011 – **Artigo 26**): explicam o fenômeno do uso de crack ancorando-se em conceitos freudianos e fazem a discussão acerca da RD pautados em conceitos oriundos do campo pós-moderno.
- 5- Souza, Kantorski, Luis e Oliveira (2012 – **Artigo 20**): nas discussões acerca da RD utilizam-se dos conceitos de ajuda ativa, segundo Miller & Rollnick e “clínica peripatética”, de acordo com Lancetti – este conforme pontuado realiza primordialmente um diálogo com as elaborações de Deleuze e Guattari. Jungerman e Laranjeira (s/d) analisam as bases teóricas e práticas da Entrevista Motivacional proposta por Miller e Rollnick, em que a ajuda ativa é uma estratégia motivacional. Afirmam que se trata de um aconselhamento diretivo e centrado no cliente, objetivando a mudança de comportamento de maneira a englobar técnicas de variadas abordagens: psicoterapia breve, terapia centrada no cliente, terapia cognitiva, terapia sistêmica e psicologia social de persuasão.
- 6- Jorge e Corradi-Webster (2012 – **Artigo 22**): possui como fundamentação teórica o construcionismo social. Mas utilizam-se ainda da discussão de afetos e potencial terapêutico de Lancetti; citam as estratégias da entrevista motivacional proposta por Miller e Rollnick como uma postura da equipe que contribui para o sucesso. Além disso, definem RD como uma abordagem que se baseia na aceitação e empatia (Marlatt, 1993).
- 7- Spink, 2010 – **Artigo 32**: baseia-se nas teorizações propostas por Spink e Medrado (1999), que conforme apresentado estabelecem um diálogo com o construcionismo social. No que se refere ao tratamento dos fumantes recomenda terapias variadas com ênfase para as cognitivo-comportamentais.

Com relação à referência de Schlichting, Boog e Campos (2007 - **Artigo 42**), tais autores anunciam que, na interpretação dos dados, utilizaram-se “[...] de diferentes referenciais teóricos para a discussão no espírito da Interdisciplinaridade” (s/p). O trecho é acompanhado da referência Turato (2003). Na leitura do resumo da obra deste autor, retirada da base LILACS, encontra-se que acerca do binômio saúde e doença há um vasto campo de investigações “[...] para utilizarem-se métodos qualitativos com referenciais

ecléticos. Este fato vem ao encontro do interesse demonstrado, em eventos e contatos acadêmicos pelo público a que se dirige a obra [profissionais psi e profissionais de saúde em geral]” (s/p). Neste artigo, portanto, a adoção de um ecletismo na análise da educação em saúde com mulheres alcoolistas – tema desta produção, já é anunciado como referencial teórico.

Objetivando problematizar as implicações do ecletismo para e na ciência pode-se buscar em Vigotski (1996) considerações importantes para o campo da RD. No texto “O significado histórico da crise da psicologia”, o autor realiza um estudo das várias teorias no campo da psicologia, que estavam dadas na sua época, tendo como finalidade fornecer um diagnóstico geral da crise da psicologia, a qual tem um aspecto metodológico importante. A análise recuperou a história das outras ciências e mostrou como a psicologia seguia um caminho similar a das ciências mais maduras, ou seja, seguia rumo à construção de uma psicologia geral. A necessidade da construção de uma psicologia geral decorria da inexistência de um princípio explicativo geral e se revelou, dessa maneira, como a possibilidade de construção da ciência psicológica verdadeira e da negação da psicologia como ideologia.

Vigotski (1996), em discussão acerca da psicologia existente em sua época, problematiza sobre o estado confuso da linguagem da psicologia, afirmando que muitas das vertentes psicológicas se utilizavam de uma linguagem caótica a fim de poder concordar perspectivas teóricas distintas. Pensando na atualidade e, mais especificamente, no estado em que se encontram as discussões ao em torno da RD, pode-se questionar qual interesse de classe é favorecido ao não explicitar de forma evidente quais pressupostos teóricos baseiam as análises. Ou mesmo abrir possibilidades para que o conhecimento produzido acerca desta política possa concordar com as variadas teorias existentes, mesmo que díspares em seus fundamentos, já que o estudo verdadeiramente científico é “ao mesmo tempo tanto estudo do fato quanto do procedimento de cognição deste fato” (Vigotski, 1996, p.316). Ou seja, ressalta-se a necessidade da utilização clara de um método científico, demonstrando que a escolha por palavras e conceitos (muitas vezes indefinidos) ou mesmo a não explicitação da teoria e do método não é uma posição neutra e já implica uma posição filosófica, favorecendo aos interesses da classe dominante.

O ecletismo na psicologia, conforme apontado por Vigotski (1996) se dava de diferentes formas: ora se revelava como um conglomerado arbitrário de diferentes teorias, em que se buscava preencher a lacuna de um sistema com outros sistemas explicativos,

ignorando as bases filosóficas destas teorias; ora aparecia como uma superposição de conceitos, que ocorria de maneira superficial e a desconsiderar as contradições existentes entre os conceitos de diferentes sistemas teóricos; ora utilizava-se de conceitos de outras ciências para afirmar a validade científica da ciência psicológica, por exemplo, conceitos transportados da fisiologia ou da biologia. “Todas essas colocações tomam o rabo de um sistema e o adaptam à cabeça do outro, intercalando no meio o tronco de um terceiro” (Vigotski, 1996, p. 252). A discussão posta pelo autor leva a pensar nas semelhanças existentes entre a sua análise e os artigos analisados neste tópico.

A esse respeito, Vigotski (1996) afirmava que com a junção de sistemas psicológicos distintos, a fim de preencher lacunas deixadas pelas teorias ou mesmo com a junção superficial de conceitos de diferentes teorias psicológicas, acabava por aproximar teorias com concepções e bases epistemológicas diferentes. Isso culmina na eliminação de diferenças e contradições das teorias, que estão vinculadas às diferenças e contradições da própria realidade, resultando em uma psicologia análoga à ciência burguesa. Por exemplo, pode-se citar a tentativa de juntar psicanálise e marxismo, a primeira desconsidera a historicidade e a dialética dos fenômenos, negando, dessa forma, o método marxiano. Deve-se atentar para os ecletismos presentes nas elaborações teóricas do atual momento histórico e quais finalidades esta forma de produção científica cumpre.

Netto (2000) também pontua o pragmatismo das produções contemporâneas e suas relações com as teorias pós-modernas, bem como com o ecletismo que as permeia, observando que isso fragiliza a formação dos assistentes sociais. Ora, parece que esta fragilidade também se mostra presente nas produções aqui analisadas, de modo a revelar os prejuízos na formação bem como na atuação voltada aos profissionais da área de saúde, mais especificamente àqueles que trabalham com os usuários de drogas. Disso culmina uma vulnerabilização da construção teórica acerca da estratégia de redução de danos, que se alicerça numa produção imprecisa teoricamente e, por vezes, eclética.

É consensual a faceta relativa do conhecimento, especialmente o conhecimento teórico-científico, em termos históricos. Isso significa que ele pode ser revisado, corrigido, ampliado, retificado, contudo tal compreensão é substancialmente diferente de se sustentar uma teoria relativista e eclética do conhecimento. A defesa do ecletismo parte do pressuposto de que as teorias, por seu caráter incompleto, são insuficientes para a compreensão de determinado fenômeno social de modo a não conseguir abarcá-lo em todas as suas facetas. Diante disso, pressupõe-se que todas são equivalentes e podem se complementar umas às outras e, dessa forma, alcançar uma explicação do objeto de

estudo. “O que é próprio da ideologia pós-moderna é uma concepção relativista do conhecimento, que por uma parte valida a ilusão da ideia de verdade e por outra parte abre caminho para o **ecletismo**”, este é inclusive defendido por alguns pensadores pós-modernos (Netto, 2000, s/p). O ecletismo aparece, portanto, conjuntamente ao relativismo o que culmina, em última instância, em um agnosticismo social: não é possível apreender a veracidade do real, mesmo porque a própria realidade já fora reduzida ao discurso (Netto, 2000).

Tonet (2010) complementa que o pluralismo metodológico, aquele que está em consonância com as teorias pós-modernas, se expressa tanto pelo ecletismo quanto pelo relativismo. O primeiro é compreendido pela liberdade de dialogar com ideias de diferentes autores e articulá-las segundo a conveniência do sujeito que pesquisa, sem verificar rigorosamente a compatibilidade entre as ideias expressas, originando em uma “colcha de retalhos”. Já o segundo parte do pressuposto de que não há uma verdade, há, porém, verdades, logo, não existe método e sim métodos. Em decorrência, os critérios de verdade e os métodos têm valores relativos já que são todos incompletos e parciais, tal ideia levada ao extremo configura as teorias oriundas do campo pós-moderno. O autor pontua, diante disso, que esta problemática do conhecimento parte de uma perspectiva gnosiológica do conhecimento, em que o foco é dado no sujeito que conhece e no modo de se conhecer o real, em detrimento de um ponto de vista ontológico e prático, que parte da realidade objetiva e busca aprender suas leis gerais.

Costa (2015, p. 18) também pontua o aspecto antimetodológico e assistemático presente nos autores construcionistas, por exemplo, que leva à apropriação de autores divergentes ou mesmo opostos em suas produções.

A ideia central é de que o construcionismo usa ecleticamente vários autores, mas dentro de uma mesma matriz de interpretação. [...] sobretudo na transposição de ideias claramente díspares para um corpo teórico que desrespeita as matrizes teóricas, metodológicas e filosóficas das teorias de origem.

Este caráter é notado nas produções de Jorge e Corradi-Webster (2012 – **Artigo 22**) e Spink (2010 – **Artigo 32**) que dialogam, para além do Construcionismo Social, com conceitos e proposições das teorias cognitivos-comportamentais e com o livro *Clínica Peripatérica* de Lancetti (2006), também caracterizado pelo ecletismo, mas que dialoga primordialmente com as elaborações de Deleuze e Guattari. Ora, estas elaborações

teóricas partem de diferentes compreensões de sujeito e de mundo, o que é desconsiderado nos artigos, que apenas sobrepõem umas ideias as outras de modo a configurar uma análise que as torna complementares.

Como bem pontua Evangelista (1992, p. 31, **grifos nossos**), a respeito do pós-modernismo:

Se é impossível a descoberta de um sentido no processo histórico-social, que possa ser racionalmente apreendido, instaura-se o **império da incognoscibilidade com a relativização de todo conhecimento, permitindo uma multiplicidade inesgotável de interpretações, todas válidas**. A realidade teria como característica essencial o seu caráter fragmentário, que impede qualquer possibilidade de síntese ou totalização, que aprenda o real [ou mesmo de elaborações teóricas que visem compreender os fenômenos sociais].

Com base no exposto acerca do ecletismo, defende-se que as elaborações voltadas à compreensão da estratégia de RD, bem como o fenômeno do uso de substâncias psicoativas, não devem significar ou permitir possibilidades para a junção superficial de sistemas teóricos com bases filosóficas distintas/opostas. Isso pode acontecer quando não se deixam estabelecidos de forma clara os pressupostos teóricos utilizados na análise. Ao contrário, a RD como uma elaboração teórica e científica, que visa aos cuidados dos sujeitos adictos, deve negar as elaborações científicas que obscurecem a compreensão do real ou mesmo desconsideram as diferenças entre as teorias, que nada mais são que a expressão das contradições da realidade objetiva.

2.1.3 Sobre as categorizações estabelecidas e a problemática dos artigos que não anunciam e não foi possível identificar o referencial teórico de análise

A categorização intitulada “omissão e não identificação do referencial teórico adotado” abarca os artigos que não anunciam sob quais bases teóricas a discussão foi feita e mesmo com a leitura sistematizada não foi possível identificar a utilização de autores ou referenciais predominantes que norteiam a análise de modo geral. Vale pontuar ainda que nos artigos dos autores: Mangueira, Guimarães, Mangueira, Fernandes, Lopes (2015 – **Artigo 7**), Lermen, Dartora e Capra-Ramos (2014 – **Artigo 15**), constatou-se a utilização pontual de referências teóricas que se localizam no campo pós-moderno.

Contudo, optou-se por não os classificar como pertencentes ao campo pós-moderno, visto que estas teorias aparecem pontualmente.

A seguir, apresentar-se-á uma tabela com maiores informações acerca dos artigos classificados como omissão e não identificação do referencial teórico adotado.

Tabela 3 - Artigos caracterizados como omissão e não identificação do referencial teórico adotado (total de 12 artigos):

Autores	Fundamentação Teórica
Mangueira, S. O.; Guimarães, F. J.; Mangueira, J. O.; Fernandes, A. F. C.; Lopes, M. V. O., 2015 – Artigo 7 ⁴⁷	Marcado pela utilização de referencial pós-moderno. O artigo é também marcado por um caráter descritivo que não deixa clara sob qual base teórica se sustenta a análise, ou melhor, nem se propõe a fazer uma análise. Os autores do artigo apontam que “A apresentação dos resultados e a discussão dos dados obtidos foram feitas de forma descritiva [...]” (p. 159, grifos nossos). Na discussão, para além dos artigos analisados por esta pesquisa, os autores trabalham com a definição de RD segundo Passos e Souza, (2011 – Artigo 28), artigo localizado no campo pós-moderno – consta na tabela anterior. Expõem os profissionais de saúde enquanto agentes no processo de transformação social (Silva et al., 2007) e compreendem que as consequências do uso de álcool são desemprego, violência e criminalidade, etc (Moraes et al, 2006).
Lermen, H. S.; Dartora, T.; Capra-Ramos, C., 2014 – Artigo 15 ⁴⁸	Marcado pela utilização de referencial pós-moderno. As discussões que envolvem a RD têm como referências: Alves (2009 – Artigo 35), Bucher e Oliveira (1994), sendo a definição de RD dada segundo Nardi e Rigoni (2005), em que se destacam aspectos já abarcados por outros autores. A respeito desta última referência, tem-se uma produção que se utiliza fundamentalmente de Foucault, além dos autores Paulo Freire e Robert Castel. As autoras trabalham ainda com o conceito de vulnerabilidade (Ayres, França-Junior, Calazans e Saletti-Filho, 2008) – próximo a Saúde Coletiva. Ao analisarem os sujeitos usuários do cárcere, fazem uma análise social e econômica, denunciando a criminalização da pobreza.
Kantorski, L. P.; Jardim, V. M. R.; Oliveira, M. M.; Ferreira, R. Z.; Espírito-	Os autores trazem que “A apresentação deste estudo pertence à pesquisa intitulada “Redes que reabilitam – avaliando experiências inovadoras na composição

⁴⁷ Nesta produção, considerou-se a expressão da ambiência cultural pós-moderna tanto pelo aspecto descritivo quanto pela utilização da referência Passos e Souza (2011 – **Artigo 28**) para definir a RD.

⁴⁸ Nesta produção, considerou-se a expressão da ambiência cultural pós-moderna pela definição de RD retirada dos autores Nardi e Rigoni (2005), que se ancoram na genealogia de Foucault.

Santo, M. O.; Aguiar, R. L., 2014 – Artigo 12	de redes de atenção psicossocial” (REDESUL), com abordagem quantitativa, descritiva e transversal. Entretanto, esse recorte apresenta uma análise descritiva. ” Esta pesquisa não foi encontrada por nós. O artigo expõe ainda o conceito de clínica ampliada segundo Cunha, G. T. (2004), autor que se baseia em Campos (1997). A RD é apresentada segundo Ministério da Saúde (2008).
Inglez-Dias, A.; Ribeiro, J. M.; Bastos, F. I.; Page, K., 2014 – Artigo 16	Os autores trazem contribuições do modelo norte-americano de RD para as políticas de redução de danos no Brasil. Evidenciam a falta de monitoramento e avaliação das ações no contexto brasileiro e o pragmatismo destas ações, além de apontarem contribuições no que se refere à atuação dos agentes redutores de danos. A RD é definida segundo a referência Brasil (2009).
Machado, L. V.; Boarini, M. L., 2013 – Artigo 19	Durante o histórico, as autoras apresentam como a regulamentação do uso de droga acontece. Fazem uma contextualização histórica, abarcando aspectos econômicos. Demonstram ainda os interesses políticos por detrás da regulação do consumo de drogas, mais especificamente no caso brasileiro. Demarcam que o fenômeno do uso de drogas é multideterminado e que as ações de RD devem ser planejadas de acordo com o contexto sociocultural em que são aplicadas. As discussões acerca da saúde bem como da RD envolvem a utilização dos autores Domanico (2006), Czeresnia (2003), Ayres, Junior, Calazans e Filho (2003).
Elias, L. A.; Bastos, F. I., 2011 – Artigo 25	Os autores demarcam as questões sociais (desigualdades sociais entre as classes sociais) acerca da saúde, de modo a privilegiar o diálogo mais amplo com a saúde pública. Pontuam a necessidade de integração das ações em RD e a saúde pública. O artigo traz contribuições relevantes a esse respeito, entretanto, não foi possível identificar uma abordagem teórica precisa. A RD é definida segundo Brasil (2007).
Barbosa, J., 2011 – Artigo 27	Denomina a contemporaneidade como sociedade de risco (Beck, 1992) ⁴⁹ . Aponta os conceitos de advocacia social, empoderamento (Vasconcelos, 2001), mediação-assistência, mediação-acessibilidade, mediação-dinamização (Almeida,

⁴⁹O artigo apenas trata a contemporaneidade como “sociedade de risco”, termo que não é definido, é apenas citado e acompanhado da referência Beck (1992). Há aqui uma controvérsia entre autores que afirmam que este pensador abre brechas para um relativismo que culmina nas teorias da pós-modernidade e outros que afirmam que não se trata de uma teoria pós-moderna. Contudo, não foram encontrados materiais que discutem este conceito segundo uma análise marxista. Não sendo objetivo desta dissertação analisar a obra de Ulrich Beck e, considerando que o artigo utiliza-se, ainda que pontualmente, de autores do campo da cognitivo-comportamental como Allan Marlatt, optou-se por classificá-lo como omissão e não identificação do referencial teórico adotado.

2002). Para tratar de RD, utiliza-se de Marlatt (1999) no sentido desta estratégia dar voz aos usuários nas decisões relacionadas ao tratamento e estratégias de proximidade Marlatt e cols. (2007).

Andrade, T. M., 2011 –
Artigo 29

O artigo disserta acerca da relação entre a RD e a ESF, mostrando os problemas da baixa cobertura da ESF e as consequências disso no trabalho realizado pelos CAPSad, apontando a necessidade de integração entre RD e ESF. Observa ainda as vulnerabilidades sociais e carências nos campos da saúde e da educação, as quais estão submetidas as populações menos favorecidas. O artigo apresenta aspectos importantes na análise, entretanto não foi possível identificar a abordagem teórica.

Medeiros, P. F. P.;
Bezerra, L. C. A.; Santos,
N. T. V.; Melo, E. O., 2010
– **Artigo 31**

Os autores do artigo apontam que com a sociedade capitalista a droga se transforma em mercadoria e que a abordagem da RD compreende que os danos decorrentes do uso de drogas se localizam na interação entre sujeito, substância e contexto sociocultural (Velo, Carvalho e Santiago, 2004). Notam-se análises pertinentes acerca da compreensão da estratégia de RD, entretanto, não foi possível identificar a abordagem teórica utilizada.

Alves, V. S., 2009 –
Artigo 35

A autora realiza uma análise do discurso acerca das políticas públicas de drogas no Brasil, em que o corpus de análise foi feito segundo Bauer e Aarts (2003). A autora observa ainda que "Para tanto, parte-se do pressuposto teórico de que das políticas públicas na área de álcool e outras drogas emanam as racionalidades ou lógicas que orientam as práticas de atenção em saúde" (p. 2310). O artigo versa sobre o histórico da PRD, evidenciando a contraposição ao modelo proibicionista. Expõe elementos históricos internacionais e suas influências na história da política de drogas brasileiras e demonstra a origem dos modelos proibicionista e da RD, fazendo uma defesa deste último. Observa-se, entretanto, a impossibilidade de identificação do referencial teórico adotado.

Bravo, O. A., 2009 –
Artigo 36

O autor não anuncia sob qual base teórica a análise é realizada, contudo, trabalha com o conceito de vulnerabilidade (social, institucional e individual) segundo Breilh (2003) – autor do campo da Saúde Coletiva. No que se refere à RD traz a não exigência da abstinência como única meta, caracterizada pelo resgate da cidadania e reinserção social dos usuários de drogas. A respeito da interpretação das informações os autores trazem que o "[...] resultado produzido no nível instrumental adquire seu sentido

dentro de um processo de interpretação, que se expressa numa temporalidade teórica” (González Rey, 1997, p. 75). Há possíveis problemáticas envolvendo a epistemologia defendida por Rey nesta obra, mas como não é objetivo desta dissertação analisá-la e, considerando o exposto, optou-se por caracterizar este artigo como omissão e não identificação do referencial teórico adotado.

Garcia, M. L. T.; Leal, F. X.; Abreu, C. C., 2008 – **Artigo 38**

O artigo objetiva realizar uma discussão teórica acerca de como a Política Nacional Antidrogas e a Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e Outras Drogas ensejam a luta entre as lógicas de segurança pública e saúde pública. O histórico mostra como as políticas acerca das drogas refletem múltiplos interesses. Nota-se ainda a consideração de aspectos econômicos na análise. Problematisa ainda o papel do Estado sob moldes neoliberais. Considera-se que este artigo traz análises pertinentes em relação à forma como se dá a produção da vida social e a questão das políticas públicas sobre drogas, todavia, demarca-se a omissão e não identificação do referencial teórico adotado.

Há uma ressalva que vale ser mencionada e se refere aos artigos: Bravo (2009 – **Artigo 36**); Garcia, Leal e Abreu (2008 – **Artigo 38**); Medeiros e cols. (2010 – **Artigo 31**); Elias e Bastos (2011 – **Artigo 25**); Machado e Boarini (2013 - **Artigo 19**); Lermen, Dartora e Capra-Ramos (2014 – **Artigo 15**). Conforme demonstrado na tabela, estes artigos apresentam avanços para o campo da RD, visto que há análises pertinentes e que consideram os aspectos econômicos, as classes sociais, a desigualdade social, o contexto do neoliberalismo, a criminalização da pobreza, ainda que, na maioria das vezes, tais termos não sejam tratados no sentido marxiano de análise. Tais pontos são considerados cruciais na análise do consumo de drogas e da RD como política social. Contudo, prevaleceu a dificuldade de circunscrever tais artigos dentro de um referencial teórico bem demarcado, visto que as próprias produções não dão suporte para tal. Diante deste cenário, a análise a seguir se volta especialmente para os outros artigos que compõem a tabela (Alves, 2009 – **Artigo 35**; Andrade, 2011 – **Artigo 29**; Barbosa, 2011 - **Artigo 27**, Inglez-Dias e cols., 2014 – **Artigo 16**; Kantorski e cols, 2014 – **Artigo 12**; Mangueira e cols., 2015 – **Artigo 7**), nos quais o caráter descritivo e de desconsideração dos aspectos demarcados acima (esfera econômica, classes sociais, etc.) prevalece, colocando estas

produções como extremamente problemáticas e divergentes em relação aos reais interesses da classe trabalhadora.

A omissão e a não identificação do referencial teórico adotado estão em consonância com o cenário de surgimento da RD apresentado no primeiro capítulo, caracterizado pela falta de bases epistemológicas bem como pelo pragmatismo das ações. Além disso, está em consonância com Santos (2008), que aponta para o fato de que a RD não demonstra claramente sob quais bases teóricas está ancorada e acrescenta que

A redução de danos, como qualquer prática social, reflete as diferentes concepções em disputa no campo dos saberes e das práticas sobre a produção, o comércio e o consumo de substâncias psicoativas, **podendo-se falar concretamente na existência de várias reduções de danos** (Santos, 2008, p. 14, **grifos nossos**).

Ademais, Santos, Soares e Campos (2010)⁵⁰ consideram a RD como uma alternativa de prática de saúde no que se refere ao uso de substâncias psicoativas e os problemas advindos deste uso, de modo a propor um cuidado mais humanizado e ético. Entretanto, trazem que “[...] a RD tem se revestido de um excesso de pragmatismo, muitas vezes reproduzindo práticas **sem demonstrar claramente em que bases teóricas está ancorada**” (Santos, Soares e Campos, p. 996, **grifo nosso**). Paes (2006) também aponta que em determinadas obras que visam discutir acerca do consumo de drogas e da RD os “[...] fundamentos estão tão embaralhados que dificultam sobremaneira a identificação de um ou mais referenciais teóricos específicos”. A partir disso, afirma-se que os resultados dos artigos analisados (circundante aos últimos 10 anos e referentes à base Scielo), especialmente aqueles incluídos como omissão e não identificação do referencial teórico adotado (Alves, 2009 – **Artigo 35**; Andrade, 2011 – **Artigo 29**; Barbosa, 2011 - **Artigo 27**, Inglez-Dias e cols., 2014 – **Artigo 16**; Kantorski e cols, 2014 – **Artigo 12**; Manguiera e cols., 2015 – **Artigo 7**) configuram um cenário caracterizado por um emaranhado de fundamentos que dificultam, consideravelmente, precisar a adoção de determinado referencial teórico ou mesmo mais de um, tal como apontado pelos autores supracitados.

Santos (2008) realizou uma pesquisa que objetivou, em linhas gerais, tecer contribuições teóricas acerca da RD, norteando-se pelas produções da Saúde Coletiva, bem como pelo método dialético. Na investigação feita, o autor analisou as publicações

⁵⁰Esta publicação é oriunda da pesquisa realizada por Santos (2008).

sobre a temática da RD, no período de 1994 a 2006. Em sua discussão demonstrou os déficits nos investimentos da produção teórica, conseqüentemente, o excesso de pragmatismo, pontuando as compreensões desconectadas e desvinculadas da totalidade social. O autor encontrou ainda uma variedade de concepções acerca do sujeito (a quem se direcionam as ações) e objeto (o que se pretende transformar) da Redução de Danos, o que demonstrou a heterogeneidade na compreensão acerca desta política, resultados corroborados também nesta dissertação.

Contudo, a mesma pesquisa conclui que um número considerável de publicações compreendem o sujeito da RD como classe social e o objeto da RD como o sistema de produção, distribuição e consumo de drogas. Este dado demonstra um cenário que se pode denominar avançado em relação ao pragmatismo e à falta de bases teóricas que, historicamente, subsidiaram esta estratégia. Ao mesmo tempo, este resultado se distancia, neste aspecto, do panorama demonstrado neste segundo capítulo da dissertação. Ademais, Santos, Soares e Campos (2012) demonstraram importantes variedades em relação às teorizações produzidas nos países de capitalismo central e os de capitalismo periférico, de modo a demonstrar que as discussões acerca da fundamentação teórica da RD estão presentes quase que exclusivamente nas publicações da América Latina. Dessa forma, apontam que nos países da América do Sul as discussões estão se constituindo de maneira ampla e crítica de modo a contribuir para a reestruturação das políticas públicas nesta área das drogas.

Canoletti e Soares (2005) também analisam as publicações científicas sobre prevenção do uso de drogas, abarcando o período entre 1991 e 2001 e apontam que as discussões ficavam circunscritas à prescrição de modelos. Soma-se a isso que as investigações possuíam como embasamento diversificadas perspectivas teórico-metodológicas que, superpostas, configuravam um cenário caracterizado pela pouca clareza de conteúdo bem como de objetivos. Nota-se que a questão do uso de drogas, também no que se refere à prevenção, é perpassada pela adoção de diferentes referenciais teóricos que pouco contribuem para a compreensão e a defesa de atuações sólidas diante da problemática em torno das drogas. Verifica-se, todavia, que há muito a se avançar sobre o tema da Redução de Danos e a questão das drogas, especialmente no que se refere à elaboração de um referencial ou mesmo mais de um, que seja consistente para nortear a prática neste campo.

Cabe evidenciar ainda que não se trata de considerar que as produções analisadas neste tópico são neutras. Em uma análise, segundo o método materialista histórico-

dialético, considera-se que não há uma cisão entre filosofia e ciência e isso significa que toda ciência se respalda em uma filosofia, isto é, em uma explicação do ser social e em uma compreensão acerca da realidade social. É, nesse sentido, que “[...] toda teoria [ou produção] do conhecimento se apoia, **implícita ou explicitamente**, sobre uma determinada teoria da realidade e pressupõe uma determinada concepção da realidade mesma” (Kosik, 2002, p. 33).

Dito em outras palavras,

Ao elaborarem suas teorias, porém, os indivíduos expressam, no nível teórico, **de modo consciente ou não**, os interesses mais profundos das classes sociais. Isto significa que também no processo de construção do conhecimento existe uma articulação entre o sujeito coletivo (classes sociais) e o sujeito individual (indivíduo singular), sendo o primeiro o momento predominante (Tonet, 2013, p. 17).

Portanto, por mais que nos artigos analisados não esteja explícito o referencial teórico utilizado, **não se trata de tomá-los como produções científicas neutras**. Ao contrário, trata-se de questionar como se dá uma análise que se volta a pensar o cuidado dos usuários de drogas perante uma opção que obscurece uma demarcação clara e coerente em relação à concepção de ser humano e de mundo. A propósito, tais concepções são essenciais para compreender quem é o sujeito para o qual as ações de RD se direcionam e em que contexto histórico e social este indivíduo se localiza e, a partir disso, fundamentar práticas de cuidado.

É sob o ponto de vista marxista de análise, que Lessa (2013, p. 11) afirma que

Não é raro que uma dada noção apenas possa cumprir sua **função ideológica** se for imprecisa. [...] No debate de ideias em uma sociedade de classes, toda imprecisão serve à classe dominante; sendo as ideias dominantes aquelas da classe dominante, as imprecisões tendem a ser interpretadas no sentido mais adequado a esta última.

Diante disso, o que caracteriza a ideologia não é, necessariamente, uma falsa consciência do real, mas sua função social, isto é, para que uma expressão ideal seja ideologia, é necessário que esta atue como mediadora da conscientização e planejamento

da prática social dos seres humanos. A ideologia necessita, portanto, desempenhar uma função específica, efetiva e ampla na vida cotidiana, em síntese, ser compreendida do ponto de vista ontológico e prático. Há que se considerar que, numa sociedade dividida em classes, entra em jogo um conflito de interesses antagônicos que passa a ser fundamental na configuração da realidade concreta (Vaisman, 2010).

Nesse caso, a ideologia, que busca compreender e resolver os problemas e necessidades da vida social está atravessada pela luta de classes: “[...] a ideologia passa a se manifestar como um instrumento ideal por meio do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais, em diversos planos e níveis” (Vaisman, 2010, p. 50). Nesse sentido, há, portanto, um conjunto de ideias antagônicas, cada um deles correspondente à determinada classe social. Trata-se, portanto, da configuração de uma conceituação mais restrita de ideologia, que passa a ser instrumento de conscientização, bem como de luta social, visto que são expressões ideais que se dão na sociedade dividida em classes antagônicas. É por meio da ideologia que os sujeitos, enquanto classe social, se “[...] conscientizam e enfrentam conflitos derivados de seus interesses opostos” (p. 50). Nesse sentido, os interesses da classe dominante se expressam em seu conjunto de ideias e têm como finalidade a manutenção da sociedade tal como ela está organizada, já a ideologia da classe subjugada deve corresponder à necessidade de mudança radical desta forma de sociabilidade.

Tem-se, portanto, que a falta de clareza das bases teóricas da estratégia de Redução de Danos bem como a das publicações analisadas neste tópico refletem um grave problema a ser enfrentando na práxis social. Visto que a falta de demarcação clara de um conceito de ser humano - enquanto produto de uma sociedade dividida em classes - e de sociedade, contribuem, para mascarar e obscurecer a compreensão do real. Isso pode culminar num favorecimento dos interesses da classe burguesa, conforme apontado por Lessa (2013), pois é a esta classe, privilegiada em diversas facetas da vida social, que interessa o falseamento ou o não conhecimento da essência da ordem social de modo a justificar e explicar sua manutenção. Não se trata de afirmar que os autores citados intencionalmente o fazem, porém, mesmo que não seja um posicionamento consciente, somente uma análise radical no âmbito do debate científico permitirá estabelecer tais limites, bem como propiciar o avanço com relação à construção de um conhecimento acerca da RD voltado, de fato, para os interesses da classe trabalhadora.

Verifica-se, portanto, que a falta de um referencial teórico na compreensão dos fenômenos sociais – dentre eles a questão das drogas e a RD - pode culminar em graves

consequências no que se refere ao conhecimento da realidade que, segundo o materialismo histórico-dialético, perpassa necessariamente pela expressão das contradições imperantes na sociabilidade tardo-burguesa. Dessa forma, impõe ainda limites - operados pelo não posicionamento – em relação à necessidade de adotar a perspectiva da classe trabalhadora bem como apontar para as possibilidades de superação radical do *status quo*.

Ademais, é possível estabelecer ainda relações entre a ideologia pós-moderna imperante na contemporaneidade e a não necessidade de estabelecer um referencial teórico de análise, conforme encontrado nas produções da RD categorizadas como ‘omissão e não identificação do referencial teórico adotado’. O pensamento pós-moderno se apresenta como ideologia, ou seja, como falsa consciência: falsa porque não reconhece seus condicionantes históricos e consciência visto que propicia um tipo de conhecimento que opera sobre o comportamento dos sujeitos singulares e sobre a vida prática. Configura-se, portanto, como uma das diversas ideologias específicas deste momento histórico, como um “espelho da sociabilidade tardo-burguesa”, tal como já discutido no primeiro capítulo (Netto, 2010).

E ao tomar de maneira acrítica o complexo societário atual – mundialização do capital, hipertrofia das dimensões especulativo-financeiras, aspectos que aparentemente se apresentam como fluidos e voláteis – “o pós-modernismo se instaura [...] como uma ideologia funcional à sociedade tardo-burguesa, com todas as consequências aí implicadas” (Netto, 2010, p. 266-7). Recorre-se aqui à explicação acerca da ideologia pós-moderna a fim de estabelecer possíveis interlocuções entre ela e a falta de bases epistemológicas imperante nos artigos analisados. Não se pretende, contudo, afirmar que isso se deve única e exclusivamente à pós-modernidade, mas que se identifica nela uma das facetas que podem auxiliar na compreensão do porquê de o panorama geral dos artigos não possuir uma teoria sólida e fundamentada.

Rouanet (1987)⁵¹ defende que há um novo irracionalismo brasileiro, novo visto que é marcado por teóricos e militantes de esquerda e reivindica-se oposição ao sistema. Tal pensamento estabelece consonância com tendências de elaborações europeias, mas

⁵¹Este pesquisador, segundo Netto (2000), possui filiações com o pensamento de Habermas, contudo, ainda que esta não seja a abordagem teórica adotada nesta dissertação, considera-se que a análise empreendida por Rouanet no capítulo *O novo irracionalismo brasileiro* (publicado em 1987) realiza constatações importantes acerca do novo irracionalismo que passa a predominar no país, especialmente no que se refere às formas que ele assume e a reivindicação de posições políticas de esquerda. E, de acordo com Netto (2000), a análise realizada prevalece válida atualmente.

possui ainda raízes brasileiras internas marcadas fortemente pela política educacional oriunda do regime militar que eliminou dos currículos ideias universalizantes e valores humanísticos. Ademais, o modelo político e econômico do país, caracterizado pela dependência externa, autoritarismo e elitismo estimulou o surgimento de tendências antiautoritárias, anticolonialistas e antielitistas que foram penetradas pelo irracionalismo.

Diante disso, nota-se uma desqualificação da razão que tem como influência determinados modismos, dentre eles o neonietzchianismo, que se caracteriza, por um lado, pela recusa da teoria e, por outro lado, pela fetichização da prática. Este cenário configura um irracionalismo que atinge os âmbitos comportamental, teórico e político culminando numa estimulação de práticas e ativismos puros que recusam toda e qualquer espécie de teoria. Esta é compreendida como especialidade dos intelectuais e isso poderia estabelecer um saber e competência autoritários, dessa forma, para o irracionalismo “[...] o próprio ato de invocar uma teoria pode ser visto como autoritário” (Rouanet, 1987, p. 127). Institui-se, assim, uma renúncia à teoria que conduz a uma prática de ensaio e erro e a ações políticas pontuais, compreendendo a razão como o cerne do problema e negando a importância de um referencial teórico que possibilite a apreensão dos mecanismos de produção da vida material que engendram e determinam as relações de poder na sociedade capitalista.

Como reflexo do mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, permeado pelo consumismo e pela indústria cultural, apresenta-se um estilo de cultura pós-modernista superficial, descentrada, eclética e pluralista. Dessa forma, o conhecimento científico também tem suas fronteiras questionadas em relação ao saber popular e, por isso, considera-se autoritário sobrepor um tipo de conhecimento a outros, de modo a defender uma igualdade entre ambos (Eagleton, 1999). Isso poderia ser expresso pela não necessidade de um campo teórico demarcado visto que a fluidez da contemporaneidade somente poderia ser analisada e compreendida por meio de vários arcabouços teóricos de diferentes bases epistemológicas.

Defende-se que a organização da sociedade tardo-burguesa, marcada pelos elementos destacados no primeiro capítulo, tem como consequência uma hipercentralidade da subjetividade que se manifesta nas diversas áreas da vida social e também na esfera do conhecimento. Isso se dá de maneira mais extrema no irracionalismo – característica do pensamento pós-moderno – mas também no neoiluminismo, pragmatismo e outras. Todas enfatizam a subjetividade em detrimento da objetividade, seja de modo parcial ou total, ora recusando quaisquer possibilidades de transformação

radical da sociabilidade capitalista, ora almejando reformas superficiais, ora atribuindo papel excessivo à esfera política como capaz de possibilitar a realização plena de todos os sujeitos (Tonet, 2013).

De acordo com as elaborações de Lukács, Vaisman (2010) afirma que a filosofia se volta a compreender as questões que se referem à essência do gênero humano, bem como seu destino. Objetiva analisar, interpretar e apontar para possíveis resoluções acerca dos conflitos decisivos que se põem na realidade social, por meio de elaborações que variam, portanto, de acordo com o momento histórico. Isso se relaciona com o entendimento lukacsiano da relação fundamental e ineliminável entre generidade e individualidade que caracterizam o ser social, sendo que é na relação recíproca entre ambos que se dá a humanização do ser humano. Em cada etapa do desenvolvimento histórico, generidade e individualidade possuem estruturas diferenciadas e isso se expressa em nível da consciência, a qual enfatiza ora um destes aspectos ora outro. A história demonstra este movimento: há períodos em que o potencial de desenvolvimento individual e do gênero humano se aproximam mais e a ênfase é dada ao aspecto genérico, por exemplo: o Renascimento e o Iluminismo, em que os conflitos foram vividos intensamente. Por outro lado, há períodos nos quais:

[...] a estrutura social do momento tende a cancelá-los [conflitos], por isso a generidade aparece como uma simples acomodação às condições dadas, ou – e é o seu natural polo oposto – se faz da individualidade “pura”, privada de generidade, o conteúdo emotivo dos homens, como acontece, por exemplo, hoje. A tensão entre particularidade e generidade, ou seja, a questão da individualidade autêntica, nunca desaparece de todo, naturalmente, nem em tais períodos, sendo um resultado necessário do desenvolvimento histórico-social; todavia, muito raramente recebe uma expressão ideológica adequada (Lukács, 1981, p. 527 citado por Vaisman, 2010, p. 55).

Neste trecho, Lukács se apresenta profundamente atual. A ênfase nas esferas subjetivas e individuais, de modo a desconsiderar a categoria da totalidade ou mesmo a generidade humana é visível nas teorias pós-modernas, bem como nas produções acerca da RD categorizadas como ‘omissão do referencial teórico adotado’ e ‘oriundos do campo pós-moderno’. Conforme apresentado no primeiro capítulo, tais elaborações teóricas são resultantes de aspectos históricos e sociais da contemporaneidade. E, em concordância

com a afirmação lukacsiana, pode-se afirmar que não se tratam de expressões ideológicas que permitem uma apreensão da essência da realidade objetiva, além de apresentarem sérias fragilidades em relação à compreensão do fenômeno do uso de drogas e a condução das análises acerca do cuidado pautado na estratégia de RD.

O resultado disto é que, hoje, nos encontramos numa situação extremamente difícil. De um lado, produziu-se um “**espírito de superficialidade**”, **que se manifesta no elevado consumo de modas teóricas**; na ausência de seriedade com que são abordados, citados ou até descartados autores – especialmente certos autores, – na **despreocupação com uma fundamentação rigorosa** [...] (Tonet, 2013, p. 61).

Deste cenário, ressaltam-se, portanto, grandes desafios e lacunas teóricas e de apreensão da realidade objetiva no que se refere ao consumo das drogas e às estratégias de RD. Não se busca negar os avanços operacionalizados em termos de oposição àquilo que é preconizado pela guerra às drogas, mas há ainda muito o que avançar.

2.2 Considerações acerca da *Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas*

Procurar-se-á demonstrar neste tópico, ainda que brevemente, que há uma relação estreita entre concepções pós-modernas expressas pela *Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas* e as que subsidiam as investigações no campo da RD. Nesse sentido, serão problematizados a seguir a relação entre os conceitos de **método clínico-político, clínica como desvio e agenciamento**, numa investigação que se pretende introdutória acerca desta temática.

Vale destacar que o documento denominado acima estabelece as diretrizes para a *Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema de Saúde (SUS)* (Brasil, 2011) e o *Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e Outras Drogas* (Brasil, 2009). Nessa medida, a política reafirma a gravidade do problema do uso abusivo de álcool e outras drogas como uma questão de saúde pública. Admite-se, portanto, que o país precisa compensar o histórico atraso de reconhecimento desta demanda e de propostas para tal, propondo um

enfrentamento e a construção coletiva ao problema e assumindo de modo integral a prevenção, o tratamento e a reabilitação dos usuários. A Redução de Danos - desvinculando-se da ligação que anteriormente se resumia quase que exclusivamente à prevenção das DST/Aids - passa a ser, então, a estratégia que norteia o SUS e as ações de saúde pública no país: sem estabelecer como meta principal a abstinência e sim uma redução dos danos causados pelo uso exacerbado de substâncias psicoativas. Dessa forma, reconhecem-se os usuários em sua singularidade, traçando estratégias juntamente a eles e tendo como objetivo a defesa da vida. Preconiza-se a necessidade de uma atenção integrada, o fortalecimento da rede de assistência, consideram-se ainda as especificidades de cada território, em suma, o tratamento consiste no aumento do grau de liberdade e co-responsabilidade do usuário, articulando a rede assistencial em saúde mental e princípios da Reforma Psiquiátrica, em compatibilidade com os princípios do SUS (Brasil, 2004).

Salienta-se ainda que esta política traz a RD como um **método clínico-político**:

Indicar o paradigma da redução de danos – estratégia de saúde pública que visa a reduzir os danos causados pelo abuso de drogas lícitas e ilícitas, resgatando o usuário em seu papel autoregulador, sem a preconização imediata da abstinência e incentivando-o à mobilização social – nas ações de prevenção e de tratamento, **como um método clínico-político de ação territorial inserido na perspectiva da clínica ampliada** (Brasil, 2004, p. 24, **grifos nossos**).

Além disso, na leitura completa do documento encontram-se outros **dois conceitos** que possuem suas definições de acordo com as teorias pós-modernas, mais especificamente as elaborações de Foucault, Deleuze e Guattari. **O primeiro deles é o de clínica como desvio**, que fornece suporte para compreender o que significa a RD como método clínico-político. Isso significa que, a fim de garantir a complexidade do problema do uso de drogas, o conceito de clínica perpassa tanto por acolher a história de vida e o/a usuário/a quanto produzir um desvio, no sentido de promover outra história e novas possibilidades de existência. Ou, segundo o referido documento (Brasil, 2004, p. 10):

Queremos resgatar aqui o duplo sentido da clínica: o de “inclinarse” (klinikós), acolhendo o paciente e sua história, e o de produzir um desvio (clinamem) para

produzir outra história, outra possibilidade de existência (Benevides, 2001)⁵². Queremos também resgatar o sentido de saúde coletiva que “implica em levar em conta a diversidade e especificidade dos grupos populacionais e das individualidades com seus modos próprios de adoecer e/ou representarem tal processo” (Paim, 1980).

Tal trecho conduziu a investigação aqui realizada à referência de Barros e Passos (2001), a fim de compreender melhor do que se trata este duplo sentido da clínica. Os autores postulam em seu texto, com base nas contribuições de Deleuze e Guattari (1996/1980) e a obra de Foucault, que o sentido de desvio se refere à potência de geração do mundo. O desvio, a instabilidade, é também característica do contemporâneo, o qual a clínica é forçada a habitar. Afirmam, também, a necessidade de resgatar a história, no sentido de extrair processos de produção, desnaturalizar os acontecimentos de modo a transparecer as relações de poder que estruturam a realidade. Dessa forma, articula-se clínica e história, o que inclui necessariamente assumir a dimensão política da clínica:

[...] é apostar na força de intervenção sobre a realidade efetuada apostando nos processos de produção de si e do mundo. Neste sentido, o conceito clínico para nós mais importante não é o de sujeito, mas o de produção de subjetividade, tal como ele é proposto por Deleuze e Guattari (1976/1972; 1997/1980; 1996/1980) e por Guattari (1992). Se defendemos a clínica como uma política temos sempre que nos perguntar qual política tal clínica produz, que efeitos-subjetividade instaura (Barros & Passos, 2001, p. 92).

A ação clínico-política se compromete, portanto, com a individuação, entendida sempre no coletivo e não dissociável do campo da realidade individuada, logo é uma produção de subjetividade, de criação de si e em favor da vida. O exercício desta clínica enfrenta a dificuldade de lidar com a inevitabilidade do biopoder, ou seja, as maneiras de

⁵²No documento do Ministério da Saúde, no corpo do texto, consta a referência: Benevides (2001), conforme evidenciado no trecho. Entretanto na bibliografia, ao final, tal referência aparece como “Benevides de Barros, R. & Passos, E. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. Psicologia Clínica. Rio de Janeiro. PUC/RJ. CTCH, Departamento de Psicologia, v. 13, nº 1, 2001, p: 91” (p. 47). Como, nesta dissertação, serão trazidas análises deste artigo, utilizar-se-á como referência: Barros e Passos (2001). Mas se trata da mesma produção utilizada pelo documento oficial.

controle, vigilância e disciplina sociais, que compõem forças de assujeitamento. Nesse sentido, tem-se uma clínica que se dá na sociedade de controle, em que os mecanismos de controle e poder se dão muito mais de maneira fluida, ao ar livre, do que através de instituições disciplinares rígidas, o que exige uma reformulação das formas de luta (Barros & Passos, 2001).

O segundo é o conceito de agenciamento, que na *Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas* aparece sem referência e sem maiores explicações do seu significado, no seguinte trecho:

Se nas práticas de saúde nosso compromisso ético é o da defesa da vida, temos de nos colocar na condição de acolhimento, em que cada vida se expressará de uma maneira singular, mas também em que cada vida é expressão da história de muitas vidas, de um coletivo. Não podemos nos afastar deste intrincado ponto onde as vidas, em seu processo de expansão, muitas vezes sucumbem ao aprisionamento, perdem-se de seu movimento de abertura e precisam, para desviar do rumo muitas vezes visto como inexorável no uso de drogas, de **novos agenciamentos e outras construções**. (Brasil, 2003, p. 10).

Dado que o documento utiliza-se de conceitos oriundos originalmente de Foucault, Deleuze e Guattari presume-se que daí também advém a noção de agenciamento. O dispositivo ou agenciamento produz “acontecimentos insólitos, revolucionários e transformadores”, sendo composto por materialidades variáveis assim como é seu tamanho e duração, gerando “linhas de fuga do desejo, da produção e da liberdade, acontecimentos inéditos e invenções nunca antes conhecidas” (Baremlitt, 2002, p. 67). Tal categoria compõe a tendência esquizoanalítica e se trata de um artifício que produz inovações e “[...] realidades alternativas e revolucionárias que transformam o horizonte considerado do real, do possível e do impossível”, em que o processo e o objetivo são inseparáveis um do outro e objetiva-se produzir um devir diferencial na subjetividade (Baremlitt, 2002, p. 135). Segundo Baremlitt (2002, pp. 87-8), este conceito, conforme postulado pelos filósofos Deleuze e Guattari, também se trata da produção do novo, dessa forma,

Os dispositivos ou agenciamentos produtivo-desejante- revolucionários gerados por encontros ao acaso das intensidades, ou máquinas desejantes, são capazes de

desestruturar os estratos e territórios [...] propiciando desterritorializações e linhas de fuga pelas quais o desejo e a produção se plasmam em novidades radicais.

Este conceito vai ao encontro, portanto, da concepção de clínica apresentada anteriormente, visto que visa à produção de novas possibilidades de vida, produzir novas subjetividades, permeadas pela produção de outras possibilidades de existência, ou seja, a clínica enquanto desvio. A possibilidade de produzir o novo por meio dos agenciamentos revolucionários que são “gerados por encontros ao acaso das intensidades [...] propiciando [...] novidades radicais” (Baremlitt, 2002, p. 87) remete à ênfase no aspecto subjetivo ou às minorias, que aqui se tornam o sujeito de modificação e de contestação da ordem. Tais concepções caracterizam *A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Alcool e Outras Drogas*. Isso se expressou também fundamentalmente nos artigos classificados como oriundos do campo pós-moderno.

Como se deve conceber, portanto, este conjunto de ideias ou de expressões ideológicas que estão predominando com relação à redução de danos? A produção de desvio, de novas subjetividades e sociabilidades, da forma como é preconizada pelas teorias do campo pós-moderno, conduz a conclusão operada por Tonet (2013, p. 63-4), em que, se “[...] perdido, rejeitado ou nunca efetivamente compreendido o fio condutor que articula todo o processo social – a autoconstrução do homem pelo homem a partir do trabalho – só resta ao sujeito interpretar e “transformar” o mundo segundo critérios por ele mesmo estabelecidos”.

Diante disso, a compreensão da RD perpassada pelo método clínico-político e pela produção de novos agenciamentos tem profundas, ou mesmo opostas, divergências com a concepção marxiana. Considerar o aspecto político da RD significa reconhecer a submissão, em última instância, da esfera política à econômica, não de maneira determinista, mas dialética. É sobre a esfera econômica que se ergue toda uma superestrutura que envolve as formas jurídicas, **políticas**, religiosas, artísticas ou filosóficas, em síntese, as formas ideológicas que expressam esta base material na consciência humana (Marx, 2008). E, implica ainda apontar os limites desta estratégia de saúde, visto que compõe uma política social localizada no cerne do Estado burguês, tema discutido no primeiro capítulo.

A esfera política da sociedade capitalista se consolida juntamente com a concretização da dominância desta classe em nível econômico e político, quer dizer, a consolidação do mundo burguês também se dá no plano abstrato, em que se opera uma

cisão entre a sociedade civil e o Estado (Marx, 2010). A esse respeito, Roio (2014, p. 188) explica que a sociedade civil se expressa “[...] na existência real do indivíduo egoísta com interesses privados concretos, que se faz representar de maneira ideal no cidadão do Estado”. Há, portanto, uma aparente **separação da vida social em suas facetas privada e pública** que são, por sua vez, também aparentemente unificadas pelo direito, numa cisão entre o indivíduo egoísta e o indivíduo cidadão, político. Trata-se da emancipação política, isto é: “[...] de como a sociedade civil, para que se mantivesse sóbria e organizada, projetava um mundo idealizado no Estado, com a sua ideologia e a sua representação política. Mas o foco da contradição em processo está na sociedade civil [...]” (Roio, 2014, p. 191).

[...] Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e torne efetiva a sua essência particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele. (Marx, 2010, p. 40).

Logo, tem-se que no âmbito da produção da vida material opera-se a contradição entre as classes sociais bem como os conflitos entre os burgueses em prol da acumulação de capital. É também no âmbito da sociedade civil que se dá o problema social envolvendo o consumo excessivo de drogas e o tráfico de drogas, caracterizado como uma expressão da questão social.

Já no que se refere à RD, sua localização está no campo político e não econômico da sociedade, dessa forma, assim como a análise da esfera política e do Estado deve estar subordinada às determinações materiais (Marx, 2010), com a RD não é diferente. Defende-se, diante disso, que a estratégia de Redução de Danos que compõe as políticas públicas e ao mesmo tempo tem como princípios a defesa e a reivindicação dos direitos sociais e à saúde por parte dos usuários de drogas seja analisada, portanto, à luz do âmbito político. Ora, a RD contribui para ampliar o alcance da saúde voltado aos usuários de drogas, especialmente os moradores de rua que compõem as diversas facetas do exército industrial de reserva. Além disso, quando tem como princípios a reinserção social e a luta pela garantia e ampliação dos direitos desta população também contribui para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Entretanto, como esta estratégia se localiza na esfera

política, ela esbarra, fatalmente, na natureza do Estado, logo não se constitui como uma via que garante a superação da desigualdade e da miséria, ou melhor, da questão social e suas diversas expressões.

Há, portanto, uma relação intrínseca entre os problemas relacionados às drogas (uso/abuso e tráfico de drogas) e a desigualdade social e uma proposta de “solução” que não atua no cerne da questão. Os desafios, nesse sentido, são imensos inclusive no que se refere às estratégias de tratamento, ou melhor, ao âmbito da RD. Daí decorre todos os seus limites: uma atuação que se insere na esfera política, num enfrentamento ao problema sob a forma de política pública que é setorializada, fragmentada, com poucos investimentos, caracterizada pela privatização, problemas acrescidos pelo neoliberalismo, segundo Behring e Boschetti (2009) e que não permite ir ao cerne dos problemas relacionados às drogas.

Diante disso, “A crítica marxiana serve para alertar sobre possíveis ilusões quanto aos limites e possibilidades reais das políticas públicas, da democracia e da defesa da esfera pública, pois os seus limites são os mesmos da emancipação política” (Lacerda, 2016, p. 266). Quer dizer, é possível “redimensionar todos os debates sobre [...] as refrações da questão social e repensar as efetivas possibilidades de uma “Psicologia do compromisso social” ou da função real da busca por realizar transformações sociais mediante apenas práticas profissionais” (Lacerda, 2016, p. 268). Trata-se, portanto, de reconhecer que a existência do Estado pressupõe a contradição capital *versus* trabalho e suas expressões, dessa forma, a existência das políticas sociais e do âmbito político democrático também só existe sob a base da alienação e das desigualdades estruturais, ou seja, a transformação radical do âmbito político pressupõe, portanto, a revolução social (Marx, 2010).

Em outras palavras, ao desvelar os limites da emancipação política, o pensamento marxiano possibilita redimensionar as reflexões sobre o “compromisso social” de uma Psicologia que se contenta com a democracia, a conquista de direitos e a elaboração de políticas públicas. Se essas tarefas são mais progressistas do que aquelas ações da Psicologia que contribuem para intensificar o processo de extração de mais-valia, isso não significa que é algo problemático prometer libertação ou transformação social por meio de ações que são, estruturalmente, incapazes de superar a sociedade do capital, pois não lidam com as causas, mas apenas com as refrações aparentes da desigualdade social. Mais ainda, ao afirmar

que a Psicologia pode contribuir para a mudança social por meio de certas ações profissionais específicas, pode-se incorrer na falsa elaboração ideológica de que é possível transformar o mundo mediante a atuação profissional e não pelas lutas de classe (Lacerda, 2016, p. 267).

Neste aspecto é possível inclusive transcender a crítica direcionada à psicologia para a RD e as teorias pós-modernas, de modo a compor uma análise do âmbito político no qual esta estratégia está inserida. Reconhecer os avanços da emancipação política implica demarcar seus limites e evidenciar a importância da luta de classes e de movimentos que tenham como norte a emancipação humana. Isso significa que “produzir novas subjetividades e sociabilidades”, ou mesmo, “produzir novos agenciamentos” (Brasil, 2004; Barros & Passos, 2001) nestas condições materiais (sob as bases capitalistas) e por meio de uma estratégia em saúde não é possível, da mesma maneira quando se pensa em lutas travadas pelas minorias, que enfatizam a identidade coletiva em detrimento das classes sociais. Contudo, reforça-se o posicionamento já apresentado no primeiro capítulo, em que é necessário lutar por políticas sociais e pelo melhoramento das mesmas, “tendo em vista elevar o padrão de vida das maiorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais” (Behring e Boschetti, 2009, p. 190). A luta pela ampliação de direitos sociais é crucial, visto que se trata de necessidades básicas da população, tem impacto nas condições de vida da classe trabalhadora e envolve a disputa pelo fundo público.

Conforme exposto, visa-se reafirmar, em oposição ao que vem sendo defendido pelas teorias do campo pós-moderno, que: as condições objetivas existem independentemente da vontade do indivíduo singular e não basta negá-las em nível ideal já que elas se impõem em nível objetivo – independente da subjetividade ou do desejo singular. Desse modo, não há uma consciência social e histórica que esteja apartada da forma sob a qual os seres humanos se organizam para produzir os bens materiais necessários à sua existência. Considerando-se que está dado o antagonismo de classes na sociedade capitalista, isso significa que ignorá-lo ou negá-lo na produção do conhecimento, é abster-se, conscientemente ou não, de se posicionar em relação a este conflito.

Em síntese, parece mais adequado analisar a esfera política da RD nestes termos e concluir que é este o campo que tal estratégia é forçada a habitar. Aqui, a singularidade, a atuação clínica e as possibilidades de “provocar desvios” no sistema, conforme é

defendido pelas teorias do campo pós-moderno, se apresentam claramente demarcadas. Por conseguinte, este entendimento, subsidiado pelas categorias marxianas de análise, permite demarcar as discordâncias em relação às elaborações deste fenômeno social a partir do campo pós-moderno ou da omissão de um referencial teórico adotado, que vêm predominando. Possibilita também expor introdutórias contribuições tendo em vista a defesa de uma compreensão marxista acerca desta temática, diferenciando-se tanto daquelas que omitem quanto daquelas que negam a contradição capital *versus* trabalho.

Já em relação à contraposição às noções de valorização do sujeito e do aspecto clínico da RD, que caracterizam tanto o documento oficial aqui analisado quanto os artigos que se baseiam em conceitos das teóricas oriundas do campo pós-moderno, propõe-se uma análise por meio da dialética singular-particular-universal. Desse modo, o estudo da singularidade e do psiquismo humano deve se dar por meio desta dialética, em que a universalidade se refere ao desenvolvimento geral alcançado pela humanidade, a singularidade é o indivíduo tal como se apresenta e a particularidade é a mediação entre estas esferas dada pelos condicionantes concretos do indivíduo singular (Oliveira, 2005). Isso significa “desvelar a *individualidade-particular*, ou seja, decodificar as determinações que agem sobre a singularidade, captando essa individualidade-particular como expressão singular-particular da universalidade” (Pasqualini e Martins, 2015). Portanto, parte-se do entendimento de que a relação entre indivíduo singular e gênero humano é caracterizada pelos polos da singularidade e da universalidade, que são mediados pela particularidade, definida pela forma sob a qual os seres humanos se organizam para produzir a vida material. No caso da sociedade capitalista, essa relação é marcada pela propriedade privada dos meios de produção e pela luta de classes, que determinam a desigualdade de acesso e possibilidade de apropriação do patrimônio social e culturalmente produzido pela humanidade (Oliveira, 2005).

Tratar-se-ia, portanto, de considerar o sujeito usuário de drogas marcado pelo seu condicionante de classe e pela determinação social do processo saúde-doença, conforme propõe as elaborações da Saúde Coletiva de Santos (2008) e Soares (2007). Estes autores preconizam que o/a usuário/a de drogas em sua singularidade também se apresenta como sujeito coletivo (classe social), logo é afetado pelos mecanismos de exploração e alienação do capital e busca formas de lidar com os decorrentes sofrimentos disso. Segundo Werner (2004), na abordagem dos problemas relacionados ao abuso de drogas, a assistência terapêutica deve variar conforme as necessidades de cada indivíduo, o que perpassa considerar aspectos médicos, sociais e legais. No que se refere às classes

populares, o autor coloca que na maioria das vezes a desigualdade social e a pobreza são fatores que “[...] encontram-se na raiz do problema e ou dificultam a recuperação do paciente” (Werner, 2004, p. 85).

Brites (2006) defende em sua tese que o consumo de drogas precisa ser compreendido como expressão de determinada práxis social, logo a “escolha” e o “desejo singular” de usar drogas devem ser analisados em sua mediação com os determinantes sociais do processo saúde-doença. Isso perpassa pela necessidade de compreender:

[...] como a dimensão de determinação, que se refere à totalidade da vida social, se expressará diversamente entre os jovens [e os usuários de um modo geral], na relação que vão estabelecendo com a exposição às drogas, a depender das diferentes formas de reprodução social das suas famílias (Soares, 2007, p. 43).

Isso permite afirmar que o ser social atual, seu psiquismo e personalidade, interesses, angústias, sofrimentos e, em última instância, a relação que esse sujeito, como classe social, estabelece com as drogas, é produto da sociabilidade capitalista. Esta sociedade configura, portanto, um uso de substâncias psicoativas, completamente diferente, quando comparado com os modos de produção anteriores. Neste aspecto, ressaltam-se as potencialidades para desenvolvimento de futuras pesquisas baseadas nas elaborações da Psicologia Histórico-Cultural, que permitam a compreensão de como se estrutura a personalidade e o psiquismo humano, abrindo possibilidades para pensar não somente o sujeito usuário de drogas marcado pelo condicionante de classe, como também a singularidade deste sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o interesse pelo estudo da RD se delineou como problemática de pesquisa a partir de minha experiência profissional como Agente Redutora de Danos, tendo vivenciado durante este período algumas inquietações práticas e teóricas, conforme relatado na introdução. Diante disso, realizaram-se análises que foram expostas ao longo dos capítulos: a recuperação histórica da gênese e o desenvolvimento das formas de intervenções sociais diante do uso/abuso de drogas e o desvelamento dos interesses do capital por detrás desta temática; uma investigação e análise do panorama atual das publicações científicas. O pragmatismo, a omissão do referencial teórico adotado, as teorias pós-modernas e o ecletismo teórico encontrados não conseguem subsidiar e embasar teoricamente a defesa de uma prática de saúde que abarque o sujeito concreto. Estas são marcas de elaborações que não discutem a essência do problema e que, apesar de se apresentarem progressistas, escamoteiam o grave problema da produção, distribuição e consumo de drogas no interior da sociedade capitalista. Marcas que, identificadas, possibilitaram compreender, embora introdutoriamente, que as angústias vivenciadas na prática são bastante similares ao campo teórico que vem norteando a RD.

No panorama das intervenções estatais – notadamente o proibicionismo e a guerra às drogas - direcionadas ao controle da produção, comércio e consumo de drogas, bem como o tratamento voltado aos usuários, priorizam-se os interesses da produção e reprodução da sociabilidade capitalista em detrimento das necessidades humanas. Ora, conforme demarcado no primeiro capítulo, inclusive a proibição ou não de algumas drogas também não é determinada por critérios científicos e de saúde, mas sim por complexas questões que envolvem aspectos primordialmente econômicos e políticos (Santos & Soares, 2013). Além disso, atualmente, a guerra às drogas no país atinge especialmente as regiões mais precarizadas em termos de condições de vida, caracterizando-se como expressão da luta de classes operacionalizada pelo Estado burguês. Além disso, de acordo com Coggiola (1996), fica claro que a militarização recente, fantasiada de "luta contra o flagelo da droga" é um aspecto da recolonização comercial e da chantagem financeira sobre a América-Latina.

Enfatiza-se, com isso, a importância e a urgência de se opor a esta forma de enfrentamento ao problema do tráfico e uso/abuso de drogas. A RD como luta por direitos à saúde e como movimento social, teve também como seu fruto direto a RD como estratégia/técnica norteadora de políticas públicas, o que representou e representa avanços

concretos e uma possível construção de melhorias voltadas aos usuários de álcool e outras drogas.

Ademais, em relação ao índice alto de falta de acesso a tratamento de saúde por parte dos usuários de drogas (World Drug Report, 2015), a RD como técnica de saúde avança, visto que propõe estratégias de busca destes usuários nos ambientes em que se encontram. Dessa maneira, objetiva aproximar os usuários dos serviços sociais e de saúde, visando construir um cuidado e uma garantia de atendimento à saúde desta população⁵³. Nesse aspecto, o não estabelecimento da abstinência como única meta, garante que não haja uma condição predeterminada para que os usuários de drogas sejam acolhidos e tenham direitos ao cuidado em saúde, contribuindo também para aproximá-los do serviço de saúde. Há ainda consideráveis avanços, ainda que somente em âmbito de política pública, que perpassam pela defesa de um cuidado humanizado e que considere as especificidades de cada caso.

Contudo, nas ações de RD, conforme demonstrado nas análises realizadas no primeiro e no segundo capítulo desta dissertação, prevalecem o utilitarismo, os conceitos e as teorias oriundas do campo pós-moderno, o ecletismo teórico e a omissão dos referenciais teóricos adotados como características presentes tanto na emergência desta estratégia, quanto nas publicações acerca desta temática nos últimos dez anos. Soma-se a isso que, segundo Brites (2006), os limites e lacunas da RD permanecem no que se refere a estratégias de tratamento e fundamentação voltadas para uma crítica radical à política de guerra às drogas e ao antiproibicionismo.

Há que se reconhecer, portanto, que obscurecer/ignorar ou mesmo negar a característica fundamental da sociedade capitalista – a contradição capital x trabalho e a decorrente luta de classes – não contribui para a compreensão da realidade objetiva. Defende-se, portanto, a necessidade de se apreender pela raiz o uso/abuso de substâncias psicoativas e, dessa maneira, subsidiar teórica e cientificamente as práticas de RD. Por esta via é possível a construção de uma prática humanizada e, concomitantemente, contrapor-se radicalmente à guerra às drogas e suas consequências à classe trabalhadora e ao exército industrial de reserva. Além disso, é crucial uma análise aprofundada acerca dos **limites estruturais e possibilidades de avanços** tanto na RD que se apresenta como

⁵³Por exemplo, as ações do Consultórios de Rua que compõe a Atenção Básica de Saúde e atua junto à população em situação de rua e na busca ativa de usuários de álcool e outras drogas, pautando-se nas ações de RD.

política social quanto como movimento social, caracterizados por enfrentamentos setorializados e fragmentados. Daí a possibilidade de contribuir para a formulação de políticas que priorizem os interesses de saúde, porém com a clareza dos limites de uma atuação que se localiza no cerne do Estado burguês. Ora, produzir ciência significa ter consciência de qual posição de classe se assume como ponto de partida e esta pesquisa procura apontar alguns caminhos, tendo clareza de que há muito a se construir nesta direção.

Diante disso, tanto a perspectiva das teorias pós-modernas e o ecletismo teórico, quanto o panorama de omissão do referencial teórico adotado são radicalmente opostos a uma análise que se pretende histórica e ontológica acerca da realidade social. Aqueles são pontos de vista epistemológicos que ou se caracterizam por uma hipersubjetividade, ou por um jogo de palavras que não aclara nem objeto, nem os conceitos com os quais se fundamentam, parecendo firmar certo consenso no campo da RD, conforme demarcado nesta dissertação.

Por outro lado, conforme o materialismo histórico, é fundamental adotar uma perspectiva teórico-política, ou seja, um ponto de vista de classe para a compreensão dos fenômenos sociais, dentre eles o processo saúde-doença que possui como eixo o caráter social. Isso significa estabelecer como polo fundante as relações sociais de produção e suas determinações no adoecimento e sofrimento psíquico dos sujeitos (Laurell, 1982). “Este enfoque tem implicações profundas para a prática [...] É claro que uma nova prática não depende somente de uma interpretação do processo saúde-doença, mas também de que se coloque em bases sociais que a possam impulsionar e sustentar” (Laurell, 1982, p. 17). Nesse sentido, destaca-se a compreensão acerca da RD segundo os estudiosos do campo da Saúde Coletiva de base marxista⁵⁴, que empreenderam importantes passos na defesa de uma prática em saúde que visa analisar a questão do consumo de drogas em sua totalidade.

Isso significa que o usuário de drogas deve ser considerado como marcado pelo condicionante de classe e a forma sob a qual se apresenta o consumo de mercadorias no capitalismo, neste caso mercadorias drogas (lícitas ou ilícitas), deve ser analisado de acordo com as categorias marxianas (Santos, 2008; Santos & Soares, 2013). Em linhas gerais, o consumo de mercadorias na sociedade do capital, segundo Marx (2007), estabelece uma relação dialética com a produção, tendo como polo fundante o processo

⁵⁴Brites (2006); Soares (2007); Santos (2008); Santos e Soares (2013).

de produção da vida material. A partir disso, Santos (2008, p. 59) afirma que “Nesse sentido interessa compreender as raízes dos problemas contemporâneos do consumo prejudicial de substâncias psicoativas que se assentam no modo de produção capitalista e nos processos de reprodução da vida social dos grupos e classes sociais”.

Santos & Soares (2013, p. 46) realizam ainda uma análise pertinente relacionando o consumo de drogas e o fetichismo da mercadoria, concluindo que o consumo de drogas da forma como se apresenta na contemporaneidade não se explica apenas pela necessidade de alteração da consciência (que inclusive esteve presente em outros períodos históricos), “mas em primeira instância ao seu poder enquanto mercadoria, ao fetiche conforme refere Marx”. E Brites (2006) complementa que a raiz do entendimento da complexidade que envolve a questão das drogas deve ser buscada no movimento da práxis social, defendendo que o consumo de tais substâncias é determinado pelo movimento do capital e fortemente marcado pelas péssimas condições de vida impostas pelas recentes modificações do capital. Dessa maneira, o desejo singular, a liberdade de escolha de usar drogas e os possíveis problemas decorrentes devem ser analisados em interlocução com a práxis social e com os determinantes sociais do processo saúde-doença.

Neste cenário, considera-se que esta dissertação também compõe uma tentativa de defesa da superação da heterogeneidade teórica e do pragmatismo presentes na compreensão da questão envolvendo as drogas e das formas de tratamento mais avançadas, dentre elas a RD. E pretende somar esforços às produções supracitadas do campo da Saúde Coletiva de orientação marxista, visando apreender este problema social e, mais especificamente, a RD, de modo a abarcar a historicidade e as contradições que os caracterizam, captando-os em sua totalidade.

A discussão da licitude ou não de determinadas drogas também se faz presente no campo da RD, especialmente quando ela problematiza os critérios científicos que tornam determinadas substâncias legais ou ilegais, assim como quando se opõe ao modelo proibicionista que tem como cerne a proibição das drogas, desde a produção ao consumo. A esse respeito, cabe fazer algumas considerações. No âmbito da produção lícita, Gotzsche (2016, s/p) denuncia a ineficácia e não segurança dos medicamentos em geral, apontando para os rendimentos altíssimos das indústrias farmacêuticas e a evidente desconsideração de aspectos científicos e voltados de fato à atenção em saúde. Enfatiza ainda que “Nos últimos anos, numerosos artigos e livros descreveram casos sérios de improbidade em pesquisa e fraude na comercialização” publicados tanto pelo British Medical Journal quanto pelo New York Times.

Já em relação ao âmbito da ilegalidade, defende-se que a falta de controle de qualidade, que caracteriza a produção ilegal no capitalismo, contribui para a alteração das drogas que chegam à ponta do consumo, conforme Baratta (1994). Jasen (2007), por conseguinte, denuncia o acréscimo de substâncias tais como talco, açúcar, pó de vidro ou farinha na cocaína, a fim de alcançar uma maior lucratividade. Entretanto, mesmo quando se trata de drogas legalizadas (medicamentos, álcool e tabaco) nota-se que o dito controle de qualidade não impede por completo a produção e o consumo de substâncias extremamente prejudiciais ao ser humano.

Além disso, alguns agravantes da produção ilegal, que vale ressaltar aqui, são: 1- o fato de que os trabalhadores que vendem sua força de trabalho ao narcotráfico estão submetidos à ilegalidade, a qual impõe, por sua vez, condições de trabalho não fiscalizadas e desprovidas de direitos trabalhistas, culminando na superexploração (Coggiola, 1996); 2- permite uma supervalorização desta mercadoria, que também é decorrente de sua ilicitude; 3 – serve como justificativa para a repressão e intervenções estatais voltadas as camadas sociais mais precarizadas - a guerra às drogas.

Neste aspecto, defender a RD como contraposição ao modelo proibicionista e à guerra às drogas, e a conseqüente reivindicação da regulamentação/legalização das drogas, impõe inúmeros desafios. Dentre eles, uma análise aprofundada que deva considerar, por um lado, a experiência da legalização/regulamentação de determinadas drogas em outros países, com as devidas mediações acerca das particularidades econômicas, políticas e culturais entre tais países e o Brasil. Por outro lado, seria interessante buscar elementos acerca da produção de medicamentos, bebidas alcoólicas e tabaco (mercadorias legais) almejando apreender quais implicações estas formas de produção, acrescidas pelo marketing e por diversas estratégias, têm no âmbito do consumo, ressaltando-se a unidade e a múltipla determinação entre produção e consumo.

Mesmo com todas as considerações feitas, há que se atentar para os aspectos positivos desta luta: 1- os critérios de legalidade ou não de determinadas drogas são pautados em interesses políticos/econômicos e não científicos ou de saúde; 2- o fato de a regulamentação das drogas garantir direitos trabalhistas àqueles trabalhadores envolvidos na produção desta mercadoria, bem como a viabilidade de um controle de qualidade da mercadoria, nos limites da conquista de direitos no Estado burguês; 3- a possível eliminação tanto do tráfico de drogas quanto daquela parcela de criminalização da pobreza que tem na proibição da produção e do comércio de drogas ilícitas uma de suas justificativas.

Entende-se que a partir disso seria possível construir um caminho de análise acerca das consequências da regulamentação/legalização das drogas, que configuraria mudança em um aspecto específico da produção, de ilegal para legal. Mas que, por outro lado, teria conquistas importantes para a classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, na medida em que situa este debate sob o ponto de vista da classe trabalhadora, na luta de classes em oposição à faceta desta luta operacionalizada pelo Estado burguês: a guerra às drogas.

Em síntese, de acordo com a investigação aqui realizada, é possível indicar possíveis conclusões. (1) Deve-se considerar a produção, distribuição e consumo de drogas o objeto de reivindicação de transformação pela redução de danos, conforme propôs Santos (2008)⁵⁵, aqui a RD como movimento social tem papel fundamental; (2) Defende-se uma compreensão de que o fenômeno das drogas em sua totalidade poderá ser transformado radicalmente se e, apenas se, superar o modo de produção capitalista, tendo em vista que perpassa a esfera econômica em sua completude, representando um dos grandes ramos da produção e do comércio mundial⁵⁶; (3) evidenciam-se os progressos já conquistados e possíveis de o serem, dados pela luta por direitos civis e de acesso à saúde por parte dos usuários de drogas e da população em geral, bem como a reivindicação de um tratamento humanizado e de melhorias das políticas públicas, lutas das quais a RD é produto e produtora. A RD como movimento social é potente inclusive quando faz frente à guerra às drogas e questiona as políticas higienizadoras, de perseguição e culpabilização da pobreza, tomando lugar na luta de classes. Contudo, tais reivindicações e lutas possuem seu limite circunscrito ao capitalismo.

Finalmente, no bojo do processo saúde-doença, deve-se analisar a singularidade e as condições de saúde de determinado grupo, articulando-os com as condições sociais estruturantes dadas no capitalismo. Este entendimento tem implicações diretas nas práticas e tratamentos de saúde e possibilitaria se opor às concepções biologicistas e àquelas análises imperantes no campo da RD. Isso significa, por sua vez, demarcar a

⁵⁵Vale pontuar que a transformação radical da produção, distribuição e consumo de drogas pressupõe a eliminação por completo da ordem capitalista. Contudo, a luta pela regulamentação das drogas, apesar de atuar nos limites do sistema, também apresenta inúmeros aspectos positivos, conforme demarcado nestas considerações finais.

⁵⁶Por superação do modo de produção capitalista entende-se a efetivação de uma sociedade comunista, compreendida como possibilidade histórica. Trata-se, portanto, da concretização do trabalho associado, caracterizado por ser um trabalho livre e coletivo em que a riqueza produzida socialmente é apropriada por todos, logo pressupõe a eliminação completa da exploração humana e, em decorrência, da sociedade de classes (Marx, 2010; Tonet, 2015).

importância de categorias como totalidade, historicidade, contradição capital versus trabalho, luta de classes, transformação social no delineamento das práticas de saúde voltadas aos usuários de álcool e outras drogas, dentre elas a RD. É nesse sentido que se aponta para as potencialidades da Saúde Coletiva de orientação marxista e da Psicologia Histórico-Cultural em fornecer subsídios teóricos para as estratégias de RD, um caminho que é necessário percorrer e que esta pesquisa acena como fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adade, M.; Monteiro, S. (2014). Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. *Educação e Pesquisa*, 40 (1), 215 – 230.
- Agência Brasil. (2014). Alcoolismo é a principal causa de afastamento do trabalho por uso de drogas. Recuperado em 20 de ago. de 2017, de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-02/alcoolismo-e-o-principal-motivo-de-pedidos-de-auxilio-doenca-por-uso-de-drogas>.
- Almeida S. P.; Bizeto J.; & Silva M. T. A. (2007). Análise de comentários espontâneos elaborados por usuários de ecstasy em pesquisa on-line. *Ver. Panam. Salud Publica*, 22(6):389–95.
- Alves, V. S. (2009). Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. *Cadernos de Saúde Pública*, 25 (11), 2309 – 2319.
- Alves, T. M. & Rosa, L. C. S. (2016). Usos de substâncias psicoativas por mulheres: a importância de uma perspectiva de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 24 (2), 443 – 462.
- Anderson, P. (1999) *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.
- Andrade, T. M., (2011). Reflexões sobre políticas de drogas no Brasil *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (12), 4665 – 4674.
- Antunes, R. (1999). Dimensões da crise estrutural do capital. Em R. Antunes. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho* (pp. 29-35). Boitempo Editorial.
- Antunes, R. (2011). Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produtiva: impasses e desafios do novo sindicalismo brasileiro. Em: R. Antunes. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (15 ed., pp. 166-173). São Paulo: Cortez.
- Araujo, R. R.; Costa, R. M. L. (2012). Subjetividade e política sobre drogas: considerações psicanalíticas. *Revista EPOS*, 3 (1).

- Baratta, A. (1994). Introdução a uma sociologia da droga. Em F. Mesquita & F. B. Inácio (Org.) *Drogas e Aids: estratégias de redução de danos*, pp. 21-45. São Paulo: Editora Hucitec.
- Barbosa, J. (2011). Enfrentar “novos riscos” e resgatar a cidadania perdida: práticas de Serviço Social no seio das políticas de redução de danos. *Toxicodependências*, 17 (1), 71 – 84.
- Baremblytt, G. F. (2002) *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática* (5ed.). Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2).
- Barros, J. P. P. & Colaço, V. F. R. (2015). Drogas na Escola: análise das vozes sociais em jogo. *Educação & Realidade*, 40 (1), 253 – 273.
- Barros, R. B. & Passos, E. (2001). Clínica e Biopolítica na Experiência do Contemporâneo. *Psicologia Clínica*, 13(1), 89-99.
- Bastos, F. I.; Bertoni, N. (Org.) (2014). Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.
- Beck, L. M. & David, H. M. S. L. (2007). O abuso de drogas e o mundo do trabalho: possibilidades de atuação para o enfermeiro Escola Anna Nery, 11 (4), 706 – 711.
- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2009). Política social: fundamentos e história (6 ed., vol. 2). São Paulo: Cortez.
- Boarini, M. L. (2003). Higienismo, eugenia e naturalização do social. Em: M. L. Boarini (org.) *Higiene e Raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. (pp. 19-44). Maringá: Eduem.
- Brasil (2001). *Política Nacional Antidrogas*. Brasília, DF: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional Antidrogas.
- Brasil (2004). *A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST e AIDS.

Brasil (2005). Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Recuperado: 15 out. 2015.

Disponível:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html

Brasil (2007). Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007. Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências. Recuperado: 30 nov. 2017. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6117.htm

Brasil (2009). Portaria nº 1.190, de junho de 2009. Institui o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde - SUS (PEAD 2009-2010) e define suas diretrizes gerais, ações e metas. Recuperado: 30 nov. 2017. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1190_04_06_2009.html

Brasil (2010). Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Recuperado: 30 nov. 2017. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7179.htm

Brasil (2011). Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Recuperado: 30 nov. 2017. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html

Bravo, O. A. (2009). Avaliação de ações de redução de danos no sistema penitenciário brasileiro. *Psicologia para América Latina*, (18), n.p.

Brites, C. (2006) Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- Campos, W. G. S. (2000). Um método para análise e cogestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia nas instituições (2ªed.). São Paulo: Editora Hucitec.
- Canoletti, B. & Soares, C. B. (2005). Programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 9 (16), 115 – 129.
- Carneiro, H. (2002a). A fabricação do vício. *Revista Outubro*, n. 6.
- Carneiro, H. (2002b). As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Revista Outubro*, 6, 115-128.
- Carta Capital. (2017). Caso Rafael Braga: “A justiça reforça a segregação racial no Brasil”. Recuperado em 15 de ago. de 2017, de <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/caso-rafael-braga-justica-reforca-a-segregacao-racial-no-brasil>.
- Centro de Convivência É de Lei (s.d.). *Redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas*. Recuperado em 11 abr. de 2017, de <http://www.edelei.org/home/>.
- Coelho, C. & Queiroz e Pérez-Ramos, A. M. (2008). Abstinência e a redução de danos no processo de recuperação dos dependentes de substâncias psicoativas *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 28 (1), 79 – 86.
- Coutinho, C. N. (2010). *O estruturalismo e a miséria da razão* (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Coggiola, O. (1996). O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo. *Revista ADUSP*, pp. 44-51.
- Costa, E. (2015). *Psicologia como retórica: uma análise das apropriações dos conceitos vigotskianos pelo construcionismo social*. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Estadual de Maringá, Paraná.
- Cruz, V. D.; Santos, S. S. C.; Gautério-Abreu, D. P.; Silva, B. T. da; Ilha, S. (2016). Consumo de drogas entre pessoas idosas e a redução de danos: reflexão a partir da complexidade. *Escola Anna Nery*, 20 (3) .

- Cruz, V. D.; Oliveira, M. M.; Pinho, L. B.; Coimbra, V. C. C.; Kantorski, L. P.; Oliveira, J. F. (2014). Condições Sociodemográficas e Padrões de Consumo de Crack entre Mulheres. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 23 (4), 1068 – 1076.
- Dantas, S.; Cabral, B.; Moraes, M. (2014). Sentidos produzidos a partir de experiências de bad trip: drogas, prevenção e redução de danos. *Saúde em debate*, 38 (102), 539-550.
- Delmanto, J. (2013) *Camaradas Caretas: Drogas e esquerda no Brasil após 1961*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Derisso, J. L. (2010). Construtivismo, pós-modernidade e decadência ideológica. Em: L. M. Martins & Duarte, N. (Orgs.) *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias* (pp. 51-61). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Dias, R. M.; Passos, E.; Silva, M. M. C. (2016). Uma política da narratividade: experimentação e cuidado nos relatos dos redutores de danos de Salvador, Brasil. *Interface: comunicação, saúde e educação* 20(58): 549-58.
- Eagleton, T. (1999). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.
- Eagleton, T. (1995). Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, 1 (2), 53-68.
- Elias, L. A. & Bastos, F. I. (2011). Saúde pública, redução de danos e a prevenção das infecções de transmissão sexual e sanguínea: revisão dos principais conceitos e sua implementação no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (12), 4721 – 4730.
- Engstrom, E. M. & Teixeira, M. B. (2016). Equipe “Consultório na Rua” de Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil: práticas de cuidado e promoção da saúde em um território vulnerável. *Ciência e Saúde Coletiva*, 21 (6), 1839-1848.
- Engels, F. (1986). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global.
- Escohotado, A. (1998). *Historia General de Las Drogas*. Madrid: Alianza Editorial.
- Escohotado, A. (1994). *Las Drogas: de los orígenes a la proibición*. Madri: Alianza Editorial.

- Evangelista, J. E. (1992). Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. Em J. E. Evangelista. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno (pp. 11-44). São Paulo: Cortez Editora.
- Fukuyama, F. (1992). O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco.
- Garcia, M. L. T.; Leal, F. X.; & Abreu, C. C. (2008). A política antidrogas brasileira: velhos dilemas *Psicologia & Sociedade*, 20 (2), 267 – 276.
- Gohn, M. G. (1997). Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.
- Gomes, V. L. & Jimenez, S. J. (2009). Pensamento complexo e concepção de ciência na pós-modernidade: aproximações críticas às “imposturas” de Edgar Morin. *Revista eletrônica arma da crítica*, 1 (1), 59-77.
- Gotzsche, P. C. (2016). Medicamentos mortais e crime organizado: como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica. Porto Alegre: Bookman.
- Gramsci, A. (1988). Americanismo e Fordismo. Em A. Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (L. M. Gazzaneo, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Guaresch, N. M. F. (2010). Prefácio. Em M. J. Spink. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Hart, C. (2014). Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Rio de Janeiro: Zahar.
- Harvey, D. (1992). Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. Edições Loyola.
- Hobsbawm, E. J. (1988). A era do capital: 1848/1875. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (1995) Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huberman, L. (1985) *História da Riqueza do Homem* (20ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2016). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE.
- Isacson, A. (2005). Las Fuerzas Armadas de Estados Unidos en la “guerra contra las drogas”. Em: C. Youngers & E. Rosin (Org.). *Drogas y Democracia en la America Latina: El impacto de la política de Estados Unidos* (pp. 29-84). Buenos Aires: Editorial Biblos.
- Inglez-Dias, A.; Ribeiro, J. M.; Bastos, F. I.; Page, K. (2014). Políticas de redução de danos no Brasil: contribuições de um programa norte-americano *Ciência & Saúde Coletiva*, 19 (1), 147 – 158.
- Jasen, N. (2007). Drogas, imperialismo e luta de classes. *Revista Urutágua*, 12, s/p.
- Jorge, J. S. & Corradi-Webster, C. M. (2012). Consultório de Rua: Contribuições e Desafios de uma Prática em Construção. *Saúde & Transformação social*, 3 (1), 39- 48.
- Jornal Nacional. (2017). Filho de desembargadora preso por tráfico de drogas é solto no MS. Recuperado em 15 de ago. de 2017, de <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/filho-de-desembargadora-presos-por-trafico-de-drogas-e-solto-no-ms.html>.
- Kantorski, L. P.; Jardim, V. M. R.; Oliveira, M. M.; Ferreira, R. Z.; Espírito-Santo, M. O.; Aguiar, R. L. (2014). Uso de tabaco entre usuários de Centros de Atenção Psicossocial e o Serviços Residenciais Terapêuticos. *Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 10 (1), 17 – 22.
- Kosik, K. (2002). *Dialética do concreto* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Lacerda, F. (2016). Marxismo e Psicologia: Notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade. Em I. F. Oliveira; I. L. Paiva; A. L. F. Costa; K. Amorim; & F. Coelho-Lima (Org.), *Marx Hoje: Pesquisa e transformação social* (vol. 1, pp. 255-276), São Paulo: Outras Expressões.
- Lancetti, A. (2006). *A Clínica peripatética*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Laurell, A. C. (1982). A saúde-doença como processo social. *Revista Latinoamericana de Salud*. México, 2, 7-25.

- Lermen, H. S., Dartora, T., & Capra-Ramos, C. (2014). Drogadição no cárcere: questões acerca de um projeto de desintoxicação de drogas para pessoas privadas de liberdade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14 (2), 539 – 559.
- Lessa, S. (2013) Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács.
- Lima, D. W. C., Silveira, L. C., Vieira, A. N., Cunha, B. M. C., Almeida, A. N. S., & Guerreiro, E. M. (2014). Referenciais teóricos que norteiam a prática de enfermagem em saúde mental. *Escola Anna Nery*, 18 (2), 336 – 342.
- Lukács, G. (2015). Marx e o problema da decadência ideológica. Em M. Vedda; G. Costa; & N. Alcântara. Anuário Lukács (pp. 97-152). São Paulo: Instituto Lukács.
- Machado, L. V. & Boarini, M. L. (2013). Políticas Sobre Drogas no Brasil: a Estratégia de Redução de Danos. *Ciência e Profissão*, 33(3), 580-595.
- Mangueira, S. O., Guimarães, F. J., Mangueira, J. O., Fernandes, A. F. C., & Lopes, M. V. O. (2015). Promoção da saúde e políticas públicas do álcool no Brasil: revisão integrativa da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 27 (1), 157 – 168.
- Marlatt, A. (1999). Redução de Danos no mundo: uma breve história. Em: A. Marlatt. Redução de Danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco (pp. 29-44). Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Marques Filho, A. B.; Coelho, C. L. S.; & Ávila, L. A. (2007). Música removendo barreiras e minimizando resistências de usuários de substâncias Revista da SPAGESP, 8 (1), n/p.
- Marx, K. (2008). Contribuição à crítica da economia política (2. ed., pp. 45-50) São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2013). O Capital. *Livro 1*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2010). *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1987). Teses de Feuerbach. Em K. Marx, A ideologia Alemã (6ªed., pp. 11-14). São Paulo: Hucitec.

- Marx, K. & Engels, F. (2008). Manifesto do partido comunista (1ª ed.). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- McNally, D. (1999). Língua, história e luta de classes. Em E. M. Wood & J. B. Foster. *Em defesa da História: Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- Moraes, R. J. S. (2011). *O Alcoolismo e o Alcoolista no Capitalismo: a Psicologia Histórico-Cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Paraná.
- Petuco, D. R. S. & Medeiros, R. G. (2008). Redução de danos: dispositivo da Reforma? Recuperado em 11 de abril de 2017, de http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=340&cod_boletim=31.
- Mesquita, F. (1994). Perspectivas das estratégias de redução de danos no Brasil. Em F. Mesquita & F. B. Inácio (Org.) *Drogas e Aids: estratégias de redução de danos*, pp. 169-180. São Paulo: Editora Hucitec.
- Medeiros, P. F. P., Bezerra, L. C. A., Santos, N. T. V., & Melo, E. O. (2010). Um estudo sobre a avaliabilidade do Programa + Vida: política de redução de danos em álcool, fumo e outras drogas do município de Recife, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 10, 209 – 217.
- Nanda, M. (1999). Contra a destruição/desconstrução da ciência: histórias cautelares do terceiro mundo. Em E. M. Wood & J. B. Foster. *Em defesa da História: Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- Ministério da Saúde (s.d.). *A epidemia da AIDS através do tempo*. Brasil: Ministério da Saúde. Recuperado em 11 abr. de 2017, de <http://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>.
- Moraes, R. J. S. (2011). *O Alcoolismo e o Alcoolista no Capitalismo: a Psicologia Histórico-Cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

- Nardi, H. C. & Rigoni, R. Q. (2009). Mapeando programas de redução de danos da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25 (2), 382 – 392.
- Netto, J. P. (2011a). Apêndice à terceira edição: cinco notas a propósito da “questão social”. Em: J. P. Netto. *Capitalismo monopolista e serviço social* (8 ed.). São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2011b). *Introdução ao estudo do método de Marx* (1ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Netto, J. P. (1978). *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Editora Seara nova.
- Netto, J. P. (2000). *Modernidade e pós-modernidade*. Vídeo conferência do Evento organizado pelo Núcleo de Estudos em Sociologia do Trabalho - NEST da UERJ.
- Netto, J. P. (2010). Posfácio. Em C. N. Coutinho. *O estruturalismo e a miséria da razão* (2ª ed., pp. 233-286). São Paulo: Expressão Popular.
- Netto, J. P. (2002). *Teoria Social pós-moderna: uma crítica*. Curso ministrado pelo prof. Dr. José Paulo Netto em atividade programada realizada pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social – PUC/SP.
- Netto, J. P. & Braz, M. (2006). *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez Editora, v. 1.
- O’Hare, P. (1994). Redução de danos: alguns princípios e a ação prática. Em F. Mesquita & F. B. Inácio (Org.) *Drogas e Aids: estratégias de redução de danos*, pp. 65-79. São Paulo: Editora Hucitec.
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular- particular-universal. In: Abrantes, Â. A.; Silva, N. R.; Martins, S. T. F. (Orgs.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Oliveira, D. C. (2014). A Teoria de Representações Sociais como grade de leitura da saúde e da doença: a constituição de um campo interdisciplinar. Em A. M. O. Almeida; M. F. S. Santos; & Z. A. Trindade. *Teoria das Representações Sociais*(2ªed., pp. 774-829). Technopolitik Editora.

- Pacheco, A. L.; Scisleski, A. (2013). Vivências em uma comunidade terapêutica *Revista Psicologia e Saúde*, 5 (2), 165 – 173.
- Paes, P. C. D. (2006). Ensino e aprendizagem na prática de redução de danos. Tese de Doutorado, São Carlos: UFSCAR.
- Paiva, F. S. & Costa, P. H. A. (2017). Desigualdade Social, Políticas sobre drogas e Direitos Humanos: uma reflexão sobre a realidade brasileira. Em: Vecchia, M. D.; Ronzani, T. M.; Paiva, F. S.; Batista, C. B.; Costa, P. H. A. (Org.) *Drogas e Direitos Humanos: reflexões em tempos de guerra às drogas*. Porto Alegre: Editora Rede Unida.
- Pasqualini, J. C.; Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 361-370.
- Passos, E. H.; Souza, T. P. (2011) Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Saúde*, 23 (1): 154-162.
- Pereira, A. S. & Wurfel, R. F. (2011). O uso de maconha como estratégia de redução de danos em dependentes de crack *Aletheia*, (34), 163 – 174.
- Previdência Social. (2014). PI: Drogas causam desemprego e prejuízos à Previdência Social. Recuperado em 15 de ago. de 2017, de <http://www.previdencia.gov.br/2014/06/pi-drogas-causam-desemprego-e-prejuizos-a-previdencia-social/>.
- Rodrigues, M. (2006) Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Rodrigues, T. (2012). *Narcotráfico: uma guerra na guerra* (2ª ed.). São Paulo: Desatino.
- Roio, M. D. (2014). Luta de classes e luta revolucionária em Marx. Em: M. D. Roio (Org). *Marx e a dialética da sociedade civil* (pp. 187-204). Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Rouanet, S. P. (1987). A verdade e a ilusão do pós-moderno. Em S. P. Rouanet. *As razões do Iluminismo*, pp. 229-277. São Paulo: Companhia das Letras.

- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2ªed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Santos, V. E. (2008). *O objeto/sujeito da redução de danos: uma análise da literatura da perspectiva Saúde Coletiva*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo.
- Santos, V. E. & Soares, C. B. (2013). O consumo de substâncias psicoativas na perspectivada saúde coletiva: uma reflexão sobre valores sociais e fetichismo. *Sau. & Transf. Soc.*, Florianópolis, 4(2), 38-54.
- Santos, V. E., Soares, C. B., & Campos, C. M. S. (2010). Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20 (3), 995-1015.
- Santos, V. E.; Soares, C. B.; & Campos, C. M. S. (2012). A produção científica internacional sobre redução de danos: uma análise comparativa entre MEDLINE e LILACS SMAD. *Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 8 (1), 41 – 47.
- Schlichting, S., Boog, M. C. F., & Campos, C. J. G. (2007). Almoço como momento terapêutico: uma abordagem de educação em saúde com mulheres alcoolistas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15 (3), 384 – 390.
- Scientific Electronic Library Online [SciELO]. (2014). Critérios, política e procedimentos para admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil. Recuperado em 15 de jul. de 2017, de http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf.
- Silva, R. K. A. & Silva, S. V. (2015). A “classe-que-vive-do-trabalho” e o uso de álcool e outras drogas: uma necessária problematização no contexto da reestruturação produtiva do capital. *Caderno discente ESUDA*, 2 (1).
- Silveira, R. W. M., Rezende, D., & Moura, W. A. (2010). Pesquisa-intervenção em um CAPSad - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3 (2), 184 – 197.

- Soares, C. B. (2007). Consumo contemporâneo de drogas e juventude: a construção do objeto na perspectiva da saúde coletiva. Tese de Livre docência. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Soares C. B. & Campos, C. M. S. (2006). A responsabilidade da universidade pública no ensino da prevenção do uso prejudicial de drogas. *Mundo Saúde*, 28(1), 110-5.
- Sodelli, M. (2010) A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (3), 637 – 644.
- Sokal, A. & Bricmont, J. (2010). *Imposturas Intelectuais. O Abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro, RJ e São Paulo,SP: Editora Record.
- Souza, J. (Org.) (2016). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Souza, J.; Kantorski, L. P.; Luis, M. A. V.; Oliveira, N. F. (2012). Intervenções de saúde mental para dependentes de álcool e outras drogas: das políticas à prática cotidiana. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 21 (4), pp. 729-738.
- Souza, K. M.; Monteiro, S. (2011). A abordagem de redução de danos em espaços educativos não formais: um estudo qualitativo no estado do Rio de Janeiro, Brasil *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 15 (38), 833 – 844.
- Souza, L. G. S.; Menandro, M. C. S.; Menandro, P. R. M. (2015). O alcoolismo, suas causas e tratamento nas representações sociais de profissionais de Saúde da Família *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 25 [4] pp. 1335-1360.
- Souza, T. P.; Carvalho, S. R. (2014). Apoio territorial e equipe multirreferencial: cartografias do encontro entre o apoio institucional e a redução de danos nas ruas e redes de Campinas, SP, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, pp. 945 – 956.
- Spink, M. J. O. (2010). Ser fumante em um mundo antitabaco: reflexões sobre riscos e exclusão social *Saúde e Sociedade*, 19 (3), 481 – 496.

- Teixeira Ribeiro, C. & Hortélio Fernandes, A. (2013). Tratamentos para usuários de drogas: possibilidades, desafios e limites da articulação entre as propostas da redução de danos e da psicanálise. *Analytica: Revista de psicanálise*, 2 (2), 33 – 58.
- The British Medical Journal. (1926). Morphine and Heroin Addiction, pp. 391-393.
- Tonet, I. (2013) *Método científico – uma abordagem ontológica* (1ª ed.). São Paulo: Instituto Lukács.
- Tonet, I. (2010). Pluralismo metodológico: um falso caminho. *Revista de Trabajo Social*, 3 (3), 1-27
- Tonet, I. (2015). Qual política social para qual emancipação? *SER Social*, 17 (37), 279-295.
- Turato (2003). Resumo. Em: Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-metodológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis, Vozes. Recuperado em 7 de ago. de 2017, de <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=341863&indexSearch=ID>
- Vaisman, E. (2010). A ideologia e sua determinação ontológica. *Revista Verinotio*, n. 2.
- Vasconcelos, M. F. F., Machado, D. O., & Protazio, M. M. (2015). Considerações sobre o cuidado em álcool e outras drogas: uma clínica da desaprendizagem. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19 (52), 45 – 56.
- Viana, N. (2008). Senso comum, representações sociais e representações cotidianas. Baúru: EDUSC.
- Vigotski, L. S. (1996). O significado histórico da crise da Psicologia: uma investigação metodológica. Em: L. S. Vigotski, Teoria e método em psicologia (2ª ed., pp. 201-417). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotski, L. S. (1995). *Obras Escogidas III - Problemas del desarrollo de la psique*. Madri: Visor.
- Wacquant, L. J. D. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Werner, J. (2004). A relação sujeito-drogas na perspectiva histórico-cultural: abordagens preventivas e terapêuticas. *Revista de Educação do Cogeime*, 13(25), 77-87.

World Drug Report (2015). United Nations Office on Drugs and Crime. New York: United Nations publication, Sales No. E.15.XI.6.